

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

***ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO***

Maj Eng ANTONIO **AÉCIO** SILVA SOUSA

**O MASSACRE DE SREBRENICA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS  
PEACEKEEPERS**

**(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)**



Rio de Janeiro

2023

Maj Eng ANTONIO **AÉCIO** SILVA SOUSA

O MASSACRE DE SREBRENICA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS  
PEACEKEEPERS

(DEFESA - DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

Texto apresentado como Dissertação de Mestrado  
do Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército, como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Ciências Militares

Orientador: Prof. Dr. Sandro Teixeira Moita

**Rio de Janeiro**

**2023**

S725m Sousa, Antonio Aécio Silva.

O massacre de Srebrenica e as consequências para os pecekeepers. / Antonio Aécio Silva Sousa. —2023.

96 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Sandro Teixeira Moita

Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 87-93

1.Srebrenica. 2. UNPROFOR. 3. Massacre da Sbreonica. 4. Guerra da Bósnia. 5. Limpeza étnica dos Balcãs. 6. Proteção de civis.I. Título.

CDD 304.66309

**ANTONIO AÉCIO SILVA SOUSA**

O MASSACRE DE SREBRENICA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS PEACEKEEPERS.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 13 de dezembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SANDRO TEIXEIRA MOITA  
Data: 13/12/2023 12:35:17-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

SANDRO TEIXEIRA MOITA – Prof Dr – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** HUGO BRAS MARTINS DA COSTA  
Data: 02/01/2024 14:12:45-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---


HUGO BRAS MARTINS DA COSTA – Prof Dr – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

---

  
GUSTAVO CARLOS DE MACEDO – Prof Dr – Membro  
Universidade de São Paulo – USP

Ciente

---

  
ANTONIO AÉCIO SILVA SOUSA – Postulante  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado força e resiliência para chegar até aqui.

A meus pais pelo incentivo de sempre.

A minha esposa e filhos pela compreensão.

Ao Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Militares/Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pelo apoio e empenho, sempre buscando atender a todas as demandas apresentadas.

Ao meu orientador, pela confiança nessa empreitada e orientações nesse processo.

Aos professores do programa, pelo apoio ao meu aprendizado e à minha pesquisa.

Aos colegas mestrandos, civis e militares, que se propuseram a me apoiar e auxiliar.

“O Senhor é o único Deus; somente Deus é a nossa rocha. Ele é o Deus que me dá forças e me protege aonde quer que eu vá. Ele não me deixa tropeçar e me põe a salvo nas montanhas. Ele me treina para a batalha para que eu possa usar os arcos mais fortes.” (Salmos 18: 31-34)

## RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade analisar o Massacre de Srebrenica e suas consequências para o emprego dos peacekeepers nas missões de paz da ONU por meio de um Estudo de Caso exploratório com abordagem qualitativa. Para chegar ao objetivo proposto será feita uma revisão bibliográfica com estudo de teorias acerca de missão de paz, além de conceitos tais como genocídio, limpeza étnica, o papel da Organização das Nações Unidas em missões de paz e a atuação das tropas da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) na proteção da Vila de Srebrenica antes e durante o massacre (Tropas Canadenses e Tropas Holandesas). A dissolução da República Socialista da Federação Iugoslava iniciou após o fim da Guerra Fria no início da década de 1990 e passou por um processo violento, haja vista diferenças étnico-religiosas, divergência de interesses, gerando um conflito com atrocidades tais como prática de campos de concentração e de limpeza étnica, sendo até aquele momento, o maior fluxo de refugiados na Europa após a II Guerra Mundial. A Guerra da Bósnia causou sérios danos à integridade da população civil e a Organização das Nações Unidas interveio por intermédio das resoluções 743 e 749 de seu Conselho de Segurança com a implementação da UNPROFOR, no entanto, os mandatos de uso da força para proteção dos civis mudaram muito no decorrer da missão e esta intervenção internacional não foi capaz de impedir o Massacre de Srebrenica, enclave muçulmano localizado em território sérvio. No ano de 1993, quando tropas canadenses protegiam o enclave, essas tensões já sinalizavam uma grande possibilidade de agravamento da situação, com os sérvios impedindo a aproximação de comboios de ajuda humanitária e em represália a ações da ONU, tomando observadores militares como reféns. Os canadenses foram substituídos pelos holandeses e o terceiro contingente desses peacekeepers enfrentou quase que totalmente passivo a uma ofensiva dos sérvios bósnios que culminou com a tomada de Srebrenica em 11 de julho de 1995. Após esse evento, a falta de vontade política foi substituída por força política que deu liberdade de ação ao Comandante da UNPROFOR para dar fim à guerra da Bósnia em agosto de 1995 com o apoio da OTAN, situação que repetiu-se para dar fim à guerra do Kosovo em abril de 1999, como consequências imediatas do massacre de Srebrenica, que também teve consequências no âmbito do direito internacional humanitário e contribuiu para uma proposta de reforma da ONU por meio do Relatório Brahimi, de agosto de 2000.

**PALAVRAS CHAVE:** Srebrenica; UNPROFOR; Massacre de Srebrenica; Guerra da Bósnia; Genocídio de Srebrenica; limpeza étnica nos Bálcãs; proteção de civis

## ABSTRACT

This research aims to analyze the Srebrenica Massacre and its consequences for the employment of peacekeepers in UN peacekeeping missions through an exploratory Case Study with a qualitative approach. To reach the proposed objective, a bibliographical review will be carried out with a study of theories about peacekeeping missions, in addition to concepts such as genocide, ethnic cleansing, the role of the United Nations in peacekeeping missions and the actions of Protection Force troops of the United Nations (UNPROFOR) in protecting the Village of Srebrenica before and during the massacre (Canadian Troops and Dutch Troops). The dissolution of the Socialist Republic of the Yugoslav Federation began after the end of the Cold War in the early 1990s and went through a violent process, given ethnic-religious differences, divergence of interests, generating a conflict with atrocities such as the practice of concentration and ethnic cleansing, being until that moment, the largest flow of refugees in Europe after World War II. The Bosnian War caused serious damage to the integrity of the civilian population and the United Nations intervened through resolutions 743 and 749 of its Security Council with the implementation of UNPROFOR, however, the mandates to use force to protect civilians. They changed a lot during the mission and this international intervention was not able to prevent the Massacre in Srebrenica, a Muslim enclave located in Serbian territory. In 1993, when Canadian troops were protecting the enclave, these tensions already signaled a great possibility of the situation worsening, with the Serbs preventing the approach of humanitarian aid convoys and in retaliation for UN actions, taking military observers hostage. The Canadians were replaced by the Dutch and the third contingent of these peacekeepers faced an almost completely passive offensive by the Bosnian Serbs that culminated in the seizure of Srebrenica on July 11, 1995. After this event, the lack of political will was replaced by force granted policy that gave freedom of action to the UNPROFOR Commander to end the war in Bosnia in August 1995 with the support of NATO, a situation that was repeated to end the war in Kosovo in April 1999, as immediate consequences of the massacre of Srebrenica, which also had consequences in the scope of international humanitarian law and contributed to a proposal for UN reform through the Brahimi Report of August 2000. KEYWORDS: Srebrenica; UNPROFOR; Srebrenica massacre; Bosnian War; Srebrenica Genocide; ethnic cleansing in the Balkans; protection of civilians



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As etnias na região da Ex-Iugoslávia .....	18
Figura 2: Iugoslávia retalhada .....	19
Figura 3: Sede da ONU em Nova Iorque .....	39
Figura 4: O espectro da guerra nas Operações de <i>Peacekeeping</i> .....	47
Figura 5: Trindade Terciária .....	48
Figura 6: Diferenças étnicas na Ex-Iugoslávia .....	62
Figura 7: Localização de Srebrenica .....	72
Figura 8: Mapa da Bósnia-Herzegovina .....	94
Figura 9: Ofensiva dos sérvios bósnios de 11 a 14 de julho de 1995 .....	96

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1: Variáveis do Estudo do Massacre de Srebrenica .....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 2: Critérios para uma boa conceituação .....</b>	<b>34</b>
<b>Tabela 3: Itens a serem conceituados .....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 4: O Mecanismo Causal de Peacekeeping .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 5: Violência x Uso da força militar para proteger civis .....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 6: Cenários de Ameaça .....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 7: Percentual de população sérvia na Bósnia e na Croácia.....</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 8: Evolução dos acontecimentos em 06 de julho .....</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 9: Evolução dos acontecimentos em 08 de julho .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 10: Evolução dos acontecimentos em 09 de julho .....</b>	<b>81</b>
<b>Tabela 11: Evolução dos acontecimentos em 10 de julho .....</b>	<b>85</b>
<b>Tabela 12: Evolução dos acontecimentos em 11 de julho .....</b>	<b>90</b>
<b>Tabela 13: Principais resoluções do CSNU do conflito na Iugoslávia (1991 a 1995).....</b>	<b>119</b>
<b>Tabela 14: Variáveis do Estudo do Massacre de Srebrenica modificadas .....</b>	<b>131</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DA ONU PARA REFUGIADOS

ARBiH - EXÉRCITO DA REPÚBLICA DA BÓSNIA E HERZEGOVINA

CSNU - CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

CIA - *CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY* (AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA)

CIJ - CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

CIA B - COMPANHIA B

CMT - COMANDANTE

CSCE - CONFERÊNCIA SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA

DPKO - *DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS* (DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ)

*DUTCH BATT* - BATALHÃO HOLANDÊS

ESI - ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FORCE COMMANDER - COMANDANTE DAS FORÇAS MILITARES NA MISSÃO DA ONU

FRR - FORÇA DE REAÇÃO RÁPIDA

IFOR - *IMPLEMENTATION FORCE* (FORÇA DE IMPLEMENTAÇÃO)

JNA - EXÉRCITO POPULAR IUGOSLAVO

MIL OBS - *MILITARY OBSERVERS* (OBSERVADORES MILITARES)

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

OSCE - ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA

PO - POSTO DE OBSERVAÇÃO

POC - *PROTECTION OF CIVILIANS* (PROTEÇÃO DE CIVIS)

QG - QUARTEL GERAL

ROE - RULES OF ENGAGEMENT (REGRAS DE ENGAJAMENTO)

R2P - RESPONSABILITY TO PROTECT (RESPONSABILIDADE DE PROTEGER)

RwP - RESPONSABILITY WHILE PROTECTING (RESPONSABILIDADE AO PROTEGER)

SEAD - *SUPPRESSION OF ENEMY AIR DEFENSES* (SUPRESSÃO DA DEFESA AÉREA DO INIMIGO)

SG - *SECRETARY GENERAL* (SECRETÁRIO GERAL)

SRSG - SECRETÁRIO REPRESENTANTE DO SECRETÁRIO GERAL

*STAFF OFFICERS* - OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR

TCC - *TROOP CONTRIBUTING COUNTRIES* (PAÍSES CONTRIBUINTES COM TROPA)

TPEY - TRIBUNAL PENAL PARA A EX-IUGOSLÁVIA

TPI - TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

UNCHR - *UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES*

UNPA - *UNITED NATIONS PROTECTED AREA* (ÁREA PROTEGIDA PELAS NAÇÕES UNIDAS)

UNPROFOR - *UNITED NATIONS PROTECTION FORCE* (FORÇA DE PROTEÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)

UN - *UNITED NATIONS* (NAÇÕES UNIDAS)

US - *UNITED STATES* (ESTADOS UNIDOS)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - DESCRIÇÃO METODOLÓGICO/ TEÓRICA</b> .....	<b>22</b>
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA .....	22
<b>1.1.1. Objetivo Geral</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1.2. Objetivos Específicos</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1.3 Relevância Teórica e Prática da Pesquisa</b> .....	<b>23</b>
1.2 METODOLOGIA .....	26
<b>1.2.1 Conceituação</b> .....	<b>37</b>
<b>1.2.2 Carta da ONU</b> .....	<b>39</b>
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO .....	40
<b>1.3.1 Cosmopolitismo</b> .....	<b>42</b>
<b>1.3.2 Cultura Global</b> .....	<b>43</b>
<b>1.3.3 Teoria Crítica</b> .....	<b>44</b>
<b>1.3.4 Teorizando o Uso da Força</b> .....	<b>45</b>
1.3.4.1 <i>Peacekeeping Absoluta x Guerra Absoluta</i> .....	46
1.3.4.2 <i>A Trindade Terciária</i> .....	47
<b>1.3.5 Teoria Causal de Peacekeeping</b> .....	<b>49</b>
1.3.5.1 <i>Agressão</i> .....	50
1.3.5.2 <i>Medo e Desconfiança</i> .....	51
1.3.5.3 <i>Acidente</i> .....	51
1.3.5.4 <i>Exclusão Política</i> .....	51
1.3.5.5 <i>Os mecanismos causais de peacekeeping</i> .....	52
<b>1.3.6 A utilidade da força militar para proteger civis em operações de paz</b> .....	<b>53</b>
1.3.6.1 <i>Genocídio</i> .....	55
1.3.6.2 <i>Limpeza étnica</i> .....	56
1.3.6.3 <i>Repressão do regime</i> .....	56

1.3.6.4 Vingança pós-conflito .....	56
1.3.6.5 Conflitos Comunais .....	57
1.3.6.6 Violência Predatória .....	57
1.3.6.7 Insurgência .....	57

## **CAPÍTULO 2 - O MASSACRE DE SREBRENICA..... 61**

2.1 A PROBLEMÁTICA DOS BALCÃS .....	61
2.1.1 Problemas de limpeza étnica na região .....	63
2.1.2 Antecedentes do Massacre e atuação dos canadenses na UNPROFOR ..65	
2.1.3 A Ofensiva Sérvia para a conquista de Srebrenica e a atuação dos <i>peacekeepers</i> holandeses .....	73
2.1.4 Outras considerações acerca do Massacre de Srebrenica.....	96

## **CAPÍTULO 3 - AS CONSEQUÊNCIAS DO MASSACRE DE SREBRENICA PARA OS PEACEKEEPERS .....**

3.1 O PARADOXO DA INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA .....	97
3.2 IMPORTÂNCIA DA VONTADE POLÍTICA PARA O USO DA FORÇA .....	99
3.2.1 Considerações acerca da Teoria da Guerra .....	100
3.2.2 Evidências da falta de vontade política para proteção de Srebrenica ....	104
3.3 CONSEQUÊNCIAS .....	105
3.3.1 Uso da força pela ONU/ OTAN na Guerra da Bósnia .....	106
3.3.2 Uso da força pela OTAN na Guerra do Kosovo .....	113
3.3.3 Em relação a proteção de civis .....	115
3.3.4 Em relação aos mandatos da ONU (quanto ao uso da força para proteção de civis) .....	117
3.4 RELATÓRIO BRAHIMI .....	121
3.4.1 A importância do Relatório para a evolução do uso da força para a proteção de civis .....	124

<b>3.4.2 O R2P como uma das primeiras consequências do Relatório Brahimi?</b> .....	<b>127</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade realizar uma análise do massacre de Srebrenica no que tange ao preparo dos *peacekeepers* para atuarem em missões de paz da ONU.

Após a Guerra Fria, houve um aumento de temas relacionados à intervenção e a manutenção da paz e de guerras humanitárias, como resultado de várias tentativas ocidentais de intervir em nome dos direitos humanos. As guerras que acompanharam a dissolução da Iugoslávia e a intervenção humanitária na Somália são exemplos da guinada para um interesse nos conflitos localizados em países periféricos (Buzan, 2002).

Slobodan Milosevic, político e nacionalista sérvio, foi uma das figuras mais marcantes da história da Iugoslávia, por expressar abertamente seu nacionalismo. Em 1988 prometeu que faria a Sérvia unificada novamente, retirando a autonomia do Kosovo e de Voivodina, e controlando os votos das duas províncias (KirkPatrick, 2007). Eleito presidente da Sérvia em 1989, Milosevic passou a controlar a mídia e a fazer propaganda contra os croatas, agitando os nacionalistas daquela república. No entanto, seu projeto era dificultado pelas intenções de separação da Iugoslávia de todos os países, exceto Montenegro.

Radeljic (2012) afirma que a mídia local e internacional encorajou e apoiou os conflitos internos da Iugoslávia colaborando para a independência dos croatas e dos eslovenos e, apesar da Sérvia estar diretamente envolvida no conflito, a mídia local não produzia informações livremente porque era controlada por Milosevic.

A religião também pode ser considerada como um fator relevante no processo de desmembramento, pois as igrejas tornam-se relevantes ferramentas de propaganda nacionalista. A Igreja Ortodoxa Sérvia apoia abertamente o expansionismo sérvio, enquanto a Igreja Católica, com forte presença na Eslovênia e na Croácia, foi fundamental para a defesa dos interesses desses países. O Vaticano foi responsável por levar muitos países ocidentais a reconhecerem essas independências (Radeljic, 2012).

Para Da Silva Belançon (2015), em todo o processo de desintegração iugoslavo, o conflito mais violento ocorreu na Bósnia-Herzegovina, que era localizada no centro



da Iugoslávia e representava a interação social que Tito teria desejado para toda a região.

“a república representava a interação social que Tito teria desejado para toda a Iugoslávia. Mesmo com a variada composição étnico-religiosa de sua população, os grupos mais expressivos conviviam sem grandes problemas e, ao contrário das demais repúblicas da federação, croatas, sérvios e bósnios não viviam em regiões definidas, mas coabitavam as mesmas aldeias, localidades e cidades. A convivência permitiu inclusive os casamentos interétnicos e nem mesmo o reconhecimento da nacionalidade muçulmana estimulou a segregação identitária, apenas garantiu os mesmos direitos indistintamente a todos os cidadãos da Bósnia-Herzegovina” (Da Silva Belançon, 2015, p.9)

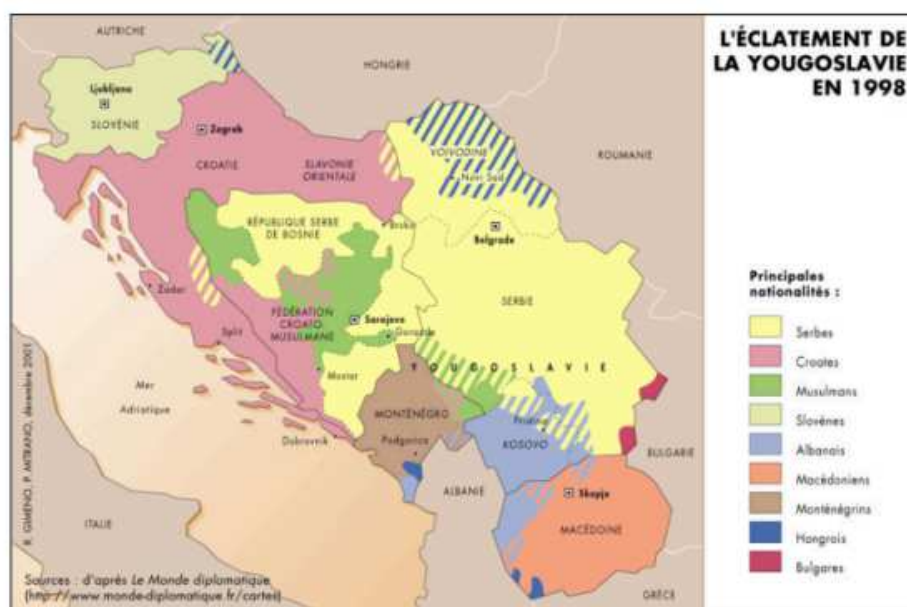
Em dezembro de 1990, seguindo uma rotatividade, Alija Izetbegovic, bósnio e muçulmano sunita assume a presidência da federação iugoslava, levando ao alardeamento de radicais sérvios e croatas sobre a possibilidade da Bósnia-Herzegovina tornar-se um cantão islâmico na Europa. Desse modo, os sérvios decidiram cruzar a Bósnia para defender a região de Krajina, na Croácia. Izetbegovic declarou que defenderia a soberania bósnia e o parlamento aprovou, em outubro de 1991, um memorando para a independência bósnia, aprovado em plebiscito em março de 1992, sendo boicotado pela Sérvia, que ao final desse mês proclamou a entidade nacional sérvia, a República Srpska, vinculada ao que restara da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro). (Da Silva Belançon, 2015).

Segundo De Oliveira Bassanetti (2014), a Guerra da Bósnia marcou a década de 1990 por ser o mais longo e mais sangrento conflito ocorrido desde a Segunda Guerra Mundial, com um quantitativo expressivo de mortos, desaparecidos, refugiados e torturados. Esse episódio teve início em 1992, com a declaração de independência da Bósnia e Herzegovina da então República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Para De Paula (2014), as intervenções da Organização das Nações Unidas (ONU) da década de 1990 foram baseadas no princípio de restrição do uso da força à legítima defesa e no uso de meios coercitivos para assegurar o cumprimento dos mandatos e proteger a população local. Indica-se, como exemplo do uso desses

meios, o apoio fornecido pelas tropas internacionais à distribuição de ajuda humanitária entre outras atividades prescritas nos mandatos de missões de paz.

Até o início da década de 1990, a Iugoslávia era formada por seis repúblicas: Sérvia, Macedônia, Croácia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina. Também faziam parte do país duas províncias autônomas, Kosovo e Vojvodina (SILVA, 2021).



Fonte: SCIENCES-PO, 2010.

Figura 1: As etnias na região da Ex-Iugoslávia

Fonte: Scienses-Po, 2010 apud Silva, 2021



Figura 2: Iugoslávia retalhada

Fonte: SILVA, 2021

A Guerra da Bósnia marcou o final do século XX por envolver um grande número de mortos e refugiados em um processo que pode ser considerado uma limpeza étnica menos de cinquenta anos depois da Segunda Guerra Mundial. Ressalta-se, que não era esperado que um conflito dessa proporção ocorresse mais na Europa à época. Aproximadamente 100 mil pessoas perderam suas vidas, dois milhões tornaram-se refugiadas, além de um grande número de desaparecidos. Ademais, o conflito também mobilizou um grande contingente internacional, incluindo a atenção das principais potências, como Estados Unidos, Reino Unido e França, de várias ONGs e de instituições internacionais de ajuda humanitária (Silva, 2021).

No entanto, esta atenção não impediu que a guerra tivesse início e que as atrocidades fossem cometidas. Pode-se falar que houve negligência por parte da União Europeia quanto às estratégias de ação escolhidas. Mesmo assim, o maior problema dessa guerra pode estar relacionado ao não entendimento geral do motivo do conflito, já que a limpeza étnica propriamente dita foi vista mais como um efeito colateral do que como o objetivo da guerra (Kaldor, 2007).

Em 6 de abril de 1992, os sérvios atacaram a capital da Bósnia-Herzegovina, comandados por Radovan Karadzic, após o reconhecimento da independência da Bósnia pela comunidade europeia. Desse modo, iniciava-se a Guerra da Bósnia, que teve como um dos eventos mais marcantes o Cerco a Sarajevo, de abril de 1992 a fevereiro de 1996, tendo como um saldo cerca de 14 mil mortes, dentre as quais estima-se 1500 crianças. (Da Silva Belançon, 2015).

A Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) foi estabelecida em 1992, por intermédio das resoluções 743 e 749 do Conselho de Segurança da ONU, sendo inicialmente formulada como uma ferramenta para promover negociações de paz entre as partes beligerantes do conflito, no entanto, seus mandatos foram caracterizados por expansões consecutivas das atividades previstas inicialmente, incluindo a possibilidade do uso da força para o cumprimento do mandato. Na Bósnia-Herzegovina, as prerrogativas para uso da força incluíam a defesa de “Áreas Seguras”<sup>1</sup>, o fechamento do espaço aéreo e o suporte ao cumprimento das disposições do mandato (Boutros-Ghali, 1995).

Os processos de globalização transformaram a política mundial de uma ordem westfaliana, centrada no Estado como unidade de análise para uma ordem pós-vestefaliana exemplificada pela atividade transnacional, pelas comunicações globais e por um conjunto diversificado de atores politicamente importantes (Badmus e Jenkins, 2019).

Para Badmus e Jenkins (2019), o que falta no argumento dos estudiosos pós-vestfalianos é que a ONU ou qualquer força de intervenção tem que lidar com complexidades associadas a soberania e ao uso da intervenção armada. Boutros-Ghali (1992), em sua Agenda para a Paz define a manutenção da paz como

“a implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, até agora com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente também civis” (GHALI, 1992, p. 20)

Os casos subsequentes à proposta da Agenda da Paz por Ghali (1992) tais como a intervenção da ONU na Somália em 1993, o genocídio de Ruanda em 1994 e o Massacre de Srebrenica em 1995 mostram conforme Jenkins e Badmus (2019), que o quadro conceitual de Boutros-Ghali foi dificultado pela incerteza e imprevisibilidade

---

<sup>1</sup> United Nations Protected Area - Área Protegida pelas Nações Unidas

devido ao fato de existirem operações que ostentam o rótulo de manutenção da paz, mas não gozam do consentimento concreto de todas as partes ou não empregam exclusivamente pessoas da ONU (Bellamis, Willians e Griffin, 2004).

A dissertação está estruturada em três capítulos do seguinte modo: o primeiro capítulo será destinado a descrição metodológico/teórica, no qual será abordada a metodologia do trabalho e as teorias que respaldam a análise proposta da pesquisa. No segundo capítulo será descrito o Massacre de Srebrenica com ênfase no antes e durante o massacre principalmente quanto a atuação das tropas canadenses e holandesas que faziam a proteção da Vila de Srebrenica antes e durante o Massacre.

No terceiro capítulo serão verificadas as consequências do estudo do caso de Srebrenica para os peacekeepers, em relação ao uso da força e a proteção de civis até a publicação do relatório Brahimi em 2000.

A seguir será apresentado o referencial metodológico-teórico deste trabalho, começando pelo problema de pesquisa e seus objetivos gerais e específicos, que balizam o direcionamento da sequência de organização desse trabalho e as metas que visualizam-se serem alcançadas.

## 1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICO/ TEÓRICA

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os Bálcãs e em particular os conflitos em torno da desintegração da ex-República Socialista Federativa da Iugoslávia, se tornaram uma crise de marcos do imediato período pós-Guerra Fria. Nesse período surgiram literaturas que lidavam com as novas relações de segurança tanto dentro da Europa Centro-Oriental quanto da Antiga União Soviética (Buzan, 2012).

Inserida na literatura focada em guerras interestatais, étnicas ou civis, as guerras na antiga Iugoslávia foram eventos constitutivos. Autores como Posen (1993) e Van Evera (1994) defendem que a teoria neo-realista, realista e o dilema de segurança “étnico” também se encontravam no nível subestatal.

Quanto ao aspecto estratégico da Guerra da Bósnia, um debate essencial era se a política do “suspender e atacar” - suspender o embargo de armas imposto ao governo bósnio e conduzir ataques aéreos contra as posições sérvio-bósnias - poderiam ser adotados, contanto que houvesse mantenedores da paz da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) em campo e se apenas os ataques aéreos tivessem impacto significativo na guerra (Buzan, 2012).

Segundo De Figueiredo Summa (2017), as missões de paz pós-guerra Fria, tais como a Guerra da Bósnia (1993-1995) estão incluídas no contexto da nova atuação das missões da Organização das Nações Unidas (ONU). As tropas da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), atuaram na Bósnia entre 1992 e 1995 e se tornaram objeto de missões de paz, haja vista que o Massacre de Srebrenica, ocorrido em julho de 1995, é considerado como um dos “três fracassos” da ONU nos anos 1990. Os outros dois fracassos dessa década são a intervenção da ONU em 1993 dentro do contexto da Guerra Civil da Somália ( iniciada em 1991) e o Genocídio em Ruanda ocorrido em 1994.

No intuito de analisar o Massacre de Srebrenica e suas consequências para o emprego dos peacekeepers nas missões de paz da ONU, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: Como os acontecimentos antes e durante o massacre de Srebrenica influenciaram o emprego dos peacekeepers para o cumprimento de missões de paz da ONU?

### 1.1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como seu objetivo geral analisar o Massacre de Srebrenica e suas consequências para os *peacekeepers* para atuarem em operações de paz da ONU.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Na elaboração da dissertação, os seguintes objetivos específicos foram elencados, de forma a permitir o pleno desenvolvimento da pesquisa proposta:

- Realizar considerações teórico-metodológicas que permitam a sustentação da pesquisa;
- Analisar o Massacre de Srebrenica, especialmente quanto à atuação das tropas sob mandato da ONU referente a proteção de civis (*with in case*);
- Verificar as consequências do Massacre de Srebrenica para os *peacekeepers*, principalmente em relação ao uso da força e a proteção de civis.

### 1.1.3 Relevância Teórica e Prática da Pesquisa

O Estudo de Caso proposto busca contribuir com a transferibilidade do conhecimento, ao estudar com profundidade os fatores que culminaram neste massacre, assim como ao levantar o impacto deste evento nos mandatos subsequentes das missões de paz da ONU, que interferiram no emprego dos *peacekeepers*, bem como indicaram a necessidade de utilização da força que se fizesse necessária visando a proteção de civis.

Para Cerro & Bervian (2002), é mais comum em estudos de caso serem escolhidos temas que, por sua extensão e complexidade, impeçam análises em

profundidade. Dessa maneira, após escolher o tema, é necessário delimitá-lo. Estes autores dizem que delimitar o tema é selecionar um tópico a ser focalizado. A delimitação pode ser feita pela sua decomposição em partes. Essa decomposição possibilita definir a compreensão dos termos, o que implica na explicação dos conceitos. Ela também pode ser feita por meio da definição das circunstâncias, de tempo e de espaço.

Além disso, o pesquisador pode definir sob que ponto de vista irá focalizá-lo. De tal forma, “um mesmo tema pode receber diversos tratamentos, tais como psicológico, sociológico, histórico, filosófico, estatístico, etc.” (Cervo & Bervian, 2002, p. 83).

A respeito do alcance original do termo segurança, para Buzan (2012), a partir dos anos 1970, ressurgiram termos como segurança econômica e ambiental e tornaram-se parte dos conceitos dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) a partir dos últimos anos da Guerra Fria e se uniram, durante os anos 1990, as vertentes da segurança societal, humana, alimentar, dentre outras. O Massacre de Srebrenica entra no caso de segurança societal e humana.

O autor defende a importância da utilização de uma abordagem histórica para tratar dos conceitos de ESI apresentando cinco vantagens (Buzan, 2012):

A primeira refere-se ao fato de que a literatura do passado identifica uma série de prós e contras de adotar uma política ou conceitualização específica de segurança, como por exemplo, a ressurreição da defesa com mísseis antibalísticos (Iniciativa Estratégica de Defesa) por George W. Bush, presidente americano, existia uma vasta literatura sobre as vantagens e desvantagens da utilização desse sistema escrito no início da década de 1980. Desse modo, o valor do “conhecimento do passado” descoberto é descrito, portanto, mais precisamente como um “conhecimento contestado do passado” (Buzan, 2012).

A segunda vantagem de uma perspectiva histórica é que ela questiona as premissas comumente feitas sobre o desenvolvimento de uma área. Um desses mitos é contar a história das abordagens ampliadoras como se tivessem sido causadas pelo fim da Guerra Fria. Na verdade, houve muito conteúdo publicado na década de 1980 que preparou o terreno para o crescimento das abordagens nos anos 1990. Desse modo, a historiografia pode detalhar o que mais precisamente ocorreu durante um



período. Por exemplo, a narrativa padrão de que houve três ou mais debates<sup>2</sup> que corroboraram para a evolução das Relações Internacionais contribuíram para ressaltar as abordagens vencedoras e defendem a compreensão das específicas para se ter o maior entendimento dessa disciplina. (Buzan, 2012).

A terceira vantagem é a possibilidade de traçar as consequências políticas de se adotar um conceito em particular, permitindo um exame tanto das implicações políticas e normativas do conceito de segurança, quanto das três categorias de conceitos subprodutos da segurança: complementares (dissuasão), paralelos (poder) e opostos (paz). O conceito complementar de contenção, por exemplo, originou-se das primeiras políticas de Guerra Fria norte-americanas, pensadas para combater o que era visto como ameaça agressiva e intransigente dos soviéticos (Buzan, 2012).

A quarta vantagem é que um relato de ESI que não contemplasse uma dimensão histórica não forneceria uma ideia muito boa de por que determinadas abordagens apareceram na agenda, quais eram as suas relações com as abordagens anteriores e contemporâneas e por que algumas desapareceram. Acredita-se que não há um único modo de se explicar os ESI e que o desenvolvimento histórico dos ESI comprove a impossibilidade de explicá-los de tal maneira (Buzan, 2012).

A quinta vantagem de uma abordagem histórica está diretamente relacionada à visão normativa de como os Estudos de Segurança Internacionais deveriam se desenvolver no nível da sociologia da ciência de forma ideal. Com a crença que os ESI abrigam e deveriam abrigar várias perspectivas, segue-se um compromisso normativo com o debate e o embate, não apenas dentro de cada abordagem, mas entre as mesmas. Assim, uma abordagem histórica permite delinear quando certas abordagens foram formadas e qual era sua ligação com as questões centrais da subárea ESI, revelando as ligações já existentes e, ao juntá-las novamente, pode-se criar um novo diálogo (Buzan, 2012).

As vantagens da abordagem histórica apresentadas por Buzan (2012) reforçam a importância de não se analisar um fato isoladamente e de não se estudar o passado com os olhos do presente, para não correr o risco de tornar-se anacrônico.

Nesse sentido, indo ao encontro da importância da abordagem histórica apresentada por Buzan (2012), esta pesquisa utiliza este tipo de abordagem principalmente na contextualização do caso em questão, buscando uma relação entre

---

<sup>2</sup> Os debates paradigmáticos das Relações Internacionais

o Massacre de Srebrenica e as consequências para os *peacekeepers*, principalmente em relação ao uso da força para proteção de civis, com o intuito de aumentar a aderência do estudo e a relevância da pesquisa.

Para Alves-Mazzotti (2001), um grande desafio atual é conciliar a riqueza de um estudo em profundidade de um fenômeno microsocial contextualizado, à possibilidade de transferência de conhecimentos ou à geração de hipóteses para o estudo de casos semelhantes. A autora sugere a identificação de padrões, dimensões e relações como etapas essenciais na construção teórica que facilitarão a transmissão do conhecimento. Nesse sentido, no decorrer deste estudo, este autor procurará acatar a sugestão de Mazzotti (2001), na procura de padrões e/ou relações que aumentem a confiabilidade e a relevância desta pesquisa.

Revela-se importante analisar a atuação das tropas de paz da ONU, contribuindo para a avaliação do cumprimento dos mandatos das intervenções empreendidas, pois a dificuldade em gerenciar a execução dos mandatos e a falta de coordenação entre o contingente engajado e outras instituições envolvidas no conflito estão entre os principais problemas que afetam a atuação da comunidade internacional. (Bigatão, 2015).

Esta dissertação busca contribuir para manter a memória da existência desse massacre; para visualizar cenários de ameaça que sinalizem para a iminência de um ataque visando atingir uma população vulnerável; para conhecer o dilema do uso da força pelos *peacekeepers* no contexto de intervenção humanitária em uma missão de paz; para verificar o papel da ONU no emprego dos *peacekeepers* quanto ao uso da força para a proteção de civis; e para verificar a consequência em relação ao direito internacional humanitário. A seguir serão apresentadas considerações em relação a metodologia da pesquisa.

## 1.2 METODOLOGIA

Esta Seção tem por finalidade indicar o caminho que será percorrido, a fim de responder à questão de pesquisa levantada, delimitando os procedimentos necessários para obter a resposta, buscando e obtendo as informações de interesse. A metodologia escolhida foi um estudo de caso.

Adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, o estudo de caso pode ser visto como caso clínico, técnica

psicoterápica, metodologia didática ou modalidade de pesquisa. Assim como diferentes percepções quanto a sua origem, para sua apresentação como modalidade de pesquisa, há na literatura mundial contemporânea a contribuição de muitos autores, com posições diversas, entre os quais destacam-se Goode et al; Yin, Stake, Ludke et al. (Ventura, 2007).

O estudo de caso é um meio de organizar dados, preservando do objeto de estudo o seu caráter unitário, considera a unidade como um todo incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos, etc.), no entanto cabe ressaltar que a totalidade do objeto é uma construção mental haja vista a inexistência de barreiras físicas, não havendo limites com o objeto da pesquisa no contexto em que será investigada. (Good and Hatt, 1979 apud Ventura, 2007).

Portanto, ressalta-se acima, a importância de uma boa limitação do estudo de caso, para não correr o risco perder o foco do que está sendo analisado.

Para Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que compreende um método abrangente e lógico para coleta e análise de dados, podendo incluir tanto análise de casos únicos quanto análise de casos múltiplos, assim como pode ser uma pesquisa com abordagens qualitativas e quantitativas. Por outro lado, para Stake (2000), o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que podem abranger.

Para atingir o objetivo proposto na pesquisa, este autor seguirá a metodologia de Estudos de Caso que, conforme Ventura (2007), prioriza a abordagem qualitativa da pesquisa, interpretando os dados de acordo com o contexto, buscando constantemente novas respostas, retratando a realidade de modo completo e profundo e utilizando uma variedade de fontes de informação tais como discursos oficiais, documentos oficiais dos Estados envolvidos assim como da ONU<sup>3</sup>, literatura acerca do assunto e depoimentos acerca do caso.

Toda pesquisa científica deve definir seu objeto de estudo para construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado. Identificam-se estudos agregados como aqueles que têm a intenção de analisar o próprio universo ao passo que o estudo de caso avalia uma unidade ou parte desse todo, com a preocupação de se perceber o que o caso sugere do todo e não o estudo apenas daquele caso. Portanto pesquisar significa fazer uma escolha, para definir um determinado nível de aderência (Ventura, 2007).

---

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas

Os pesquisadores devem buscar, a partir dessa categorização, tanto o que é comum quanto o que é particular em cada caso e o resultado pode mostrar alguma originalidade em decorrência da natureza e do histórico do caso, do seu contexto, de outros casos pelos quais é reconhecido e os informantes pelos quais pode ser conhecido (Ventura, 2007).

O estudo de caso é geralmente organizado em torno de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação e pode ser decomposto em partes constituintes

“Por exemplo, são componentes de um caso clínico: os sintomas, a evolução, os resultados e as consequências. Assim, pode-se analisar o caso para identificar seus componentes mais relevantes, ou atribuir-lhes graus de importância relativa em função do caso específico. A revisão bibliográfica é sempre útil para fazer comparações com outros casos semelhantes, buscar fundamentação teórica e também para reforçar a argumentação de quem está descrevendo o caso. A discussão permite avaliar os caminhos seguidos (**como se desenvolve o caso**), desde a elaboração dos objetivos (**por que estudar o caso**) até as conclusões (**o que se aprendeu com o estudo do caso**)”. (VENTURA, 2007, p. 385, grifo nosso)

Segundo Gil (1995), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

A primeira fase consiste em delimitar a unidade que constitui o caso e devem ser seguidas algumas recomendações tais como buscar casos típicos, selecionar casos extremos e encontrar casos atípicos. A segunda é a coleta de dados com procedimentos qualitativos, tais como observação, análise de documentos, levantamento de dados e análise de conteúdo. A terceira fase é conjunta, representada pela análise e interpretação dos dados. (Gil, 1995)

A seleção dos dados deve considerar os objetivos da investigação, seus limites e um sistema de referências para avaliar quais dados serão úteis ou não. A quarta fase é representada pela elaboração dos relatórios parciais e finais, devendo ser especificado como os dados foram coletados e a teoria que embasou a categorização dos mesmos, assim como a demonstração da validade e da fidedignidade dos dados obtidos. (Gil, 1995)

Nesse sentido, indo ao encontro da proposta de Gil (1995), o presente trabalho foi organizado do seguinte modo:

Na primeira fase, que correspondente a introdução do trabalho, foi delimitada a unidade que constitui o caso, o Massacre de Srebrenica e, a partir dele, as consequências para os peacekeepers quanto a proteção de civis, tendo como uma ideia inicial a definição da metodologia de estudo de caso, onde foi visualizado a importância de verificar a diferença da atuação dos peacekeepers holandeses com a dos peacekeepers canadenses, que ficaram à frente da proteção da Vila de Srebrenica no contexto da UNPROFOR.

Na segunda fase, inerente ao primeiro capítulo e que corresponde a coleta de dados com procedimentos qualitativos, tais como observação, análise de documentos, levantamento de dados e análise de conteúdo foi dividida em duas partes, a primeira referente a análise de um referencial teórico que pudesse dialogar com o tema da dissertação e a segunda subparte referente a escolha da metodologia para realizar o trabalho.

Destarte, no referencial teórico verificou-se uma dificuldade de enquadrar a teoria, haja vista que ainda existem poucas teorias inerentes à missão de paz. Nesse ínterim, este autor tentou, inicialmente partir de uma abordagem macro englobando teorias de relações internacionais, teorias contemporâneas para chegar, por fim, a teorias que tratam de missão de paz, mas verificou-se ser mais interessante focar nas teorias que tratam de missão de paz.

Em um segundo momento, ainda nessa 2ª fase, foi dada ênfase a um aprofundamento em relação às possibilidades e limitações de um estudo de caso e o resultado ampliou a visão deste autor de como realizar o trabalho, pois constatou-se, para o trabalho em questão, a importância de uma boa contextualização, de definir bem o que deve ser conceituado antes de partir para uma fase de análise e as possibilidades do Estudo de Caso, tais como estudar um caso dentro do caso (*with in case*).

A terceira fase é conjunta, representada pela análise e interpretação dos dados. (GIL, 1995). Nesse entendimento, este autor visualiza analisar e interpretar as informações inerentes a consolidação do Massacre de Srebrenica, assim como a atuação das tropas holandesas e canadenses e se havia vontade política para usar a força. Na sequência analisar essas atuações e as falhas do nível tático ao nível político que culminaram na queda de Srebrenica. Em seguida, como proposto no presente trabalho, serão verificadas as consequências para os peacekeepers, principalmente em relação à evolução do uso da força para a proteção dos civis.

Baseado em aplicações, os estudos de caso evidenciam as suas vantagens: estimulam novas descobertas, em virtude da flexibilidade de seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema; permitem uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles e apresentam simplicidade nos planejamentos. Mas há também limitações, a mais grave parece ser a dificuldade de generalização dos dados obtidos, pois embora o estudo de caso se processe de forma relativamente simples, pode exigir do pesquisador muita cautela, porque ele está profundamente envolvido na investigação, para não incorrer no erro de apresentar falsa certeza de suas conclusões e de fixar-se demais em falsas evidências (Ventura, 2007).

Complementando o que pontua Ventura (2007), quando se estuda um ou alguns casos em profundidade, existem características/fatores/questões em outros casos que podem ser relevantes para o resultado que não foram avaliados na pesquisa específica, o que só será percebido no decorrer da pesquisa.

Estudos de Caso podem empregar uma grande variedade de técnicas, para reunir e analisar evidências. Essa é uma das intrigantes qualidades da pesquisa de estudo de caso e empresta à pesquisa a característica da flexibilidade. Para antropólogos e sociologistas, a unidade é sempre o grupo social, para os economistas pode ser o indivíduo, a empresa ou alguma aglomeração. Para cientistas políticos, os tópicos são frequentemente as nações-estado, regiões, organizações, estatutos ou eleições, em uma forma de nível cruzado de inferência (Gerring, 2006).

Nesse sentido, o presente trabalho tem uma certa aderência com o campo da ciência política, pois o objeto de estudo enquadra-se na região dos Bálcãs, no contexto da dissolução da ex-Iugoslávia, em uma guerra entre diferentes etnias e com práticas de limpeza étnica, impulsionadas pelo fato dos sérvios bósnios não aceitarem o resultado de um plebiscito com consulta popular a favor da independência da Bósnia-Herzegovina. Assim, de um lado, os sérvios bósnios lutavam apoiados pela Sérvia e do outro os bosníacos eram fragilmente protegidos pela ONU e por países do ocidente, mais especificamente da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Como modo de provocação, o autor reitera que para conduzir um estudo de caso há a necessidade de se conduzir uma análise de fatos cruzados ou, no mínimo, um mais amplo conjunto de casos (Gerring, 2006).

Gomes (2008) apresenta o estudo de caso como alternativa para pesquisas sobre o fenômeno educativo e algumas perguntas norteiam a discussão sobre sua

validade, tais como: - quando é que um caso é digno de ser estudado? ; - o que o torna relevante para ser estudado? Ainda de acordo com o autor, o estudo de caso deve ser significativo e de interesse público geral, deve ser completo e pode ser identificado por pelo menos três características:

- Quanto aos limites: a distinção entre o fenômeno estudado e seu contexto são definidos;
- Quanto à coleção de evidências: deve demonstrar que o investigador se empenhou exaustivamente, na coleta de evidências relevantes; e
- Quanto ao tempo e aos recursos necessários: exige do investigador boa previsão na fase do “design”, para evitar falta de tempo e de recursos.

Para Yin (2005), o estudo de caso é uma ferramenta metodológica que permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, favorecendo uma visão holística sobre os acontecimentos reais, destacando-se de seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Nesse sentido, a essência do estudo de caso está no fato de ser uma estratégia para investigar um fenômeno contemporâneo, possibilitando a explicação de ligações causais com situações singulares e suas chances de sucesso aumentam quando o design é bem feito, partindo de uma pergunta de partida objetiva; proposições orientadoras para o estudo; definição do que será analisado; e definição de critérios para interpretação dos dados de acordo com o referencial teórico (Yin, 2001 apud Gomes, 2008).

Entretanto, para avaliar a qualidade do design de pesquisa deve-se, em primeiro lugar, verificar a validade do constructo: as definições conceituais e operacionais dos principais termos e variáveis do estudo estão claras? Em segundo lugar, deve-se testar a validade interna, ou seja, testar a coerência interna entre as proposições iniciais, desenvolvimento e resultados encontrados. Em terceiro lugar, deve-se testar a validade externa, testar a coerência dos resultados do estudo e resultados de outras investigações semelhantes. E, por fim, se os resultados forem confiáveis, o estudo pode ser replicado. (Gomes, 2008).

A preparação do estudo de caso é um aspecto importante, pois o treinamento do investigador é essencial para assegurar as habilidades desejadas para extrair do caso as informações relevantes (Gomes, 2008).

Indo ao encontro dessa preparação, Gomes (2008), sugere a adoção de um protocolo de pesquisa, que é uma estratégia que prevê os procedimentos e regras a

serem seguidos, com a função de guiar o investigador e aumentar a confiabilidade da pesquisa (Gomes, 2008).

Estudos de caso podem ser causais/exploratórios ou descritivos. Os causais/exploratórios são modelos de estudo de caso que permitem ao investigador elencar elementos que lhe permitam diagnosticar um caso com perspectivas de generalização. Já os descritivos possibilitam ao investigador a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real. Essa classificação não indica, necessariamente, uma hierarquia de estudos de caso, uma vez que enfrenta uma situação tecnicamente única, em que haverão mais variáveis do que pontos de interesse; deve basear-se em várias fontes de evidências, com dados convergindo em um formato similar a um triângulo; e beneficiando-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas, para produzir a coleta e a análise de dados (Yin, 2001 apud Gomes 2008).

As fontes dos estudos de caso variam de acordo com a natureza do fenômeno investigado e podem ser documentais, entrevistas, entre outras. A pesquisa documental é utilizada para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações, pois os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos. Já as entrevistas constituem a principal fonte de evidências de um Estudo de Caso e podem ser classificadas em aberta, para extrair fatos, opiniões, *insights*; focada, perguntas previamente formuladas alinhadas com a percepção do investigador; e estruturada com perguntas pré-formuladas e com respostas fechadas (Yin, 2001).

Os dados a serem consultados para a presente pesquisa serão majoritariamente documentais, tanto a literatura acerca do assunto como documentos oficiais. No entanto, como fonte secundária de pesquisa podem ser utilizados trechos de discursos oficiais, assim como relatos de sobreviventes ao massacre de Srebrenica disponíveis na internet, em virtude da relevância já citada por Yin (2001).

Para Gomes (2008), o estudo de caso possibilita a triangulação de dados como estratégia de validação, portanto recomenda-se que se empreguem várias fontes de evidências em relação ao mesmo fenômeno: documentos, tabulações e narrativas; e o estabelecimento de uma cadeia de evidências perceptíveis capazes de legitimar o estudo, desde as questões de pesquisa até as conclusões finais.

Yin (2005), sugere que um estudo de caso “atraente” deve reunir algumas características básicas:

“Engajamento, instigação e sedução - essas são características incomuns dos estudos de caso. Produzir um estudo de caso



como esse exige que o pesquisador seja entusiástico em relação à investigação e deseje transmitir amplamente os resultados obtidos". (Yin, 2005, p. 197)

Visando a atender as propostas apresentadas por Yin (2005), a análise em questão procura as repercussões para o caso levantado, pesquisando embasado em teorias rigorosas e compreensíveis, adequadas à realidade da busca científica (Tesser, 1995). Para tanto, espera-se conseguir o máximo de informações sobre o assunto pesquisado, a fim de esclarecer e propor soluções para os principais desafios que se apresentam e também sanar as dúvidas e problemas que porventura venham a surgir durante o estudo.

Para o desenvolvimento do objeto de estudo deste trabalho, foi verificada a necessidade de aprofundamento na pesquisa, por isso foi escolhida esta metodologia de estudo de caso. Visualizou-se a necessidade de serem elencadas algumas variáveis de estudo, haja vista que percebeu-se que o massacre tem algumas relações de causalidade, o que será explicado a seguir.

O Caso em questão, análise do Massacre de Srebrenica, terá como variável dependente "Y" as consequências para os peacekeepers, e como variáveis independentes nominadas de "X", o mandato, os peacekeepers, a doutrina da ONU e a atuação do agressor (a Sérvia), do seguinte modo: x1:mandato (análise dos mandatos em vigor); x2 *peacekeepers* ( situação das tropas); x3: doutrina (doutrina da ONU em vigor); e x4: Sérvia (atuação do agressor), o que pode ser visualizado por meio da tabela a seguir (Tab. 1).

Tabela 1 - Variáveis do Estudo do Massacre de Srebrenica .

<b>Caso: O Massacre de Srebrenica</b> Y: As consequências para os peacekeepers após o massacre	
<b>Antes e Durante o Massacre</b>	
x1	Mandato (Em rel a Ptç Civ)
x2	Peacekeepers (Situação das Tropas)
x3	ONU (Doutrina)

x4	Sérvia (Atuação do Agressor)
----	------------------------------

Fonte: o autor

A presente dissertação buscará verificar a atuação das tropas canadenses e holandesas em relação ao mandato em vigor da UNPROFOR para a proteção de civis: a tropa canadense, que estava com o encargo de proteger a Vila de Srebrenica antes do Massacre; e a tropa holandesa que substituiu os *peacekeepers* canadenses em abril de 1995, presenciando as atrocidades do massacre em julho desse mesmo ano, sem poder intervir para a proteção dos civis.

Ainda na concepção da metodologia desta pesquisa observou-se a necessidade de se levantar alguns conceitos que necessitavam de maior entendimento por parte do leitor. No Artigo *What Makes a Concept Good? A Criterial Framework for Understanding Concept Formation in the Social Sciences*<sup>4</sup> John Gerring (1999), ressalta a importância de se conhecer o processo de formação de conceitos.

A formação de conceitos convencionalmente se refere a três aspectos: (a) os eventos ou fenômenos a serem definidos (a extensão, denotação ou o que se quer definir); (b) as propriedades ou atributos que os definem (a intenção, conotação e a definição); e (c) uma junção entre as letras a e b (o termo). Desse modo, a formação de conceito é então uma operação triangular; bons conceitos se alinham a esses três aspectos e se essa noção não é familiar aos leitores é devido a pouca atenção devotada ao assunto de formação de conceito dentro do campo das Ciências Sociais. (Gerring, 1999). Os maiores avanços na esfera desse campo do conhecimento estão substancialmente ligados à mudança nos problemas práticos da cultura e assumem a forma de uma crítica da construção de conceitos. (Weber apud Gerring, 1999).

O autor apresenta por meio da tabela abaixo, oito critérios para conceituação

Tabela 2 - Critérios para uma boa conceituação

1	Familiaridade	Quão familiar é o conceito?
2	Ressonância	A escolha ressoa?

<sup>4</sup> O que faz um conceito bom? Uma estrutura criterial para o entendimento da formação de conceitos nas Ciências Sociais (tradução nossa)

3	Parcimônia	Quão curto é o termo? Há a intenção de se definir atributos?
4	Coerência	Como internamente consistentes são as instâncias e os atributos?
5	Diferenciação	Como diferenciados são as instâncias e os atributos, de outros conceitos similares? Como limitar e como operacionalizar o conceito?
6	Profundidade	Quantas propriedades de acompanhamento são compartilhadas pelas instâncias de definição?
7	Utilização Teórica	Quão útil é o conceito dentro de um campo mais largo de inferências?
8	Utilidade de Campo	Quão útil é o conceito dentro de um campo de atributos e instâncias relacionados?

Fonte: Gerring, 1999, p. 367 (tradução nossa)

Por intermédio dos oito critérios apresentados por Gering (1999), visualizou-se a necessidade de contextualizar e conceituar alguns pontos chave desta pesquisa, conforme o que segue:

- a. Necessidade de Contextualização:
  1. Processo de formação e dissolução da Ex-Iugoslávia. Por que? Para se entender a complexidade do conflito e a multiplicidade étnico-religiosa da região objeto de estudo. (já apresentado na introdução)
  2. Guerra da Bósnia. Por que? Para se ter uma ideia abrangente do conflito, dos interesses das partes em questão, assim como para se entender que também houve limpeza étnica do lado do conflito. (já apresentado na introdução)
  3. Situação étnico-religiosa da região. Para que? Para se ter uma ideia da formação étnico-religiosa dessa região para gerar o entendimento da complexidade dos Bálcãs. (já apresentado na introdução)
  4. ONU. Para que? Para entender a organização, mandatos, resoluções e órgãos diretamente voltados para a implementação/ gerenciamento das missões de paz. (será apresentado na teoria)
  5. UNPROFOR. Para que? Para se entender as motivações para as quais a missão foi implementada, para que se possa melhor entender a missão em si na Vila de Srebrenica. (já apresentado na introdução)
  6. Atuação dos Peacekeepers do Canadá e da Holanda. Para que? Para

verificar as condições e meios das diferentes tropas e se elas estavam preparadas ou não para usar a força caso fosse necessário. (será descrito no capítulo do massacre de Srebrenica)

b. Necessidade de Conceituação

Tabela 3 - Itens a serem conceituados

1	<i>UN Mandate</i>
2	<i>UN Resolution</i>
3	<i>UNPA</i>
4	<i>DPKO</i>
5	<i>Peacekeepers</i>
6	<i>Peacekeeping</i>
7	<i>Peace Enforcement</i>
8	<i>Peacemaking</i>
9	Proteção de Civis (POC - Protection of Civilians)
10	<i>Troop Contributing Countries</i>
11	<i>SRSG</i>
12	<i>R2P</i>
13	<i>Brahimi Report</i>
14	<i>Secretary General</i>
15	ONU
16	TPI
17	TPEY
18	Agenda para a Paz
19	Genocídio
20	Massacre
21	Limpeza Étnica
23	<i>Bosniak</i>

Fonte: o autor

Inicialmente, visualizou-se a necessidade de bem contextualizar e conceituar palavras-chave do trabalho para torná-lo mais atraente, confiável e voltado para um leitor que possa entender o caso e sua contextualização, atentando para a importância do conceito assim como seus critérios já apresentados por Gerring (1999).

Cabe ressaltar, que uma das características do Estudo de Caso já citados neste subcapítulo de metodologia é a flexibilidade (Ventura, 2007), portanto ressalta-se que essa proposta pode ser aprimorada ao longo da pesquisa, haja vista a possibilidade de ser encontrado algo novo e que possa ser relevante a ponto de ganhar uma maior descrição no trabalho.

A importância da abordagem histórica do trabalho vai ao encontro do que preconizava Buzan (2012), pois há necessidade de contextualizar o leitor inicialmente de modo global em relação à localização geográfico/temporal do objeto de estudo, o que será aprimorado no desenvolvimento deste trabalho, assim como também apresentar uma abordagem inicial de como decorriam as missões da ONU antes da implantação da Força de Proteção das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina (UNPROFOR 2).

No Capítulo de análise do Massacre de Srebrenica também visualiza-se a necessidade de uma contextualização mais específica (geográfico/ temporal) do enclave de Srebrenica, assim como da polêmica em relação às motivações que culminaram neste grande dano à vida de civis e de militares sérvios, procurando abordar as visões dos dois lados, buscando sempre prezar pela coerência.

No entanto, antes de iniciar o referencial teórico, será apresentada a conceituação citada no subcapítulo anterior, haja vista que esses conceitos irão permear todo o trabalho e esse conhecimento faz-se necessário para o entendimento do trabalho.

### **1.2.1 Conceituação**

Iniciando a conceituação dos principais termos do trabalho, serão conceituados termos inerentes a Organização das Nações Unidas (ONU) e ao seu mecanismo de segurança coletiva, de modo a facilitar o entendimento da linguagem desse Organismo Internacional que será usada neste trabalho.

Segundo Castro (2012), sucedendo o fracasso da Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU) é um produto de antigos anseios ao sistema

de Westfália (1648), manifestando o ímpeto imperativo ético-social dos povos, exercendo poderoso simbolismo no imaginário coletivo, por conta da materialização histórico-jurfilosófica das promessas kantianas de paz perpétua.

A ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de prevenir futuras guerras mundiais, sucedendo a Liga das Nações de 1917, que foi caracterizada como ineficaz. Em 25 de abril de 1945, 50 governos se reuniram em San Francisco, nos Estados Unidos da América, para uma conferência dessa organização e começaram a redigir a Carta, que foi adotada em 25 de junho de 1945 e só entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, quando a ONU iniciou suas operações. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é composto por 05 membros permanentes que têm poder de veto e em 2023, a ONU é constituída por 193 países<sup>5</sup>. Suas decisões são deliberadas em Assembleias Gerais por meio de resoluções. É presidida por um Secretário Geral (SG<sup>6</sup>) e é representada nos países anfitriões de suas missões por um *SRS*<sup>7</sup> (Representante do Secretário Geral) (Castro, 2012).

Passando a tratar de conceitos dos Estudos para a Paz, alguns dos mais difíceis de conceitualizar em Português e dos mais comuns nessa literatura, estão a tríade *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*, que marcaram essa área da disciplina acadêmica, denotando a caixa conceitual básica de todo um campo de estudo. Dos três, talvez o *peacekeeping* seja o mais institucionalizado. (Nader, 2017).

Segundo Nader (2017), nos anos 1960, o norueguês John Galtung, diferenciou as três metodologias da busca pela paz. ***Peacemaking*** buscava reconciliar as atitudes políticas e estratégicas através de mediação, negociação, arbitragem ou conciliação. Por sua vez, o ***peacebuilding*** trabalhava a implementação prática de mudança social pacífica através da reconstrução socioeconômica e desenvolvimento. Diferente dos conceitos anteriores, ***peacekeeping*** descrevia tentativas de reduzir ou cessar as violências de um conflito por meio de intervenção militar. Galtung (1960) reconhecia no *peacekeeping* a importante tarefa de reduzir o grau de destrutividade dos conflitos e do comportamento violento. (Galtung, 1960 apud Nader, 2017).

As missões da ONU têm participação de civis e de militares que atuam em

---

<sup>5</sup><https://www.dadosmundiais.com/aliancas/onu-nacoes-unidas.php#:~:text=A%20ONU%20%C3%A9%20uma%20alian%C3%A7a,e%207%2C84%20bilh%C3%B5es%20pessoas.>

<sup>6</sup> *Secretary General*

<sup>7</sup> *Secretary Representative of Secretary General*

diversas funções. Os militares geralmente podem trabalhar como *Staff Officers*<sup>8</sup> no QG da missão, como Observadores Militares (*MilObs*<sup>9</sup>) ou como integrantes da tropa dos países contribuintes com tropa (TCC<sup>10</sup>). As *UN Missions*<sup>11</sup> são reguladas e controladas pelo *DPKO - Department of Peacekeeping Operation* (Departamento de Operações de Manutenção da Paz), que é sediado em Nova Iorque.



Figura 3: Sede da ONU em Nova Iorque

Fonte: [peacekeeping.un.org](http://peacekeeping.un.org)

### 1.2.2 Carta da ONU<sup>12</sup>

A Carta da ONU é o documento base para todos os trabalhos da ONU. Ela dá ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária para a manutenção da paz e da segurança internacional. Cumprindo essa responsabilidade, o Conselho pode estabelecer uma operação de paz da ONU. Essas operações são embasadas em mandatos do Conselho de Segurança das Nações Unidas e suas tarefas diferem de cada situação, dependendo da natureza dos conflitos e dos seus específicos desafios. (*DPKO*<sup>13</sup>, 2023)

---

<sup>8</sup> Oficiais de Estado-Maior que servem no Quartel General (QG) da ONU

<sup>9</sup> *Military Observers*

<sup>10</sup> *Troop Countries Contributing*

<sup>11</sup> Missões da ONU

<sup>12</sup> disponível em [peacekeeping.un.org](http://peacekeeping.un.org)

<sup>13</sup> disponível em [peacekeeping.un.org](http://peacekeeping.un.org)

O Capítulo VI trata da “Solução Pacífica de Controvérsias”. As operações de paz da ONU têm sido tradicionalmente associadas ao Capítulo. No entanto, o Conselho de Segurança não precisa se referir a um capítulo específico da Carta ao aprovar uma resolução que autoriza o envio de uma operação de manutenção da paz da ONU e não invoca o Capítulo VII (DPKO, 2023).

O Capítulo VII da Carta autoriza a implantação de operações de paz da ONU em cenários pós-conflito voláteis onde o Estado é incapaz de manter a segurança e a ordem pública. A invocação do Capítulo VII pelo Conselho de Segurança nessas situações, além de denotar a base legal para sua ação, também pode ser vista como uma declaração de firme determinação política e um meio para lembrar as partes em conflito e os membros mais amplos da ONU de sua obrigação de dar efeito às decisões do Conselho de Segurança (DPKO, 2023).

Revela-se também importante analisar a atuação da comunidade internacional junto à ONU, contribuindo para a avaliação do cumprimento dos mandatos das intervenções empreendidas. A dificuldade em gerenciar a execução dos mandatos e a falta de coordenação entre o contingente engajado e outras instituições envolvidas no conflito estão entre os principais problemas que afetam a atuação da comunidade internacional (Bigatão, 2015).

A seguir será apresentado o referencial teórico a respeito do assunto. Inicialmente, serão apresentadas perspectivas de teorias de relações internacionais que tem aderência com o trabalho. Na sequência, serão apresentadas teorias contemporâneas acerca de missões de paz em um nível operacional/estratégico e, por último, serão apresentadas construções teóricas mais recentes e mais próximas do nível tático. Desse modo, acredita-se que o referencial teórico a ser apresentado possa contribuir com diferentes perspectivas para explicar o caso em questão.

### 1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Alves-Mazzotti (2001), quando o pesquisador está lidando com um fenômeno sobre o qual já existe conhecimento acumulado por outras pesquisas semelhantes, a utilização de um referencial teórico ajuda a focalizar as questões a serem investigadas e a analisar os dados, evitando que o pesquisador se perca em um emaranhado de



informações inúteis e sem significado. Por outro lado, a não-utilização de teorias, justifica-se no estudo de situações pouco conhecidas (Alves-Mazzotti, 2001).

A autora supracitada ressalta que os paradigmas diferem entre si quanto à utilização de teorias e que os argumentos usados para defender cada uma das posições devem ser coerentes com as raízes epistemológicas que as propõem, conforme citação a seguir.

Os construcionistas sociais, por exemplo, defendem a não-utilização de teorias a priori, preferindo que a teorização surja da análise dos dados. Argumentam que, dada a natureza idiográfica e holística dos fenômenos sociais, nenhuma teoria previamente selecionada é capaz de dar conta dos significados dessa realidade tanto do ponto de vista específico como global. Além disso, consideram que a adoção de um quadro teórico anteriormente à coleta de dados turva a visão do pesquisador, levando-o a desconsiderar aspectos importantes que não se encaixam na teoria (Lincoln, Gubba, 1985 apud Alves-Mazzotti, 2001, p. 43)

Por outro lado, os pós-positivistas e muitos teórico-críticos, valorizam a utilização da teoria para a formulação de hipóteses e para a identificação de categorias de análise argumentando que dificilmente um pesquisador inicia sua coleta de dados sem que alguma teoria esteja orientando seus passos e alertando que a ausência de focalização e de critérios na coleta de dados frequentemente resulta em perda de tempo, excesso de dados e dificuldade de interpretação (Alves-Mazzotti, 2001).

Tendo em vista que o objetivo do Estudo de Caso em questão é verificar as consequências do massacre de Srebrenica para os *peacekeepers*, o presente trabalho procurou teorias que envolvessem uma relação de causalidade, indo ao encontro da afirmação de Beache e Pedersen (2015) que a ideia de caso está relacionada à interação singular do funcionamento de uma teoria causal, também indo ao encontro da Teoria Causal de *Peacekeeping* (Fortna, 2008), que será explicada no referencial teórico desta dissertação.

O Massacre de Srebrenica também foi um dos eventos marcantes da Guerra da Bósnia. A ONU havia criado áreas de segurança, as Áreas Protegidas das Nações Unidas (UNPA)<sup>14</sup> e Srebrenica era uma delas. No dia 11 de julho de 1995, os sérvios

---

<sup>14</sup> United Nations Protected Areas

invadiram a localidade, ceifando a vida de mais de 8 mil homens e meninos, execuções com disparos à curta distância, sem possibilidade de defesa. (Alves, 2013).

### **1.3.1 Cosmopolitismo**

O cosmopolitismo é considerado como uma abordagem capaz de enfrentar os novos tipos de ameaças à segurança internacional, como o terrorismo e os crimes tradicionais organizados, que não podem ser resolvidos pelos Estados por meio de esforços individuais, mas que exigem uma sinergia de esforços de uma rede de Estados (Kaldor, 1999).

As práticas de manutenção e imposição da paz são citadas como um exemplo de política cosmopolita capaz de salvaguardar os direitos humanos e proteger as populações civis. O argumento central desta abordagem é que a promoção e difusão de valores considerados globais tais como a democracia, por meio da prevenção e resolução de conflitos por meios pacíficos, possibilitam a construção da paz e da estabilidade por intermédio da difusão de tais valores e, desse modo, as operações de manutenção de paz devem ser conduzidas de forma a promover os ideais cosmopolitas e a manter o compromisso com os princípios e normas humanistas. (Badmus e Jenkins, 2019).

Com base nesse quadro teórico, Woodhouse e Ramsbotham (2005) apresentaram uma corrente teórica para o desenvolvimento de operações de paz cosmopolitas que precisam ser conduzidas por um Serviço de Paz de Emergência da ONU que seja suficientemente forte para proteger civis. Nessa mesma linha, Kaldor (1999) defendeu que as operações de paz fossem proativas e servissem como um instrumento de aplicação da lei cosmopolita.

Avaliados no contexto da análise precedente, coloca-se uma questão fundamental: Como funcionam as operações de paz cosmopolitas no quadro de Kaldor (1999)? A autora chama a atenção para o fato destas forças de manutenção de paz proativas (cosmopolitas) serem profissionalmente competentes para desempenhar tanto tarefas de soldadura como de policiamento e argumenta que as operações de paz proativas se caracterizam pela imparcialidade, mas não pela neutralidade, pois exige provavelmente que parte dessas forças de manutenção de paz se tornem parte do conflito, apoiando civis inocentes, a fim de os protegerem como parte do seu mandato (Kaldor, 1998 apud Badmus e Jenkins, 2019).

A abordagem cosmopolita tem sido criticada de muitas maneiras. Primeiramente, por poder ser usada como justificativa pelos Estados poderosos para promover seus

interesses geopolíticos ou de extração de recursos naturais. Esta é uma razão pela qual pode-se interrogar para quem os interesses de tais operações de paz cosmopolitas podem servir. Esta razão pode ter levado Björkdahl a perguntar:

“Será que o cosmopolitismo como instrumento para a paz e a segurança será usado seletivamente e simplesmente reforçará os interesses ocidentais, de grandes potências ou os do Conselho de Segurança da ONU?” (Björkdahl, 2005, p. 223).

Ademais, a difusão valores cosmopolitas por intermédio das operações de paz tem sido criticada como a disseminação de ideais ocidentais em vez de universais e que o cosmopolitismo não é mais do que a propagação do poder e da influência dos principais países ocidentais no mundo com o objetivo encoberto da dominação neo-colonial e imperial de Estados mais fracos dos quais se exigem providências visando obter alguma vantagem estratégica. Em segundo lugar, o cosmopolitismo tem sido criticado como sendo uma “ilusão” ou “universalismo abstrato”, que baseia-se em uma concepção simplista de novos conflitos ao vê-los como envolvendo vítimas inocentes e seus torturadores. (Bellamy, Willians e Griffin, 2010)

### **1.3.2 Cultura Global**

Para Paris (2003), há uma cultura global distinta que abrange as regras formais e informais da vida social internacional. Nesse interim, os sociólogos da política mundial se engajam na compreensão das normas, costumes e cultura das sociedades humanas. Dentro da tradição dos estudiosos da política mundial, há a necessidade de ter um perspectiva macro do mundo como uma única sociedade em vez de estudar a cultura de um determinado grupo, sociedade ou de uma nação.

A abordagem da cultura global ajuda a explicar por que razão as operações de paz aderem a algumas atividades que são apropriadas e deslegitimam outras, independentemente de tais estratégias serem ou não capazes de ajudar as missões de paz a cumprir os seus mandatos e atingir a paz (Bellamy, Willians e Griffin, 2010). Isto implica que as agências de manutenção de paz concebam e desenvolvam missões de paz para implementar instrumentos políticos que obedeçam às regras de uma cultura global específica, enquanto as estratégias que desviem destes valores são descartadas.

Este raciocínio explica por que a tutela internacional é desqualificada como

estratégia apropriada por suas supostas “conotações neo-coloniais”, apesar dos seus registros positivos associados ao desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial (Badmus e Jenkins, 2019).

Paris (2003) criticou a abordagem da cultura global a partir da perspectiva de restringir-se à prática da manutenção de paz ao limitar o leque de estratégias que as forças podem realisticamente seguir. Por isso, a maior fragilidade deste quadro teórico é que ele limita as instituições mandatárias de manutenção de paz, tais como a ONU e os arranjos regionais (União Africana, por exemplo) a descartar algumas ferramentas políticas, simplesmente porque não estão em conformidade com as normas aceitáveis da sociedade internacional.

### **1.3.3 Teoria Crítica**

Segundo Cox (1981), as principais teorias são concebidas para servir os interesses dos Estados dominantes (capitalistas) à custa das periferias mundiais sem questionar a ordem mundial dominante. Cox (1981) sustenta que as teorias ortodoxas são ideologias concebidas propositadamente para lidar com as instabilidades dentro de uma ordem mundial que é, ela própria, disfuncional (Cox apud Pugh, 2004).

A teoria crítica procura desvendar as injustiças associadas às teorias ortodoxas e examinar a “transformação estrutural” como uma forma de alcançar a emancipação humana (Horkheimer, 1982). Com este objetivo, os teóricos críticos, de acordo com Pugh (2004), examinam os contextos em que as operações de manutenção de paz atuam e defendem que as intervenções de manutenção de paz servem um propósito muito limitado, de resolução de problemas ou de gestão, isto é, para sustentar uma determinada política de ordem mundial sob os auspícios do imperialismo liberal.

Seguindo a lógica da teoria crítica, a necessidade e a implementação de operações de paz são, como afirmam Bellamy, Williams e Griffin (2010) baseados nos argumentos de Pugh (2004) e Duffield (2001), necessárias para proteger a ordem econômica neoliberal existente no mundo.

Os teóricos críticos apresentam que as operações de paz podem resultar na emancipação humana quando as categorias oprimidas e marginalizadas da sociedade são reconhecidas, as suas vozes ouvidas e as suas dificuldades e experiências tomadas em consideração. Ao concentrar-se nas dificuldades destes grupos, acredita-se que as fontes dos seus problemas e a maneira como lidam com essas situações serão melhor compreendidas pelas agências de manutenção de paz e que, a longo prazo, darão a elas

e aos atores a oportunidade de serem levados em consideração, especialmente no processo de negociação de acordos de paz (Stammes, 2004).

#### 1.3.4 Teorizando o Uso da Força

No fenômeno da Guerra só pode existir Vitória se o uso da força, ou seja, emprego de violência entre dois ou mais atores ocorrer pressupondo em algum momento que um conflito se encerre. Ao fim das hostilidades, um dos contendores poderá ser um ator vitorioso, alcançando objetivos de natureza diversa, que podem ir desde a anexação e conquista de territórios até a sobrevivência (Moita, 2020).

Segundo Braga (2016), o entendimento do contemporâneo uso da força em prol da comunidade internacional, especialmente em *peacekeeping*, ainda tem uma urgente necessidade de um trabalho teórico.

Os princípios do *peacekeeping* tradicional desde o seu início são: consenso, imparcialidade e não uso da força, a não ser que seja em defesa própria. Esses princípios estão opostos aos conceitos de guerra, pois há uma clara dicotomia em relação à guerra: o uso da força oposto ao não uso da força, a política da não política, o consenso do dissenso (Braga, 2016).

As operações de *peacekeeping* em sua concepção original não foram criadas com a intenção do uso da força. No entanto, a tentativa de evitar guerra entre Estados acabou criando, principalmente após as intervenções humanitárias da década de 1990, condições acerca da possibilidade do uso da força em prol da comunidade internacional (Braga, 2016).

Para explicar esse uso da força, Braga (2016), inspirado em Clausewitz, introduz conceitos como *peacekeeping* absoluta e trindade terciária, propondo um desenho teórico que pode ser utilizado como ferramenta para entender o uso da força por *peacekeepers* em missões da ONU.

Para Clausewitz (2007), a força constitui os meios de guerra, enquanto o objeto é a imposição da vontade de um sobre o outro. Desse modo, uma das partes beligerantes poderia, a princípio, usar maior força do que acredita ser necessário para alcançar seu objetivo político. Complementando esse conceito, Stian Kjekrurd (2009) argumenta que o uso da força consiste de violentos meios aplicados por um sistema militar politicamente controlado.

Segundo Bobbio<sup>15</sup> (2020), desde que a força é o meio mais resolutivo para exercer o domínio do homem sobre o homem, quem detém o uso deste meio dentro de certas fronteiras é quem tem a soberania conhecida como *summa potestas*, ou poder supremo. Para Rousseau<sup>16</sup> (2018), a força é um poder físico, seus efeitos estão acima da moralidade e o mais forte nunca será suficientemente forte para ser permanentemente hegemônico, se não transformar essa força em direito e a obediência em dever.

O uso da força na guerra tem sido profundamente estudado, debatido e teorizado ao longo da história. A proposta teórica de Clausewitz apresentada por meio de seu livro *Da Guerra*, originalmente publicado em 1832, continua a representar talvez o mais importante trabalho para o entendimento do fenômeno da guerra (Braga, 2016).

A teoria clausewitziana não é capaz de lidar com o uso da força no contexto de uma intervenção internacional, um fenômeno recente. No entanto, a Teoria da Guerra de Clausewitz (2007) pode prover um significativo ponto de partida como ferramenta teórica, conforme propõe Braga (2016).

Para Clausewitz, a centralidade da existência de um inimigo é uma característica fundamental de toda a dimensão a respeito da guerra (Clausewitz, 2007). De acordo com o discurso dominante em operações tradicionais de *peacekeeping*, não há um inimigo. No entanto, ao lidar com robustas missões de *peacekeeping* que têm a possibilidade do uso da força, o debate envolvendo a identificação de um rival torna-se mais complexa (Braga, 2016).

Em missões tradicionais não haviam inimigos identificados na comunidade internacional e era esperada a imparcialidade dos *peacekeepers*. No entanto, quando a ONU muda o *status* de suas operações tradicionais para mais robustas, alguns grupos são casualmente identificados como observadores e referidos como inimigos do processo de paz. Apesar disso, a ONU continua a identificar-se com imparcialidade, não em relação às partes, mas em prol do mandato. (Braga, 2016).

#### 1.3.4.1 *Peacekeeping Absoluta x Guerra Absoluta*

Clausewitz desenvolveu o conceito de guerra absoluta, um tipo abstrato, forma pura na qual a guerra é um simples sopro de uma forma infinita (Clausewitz, 2007). Para Braga (2016), uma teoria do uso da força em prol da comunidade internacional deve avançar sendo capaz de ser mensurada no espaço entre a paz e a guerra, conforme

---

<sup>15</sup> Tradução Celso Laffer, p. 105. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2020

<sup>16</sup> Tradução Ciro Miranza. p. 19. São Paulo: Lafonte, 2018.

modelo apresentado pelo autor .

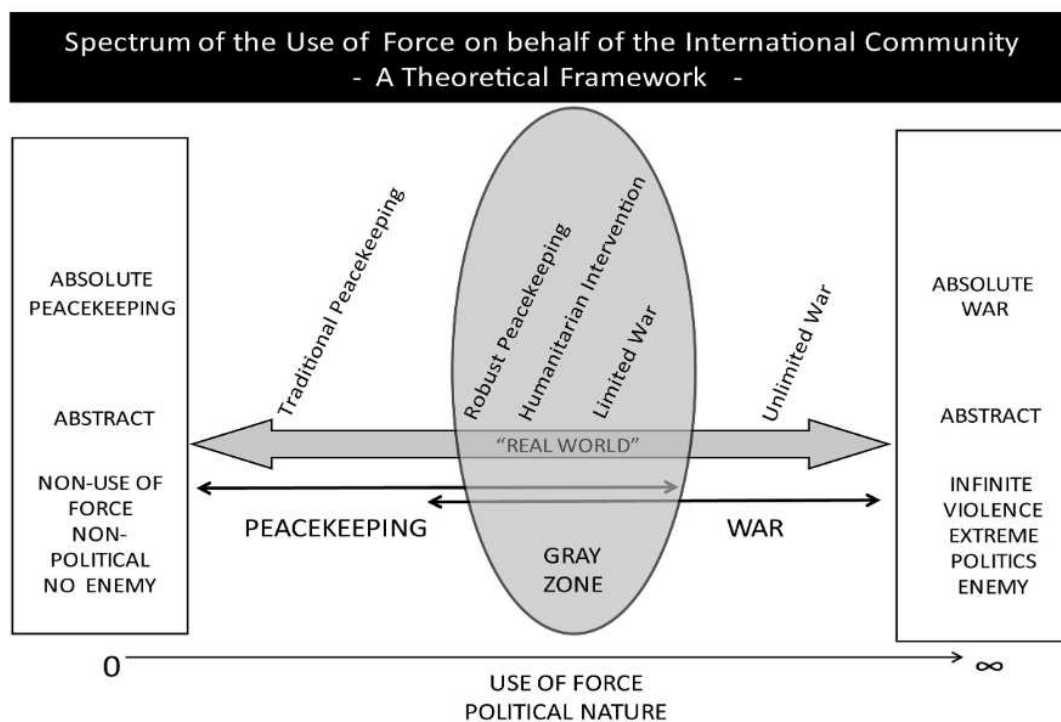


Figura 4: O espectro da guerra nas Operações de *Peacekeeping*

Fonte: BRAGA, 2016

Na proposição inicial de Clausewitz, o uso da força deve ser percebido como função dos objetivos do Estado. O general prussiano classificava a guerra do mundo real em duas diferentes categorias: guerra limitada e guerra absoluta. Nessa categorização, ele entendeu que a guerra poderia ser de dois tipos em relação aos objetivos a serem alcançados. Poderia ser uma guerra para destruir o inimigo ou para ocupar alguns dos seus distritos de fronteira, que poderiam ser anexados ou barganhados. Assim, desde que considerações políticas tornaram-se primordiais, estas tomaram diferentes formas. (Clausewitz apud Braga, 2016).

#### 1.3.4.2 A Trindade Terciária

Braga (2016) apresenta os fatores de violência da Guerra identificados na trindade paradoxal de Clausewitz: violência, oportunidade e razão como trindade primária e

sua respectiva relação com população, exército e governo como trindade secundária, ressaltando que a última é mais popular que a primeira. O autor propõe uma trindade terciária para explicar o uso da força em prol da comunidade internacional, trazendo à baila uma discussão entre a grande diversidade da população mundial, o déficit democrático observado em algumas instituições internacionais e a frágil ligação entre instituições internacionais. A seguir, o modelo proposto pelo autor tendo como ponto de partida a trindade paradoxal clausewitziana.

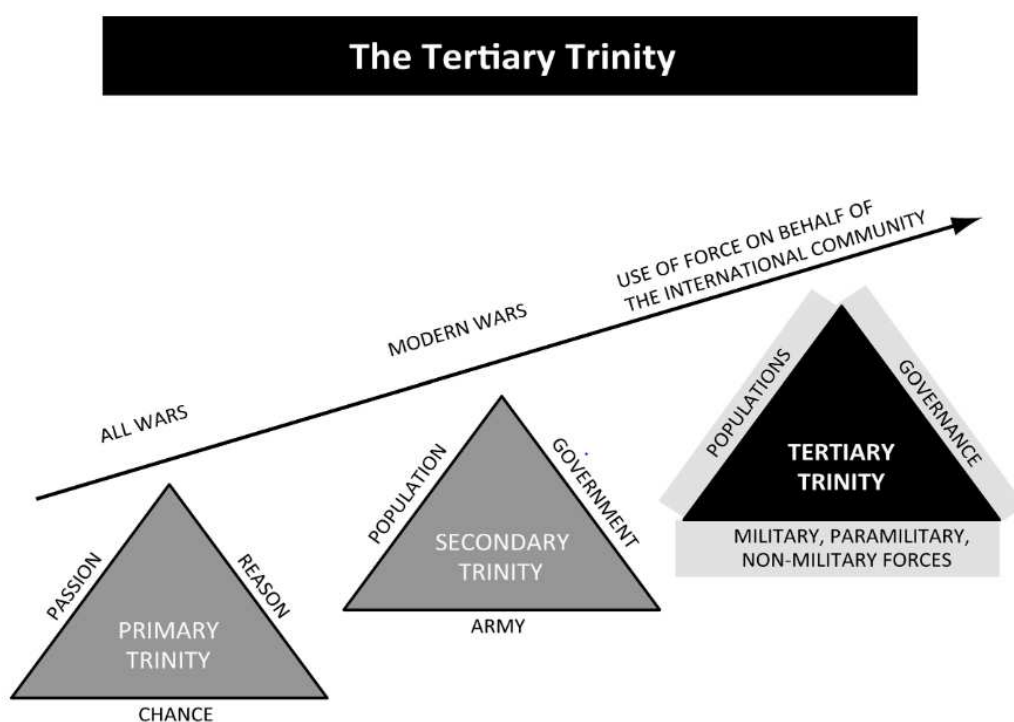


Figura 5: Trindade Terciária

Fonte: Braga, 2016

Como pode-se perceber na proposta apresentada por Braga (2016), partindo da trindade primária de Clausewitz que é composta de razão, paixão e oportunidade no escopo de todas as guerras em geral, para uma trindade secundária composta por população, governo e exército no escopo das modernas guerras, a base da trindade terciária substitui um exército regular por forças militares, para-militares e forças não-militares dentro de um novo contexto do uso da força em prol da comunidade internacional (Braga, 2016).



Um outro conceito importante a ser considerado no uso da força em operações de *peacekeeping* é a fricção, ou seja, aquilo que foge ao controle, que pode mudar uma situação de favorável a desfavorável e vice-versa. Segundo Clausewitz (2007), fricção é, em resumo, a força que faz o aparentemente fácil tornar-se muito difícil, juntamente com perigo, exerceção física e inteligência, constituindo os principais elementos da atmosfera da guerra. A noção de fricção também é claramente presente nas intervenções das missões de paz da ONU robustas, em que há a possibilidade do uso da força, nas quais a fricção transcende o conceito de Clausewitz, incluindo os inesperados e imprevisíveis resultados da interação política entre o global e o local, mesmo sem o uso da força (Clausewitz apud Braga, 2016).

Complementando essa construção teórica sobre o uso da força em missões de paz da ONU, a seguir será apresentada a Teoria Causal de Peacekeeping proposta por Braga (2016).

### 1.3.5 Teoria Causal sobre Peacekeeping

Na Teoria Causal de *Peacekeeping*, Virginia Page Fortna (2008), responde no Capítulo IV de seu livro *Does Peacekeeping work?* algumas perguntas para tentar gerar essa relação de causalidade tais como: Como a presença de pessoal internacional não armado ou levemente armado, desdobrado com o consentimento dos dois lados fazem a diferença? Sobre quais mecanismos *peacekeepers* mantêm a paz?

A literatura sobre *peacekeeping* é surpreendentemente vaga na questão de como os soldados efetuam a paz. Muitos estudos listam as funções de *peacekeeping*<sup>17</sup> sem ligá-las a uma teoria causal que relaciona-se com o resultado desejado (Fortna, 2008).

O sucesso ou falha das missões da ONU é frequentemente atribuída a falta de consenso entre as partes, mas há pouca discussão sobre como a presença ou as ações dos *peacekeepers* podem mudar a vontade dos beligerantes, que é como os *peacekeepers* podem aproveitar os incentivos das partes do conflito (Fortna, 2008).

Identificando a causa explícita do que liga a presença ou ausência de *peacekeepers* e a estabilidade da paz não tem sido o principal objeto dos recentes estudos. No entanto, a literatura sugere um número plausível de formas em que a presença de *peacekeepers* pode mudar os prospectos para a paz (Fortna, 2008).

Ademais, segundo a autora, muita da literatura de missões de paz consiste de

---

<sup>17</sup> funções de *peacekeeping* :interposição, monitoramento, desarmamento, treinamento policial, observação eleitoral, etc. Fortna (2008)

estudos de caso que apresentam lições aprendidas da experiência dos *peacekeepers* e, com poucas exceções, a questão mais básica é saber se há diferença entre a presença ou a ausência de mantenedores da paz e muito do debate doutrinário envolvendo o uso da força em *peacekeeping* foca na necessidade de uma forte dissuasão contra violações ao cessar-fogo (Fortna, 2008).

Desse modo, as partes podem ou não ter um interesse compartilhado em paz estável, mas eles têm certamente diferentes ideais políticos acerca das consequências de suas lutas. Por outro lado, Fortna (2008), afirma que a contestação das partes nunca é de soma zero, há sempre espaço para cooperação, pois a guerra é extremamente custosa demandando recursos para financiar o conflito, além de ser altamente custosa em termos de vidas humanas.

Para desenvolver a teoria causal de *peacekeeping*, Fortna (2008) começou pensando nas possibilidades de falha da paz e ao analisar muitos casos de guerras civis descobriu que beligerantes chegam a um certo nível de cessar-fogo, em que a guerra pode recomeçar por meio dos seguintes motivos: através de deliberada agressão; por meio do dilema de segurança espiral de medo e incerteza; por acidente; porque um lado não aceita o acordo político de cessar-fogo ou alguma combinação desses fatores que serão descritos abaixo (Fortna, 2008).

#### 1.3.5.1 Agressão

Embora concordando com a paz, um ou mais lados podem estar ganhando tempo para tirar mais vantagens de um momento de ataque em busca de vitória militar ou de uma melhor situação para negociar. Mesmo se um combatente concorda com a paz em boa fé durante o cessar-fogo e se acredita que os seus interesses possam estar comprometidos por essa paz ou se ele vê uma oportunidade imprevista para ganhar às custas do inimigo, ele pode decidir recomeçar as hostilidades como melhor opção (Fortna, 2008).

Se o Acordo de Paz demanda desarmamento e desmobilização, e há algum desequilíbrio nesse processo, o lado que está militarmente mais forte nesse processo provavelmente aproveitará a chance de obter a vitória. Do mesmo modo, o processo de desarmamento pode revelar o lado que está mais fraco em relação ao outro, em termos de força de tropa e de equipamento, por exemplo. Essa nova informação pode mudar o cálculo para guerra ou para paz (Fortna, 2008).

#### *1.3.5.2 Medo e Desconfiança*

Para Fortna (2008), mesmo se nenhum lado escolhesse reiniciar a guerra apesar da paz que fora acordada, desconfiança e medo podem prejudicar a paz. Nenhum lado pode estar certo se o outro pretende manter a paz ou forjar um ataque. Nessa atmosfera de profunda desconfiança, os espirais do dilema de segurança são extremamente prováveis. Se um acordo de paz requer desarmamento e desmobilização, todos os lados irão guardar provavelmente algumas forças e algumas armas em reserva, para que não sejam atacados.

Esses espirais de medo e desconfiança do dilema de segurança irão parar a implantação do processo de paz ou, na pior das hipóteses, podem agravar a situação até que a guerra possa parecer inevitável se um lado preferir se antecipar do que ser atacado. Mesmo as partes com intenções pacíficas podem ter problemas acreditando no engajamento mútuo pela paz (Fortna, 2008).

#### *1.3.5.3 Acidente*

Considerando que os níveis de desconfiança e ódio mútuo logo após uma guerra civil estão elevados, a ocorrência de acidentes ou incidentes entre soldados ou civis também podem desencadear uma crise e levar um país de volta para a guerra (Fortna, 2008).

A autora acrescenta que abusos cometidos por soldados contra civis podem continuar após um cessar-fogo, especialmente em conflitos em que a população civil tem sido o objetivo da estratégia militar ou o meio para financiar um exército, particularmente em conflitos baseados em identidade, em que a proteção de uma etnia é a principal motivação para lutar, ataques de soldados contra a população civil levam a retaliações (Fortna, 2008).

#### *1.3.5.4 Exclusão Política*

Para Fortna (2004), muito mais que uma guerra entre Estados, manter a paz em conflitos civis envolve um processo político. Estados podem e frequentemente concordam em viver com suas diferenças pós-conflito, mas o fim de guerras internas exige a

organização de uma estrutura de governo que os dois lados possam tolerar.

Segundo a autora, ex-combatentes retornarão à guerra se sentirem que estão perdendo o conflito politicamente. Se o acordo de divisão do poder que induziu ao fim das hostilidades não for cumprido, se as forças policiais abusarem de seus membros e se as eleições não forem livres e justas, a guerra provavelmente irá recomeçar (Fortna, 2008).

#### 1.3.5.5 Os mecanismos causais de *peacekeeping*

Segundo Fortna (2008), os *peacekeepers* podem ter um efeito causal na estabilidade da paz, pois podem agir de modo a mitigar o recomeço de um conflito. A tabela a seguir, resume as ações dos *peacekeepers* em cada situação, conforme proposta de Fortna (2008):

Tabela 4 - O Mecanismo Causal de *Peacekeeping*

<b>Causas para Recomeço do Conflito</b>	<b>Mecanismos causais de <i>peacekeeping</i></b>
Agressão	Reduzir a probabilidade de agressão aumentando os custos da guerra e os benefícios da paz para o pacificado ( <i>peacekept</i> )
Medo e Desconfiança	Reduzindo a incerteza dos beligerantes sobre as ações de cada parte e as suas intenções
Acidente	Prevenindo a ocorrência de acidentes e os controlando para evitar a escalada de uma crise
Exclusão Política	Renegando um acordo político e excluindo o outro do poder

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em Fortna (2008)

Fortna (2008) acrescenta que esses mecanismos, na prática, se sobrepõem e que estas distinções são mais úteis analiticamente do que na prática, mas elas podem prover um quadro de referência para considerar os mecanismos causais de *peacekeeping*.

Das quatro prováveis causas do retorno de um conflito citadas acima, destaca-se que, para conter uma agressão, os *peacekeepers* têm que aumentar os custos da guerra. Essa ação está diretamente ligada à dissuasão (*deterrence*) e é um

dos mecanismos causais de *peacekeeping* (Fortna, 2008).

A credibilidade é um ponto central para o sucesso da dissuasão em missões de paz, como é bem entendido na literatura de dissuasão militar. Se os *peacekeepers* preferem retirar-se do que lutar enfrentando o acirramento de hostilidades para proteger civis, então o amparo tecnicamente legal do mandato amparado no Capítulo VII da Carta da ONU não significa nada. Por outro lado, uma grande e bem-armada missão de *peace enforcement* sinaliza que as tropas têm condições de usar a força se necessário e representa um importante ponto de dissuasão (Fortna, 2008).

O monitoramento dos *peacekeepers* de desmobilização ou de movimento suspeito de tropas pode fazer que um ataque surpresa seja muito mais difícil de acontecer. A presença das missões embasadas no Cap VI da Carta da ONU também pode servir como um provável gatilho para mudar a missão para um *enforcement*, caso seja necessário (Fortna, 2008).

### **1.3.6 A utilidade da força militar para proteger civis em operações de paz**

Em uma tentativa de clarificar os desafios que as operações de paz da ONU têm passado, Alexander William Beadle e Stian Kjeksrud (2018), descrevem como diferentes categorias de ameaças a civis podem ser identificadas e mapeadas por *peacekeepers*. A análise mostra que os soldados mantenedores da paz somente têm usado a força para proteger civis em poucas missões da ONU. Nessas operações, as ameaças aos civis têm sido relativamente limitadas em comparação a experiências anteriores em Ruanda, na Bósnia e na Somália durante os anos 1990 (Beadle e Kjeksrud, 2018).

Mais especificamente, os *peacekeepers* da ONU têm sido significativamente mais bem-sucedidos na proteção de civis nos casos em que o uso da força corresponde ao uso da violência pelo perpetrador do que nos casos em que falham em fazê-lo (Beadle e Kjeksrud, 2018).

A Proteção de Civis (POC) é considerada necessária para conquistar um ambiente seguro devido à brutalidade a qual os civis são submetidos, haja vista que morrem mais civis do que soldados nos conflitos armados atuais. No entanto, independentemente do número de pessoas mortas, os civis são muito mais frequentemente atingidos que os soldados como vítimas de deslocamento, pilhagem, tortura, estupro e outros tipos de danos (Beadle e Kjeksrud, 2018).

Tradicionalmente, forças militares têm alcançado a proteção de civis evitando danos colaterais causados por atores estatais e não-estatais. Consequentemente, a proteção de civis de vários perpetradores da violência tem tornado-se gradativamente um importante objetivo (Beadle e Kjeksrud, 2018).

A descrição de Rupert Smith (2008), por meio do livro *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno* em que apresenta que agora a guerra acontece entre as pessoas<sup>18</sup>, vai ao encontro da descrição do Ex-Secretário Geral da ONU de contemporâneas e complexas crises, em que a violência começa e termina com os civis no centro do cenário. Como resultado, as Operações de Paz da ONU mudaram de *Peacekeeping* tradicional para operações mais robustas (Beadle e Kjeksrud, 2018).

Um argumento central no livro de Smith (2008), é que as Forças Armadas do Ocidente falharam na tentativa de encontrar a utilidade da força durante as guerras da Bósnia, Afeganistão e Iraque (Beadle e Kjeksrud, 2018).

Smith (2008) identifica quatro ações que forças militares podem contribuir para mitigar a tentativa de um agressor contra civis nas missões de *peacekeeping*: melhorar, conter, dissuadir e destruir. Identificar a mais apropriada função das forças para proteger os civis requer um próprio entendimento do porquê que um dado perpetrador está deliberadamente alvejando os civis em primeiro lugar. Usando a proposta de Smith como ponto de partida, Beadle e Kjeksrud (2018) propõem quatro modos pelos quais os agressores possam usar a violência para atingir os seus objetivos: emparear (oposto de melhorar), incitar (oposto de conter), dissuadir e destruir.

Para ilustrar sua proposta, Beadle e Kjeksrud (2018) apresentam a tabela abaixo:

Tabela 5 - Violência x Uso da força militar para proteger civis

<b>Violência do perpetrador contra os civis - Beadle e Kjeksrud (2018)</b>	<b>Uso de força militar para proteger os civis - Rupert Smith (2006)</b>
Empareamento (presença de atores armados e ameaça de incidentes armados)	Melhoramento (presença de observadores militares reportando violações de direitos humanos)
Incitamento (ataques indiscriminados por insurgentes em áreas controladas pelo governo)	Contenção (criação de zonas livres de armamentos)

<sup>18</sup> *War amongst people*

Dissuasão ou coerção dos civis (ameaças ou ataques retaliatórios contra civis associados com o inimigo, demonstração de violência para fazer as pessoas fugirem)	Dissuasão ou coerção dos perpetradores (ameaça ou real uso da força para mudar a vontade do contendor de atingir os civis por meio de uma robusta demonstração de força ou punindo os ataques)
Destruição da vida dos civis e de suas propriedades (massacres, políticas de terra arrasada)	Destruição das capacidades do perpetrado (neutralização das forças armadas rebeldes)

Fonte: Beadle e Kjeksrud ( 2018). The Use of Force in UN Peacekeeping, Cap V, p. 105 (tradução nossa)

A tabela supracitada será importante para a análise do Massacre de Srebrenica que será realizado no próximo capítulo desta dissertação, porque irá facilitar o entendimento das duas partes envolvidas no conflito, o perpetrador da violência, o Estado Sérvio e o protetor, as tropas da ONU.

A categorização das ameaças aos civis em missões de paz da ONU também será de grande valia para a continuidade deste trabalho, pois ajudará no entendimento do impacto causado aos civis na Vila de Srebrenica.

“O entendimento do completo escopo das possíveis ameaças é, entretanto, essencial para os planejadores militares e para os comandantes encarregados da proteção de civis em todos os níveis das Nações Unidas”. (Beadle e Kjeksrud, 2018 apud Nadin, Peter, p. 105, tradução nossa<sup>19</sup>)

A seguir, segue uma breve explicação das categorias apresentadas por Beadle e Kjeksrud (2018)<sup>20</sup>, que ajudarão a visualizar o caso em que se enquadra o Massacre de Srebrenica, começando pelo genocídio e na sequência: limpeza étnica, repressão do regime, vingança pós-conflito, conflitos comunais, violência predatória e insurgência.

### 1.3.6.1 Genocídio

O genocídio é a primeira e mais mortal situação. Esse cenário ocorre quando um perpetrador (governo ou ator militarmente superior) procura exterminar um grupo nacional, étnico ou religioso por inteiro. A mais importante função da violência nesse

<sup>19</sup> Understanding the full scope of possible threats is, however, essential for military planners and commanders tasked with protecting civilians at all levels of the UN

<sup>20</sup> The Use of Force in UN Peacekeeping, Cap V (Military force to protect civilians)

caso é a destruição, que visa a eliminação do grupo onde quer que ele esteja, especialmente em crises e em grandes áreas de concentração. Nessa categoria, um grande número de pessoas morrem e podem ser citados como exemplos o Holocausto (1941-1945), o genocídio armeno<sup>21</sup> (1915-1916) e o genocídio de Ruanda (1994), onde entre 66-75 por cento de todas as vítimas foi eliminada (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.2 Limpeza étnica*

A limpeza étnica é uma categoria menos mortal e acontece frequentemente quando um perpetrador pretende expelir certo grupo de determinado território e assim como no genocídio, os perpetradores são Estados ou atores militarmente superiores. Entretanto, alcançar um número elevado de mortes não é o objetivo, pois a violência é geralmente demonstrada para coagir o grupo alvejado a deixar dado território e a retornar ao território por meio da destruição de seus lares. A ameaça será tipicamente mais iminente em pequenos enclaves, corredores ou bolsões que ligam o território do ator agressor com a área étnica (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.3 Repressão do regime*

A repressão do regime ocorre de fato quando um governo ou uma autoridade de fato sente-se ameaçada e usa uma violenta repressão contra determinada população. Nessas situações, os civis não são os objetivos iniciais baseados na sua etnia ou identidade sectária. No entanto, o regime pode escolher diminuir sua influência e caso não obtenha êxito, a violência pode ser usada demonstrativamente para dissuadir a população em questão a não contrapor-se ao regime. A violência será mais severa nas áreas em que a resistência for maior (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.4 Vingança pós-conflito*

Na vingança pós-conflito, os atos de violência são mais criminais que estratégicos por natureza, mas a principal função da violência é destruir a vida, a propriedade, os

---

<sup>21</sup> Cabe destacar que algumas nações ainda não reconhecem o genocídio armeno



símbolos culturais tais como construções/ monumentos por meio de assassinatos, incêndios, sequestros e pilhagem. Os alvos são primariamente selecionados com base em culpabilidade prévia, especialmente em áreas onde ocorreram abusos da outra parte. Poucas pessoas morrem nessa categoria em relação a outras como genocídio e limpeza étnica, cerca de dezenas ou centenas, mas mesmo baixos níveis de violência podem causar um fluxo de refugiados, caso a população da região ainda tenha ligação com os perpetradores antigos (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.5 Conflitos Comunais*

Os Conflitos Comunais ocorrem quando comunidades inteiras se engajam em continuados ciclos de violência, conduzidos pela combinação de vingança e autoproteção. Isso deve-se ao fato dos dois lados serem organizados em identidades comunais, mais que como atores armados e incapazes de possuírem os meios para acomodar o conflito permanentemente. Entretanto, não podem suportar a não-retaliação, pois assim sinalizariam fraqueza e incitariam ataques futuros (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.6 Violência Predatória*

O cenário de Violência Predatória é comum em Estados fracos e ocorre quando perpetradores atacam civis principalmente para garantir sua própria sobrevivência ou pelo lucro. Esses atores são tipicamente forças de segurança desonestas ou antigos rebeldes que falharam em conquistar os seus objetivos políticos, mas se recusaram a se desmobilizar e a se desarmar. Nessa categoria, todos os civis são possíveis vítimas e alvos fáceis, tais como vilas indefesas, mulheres e crianças. Violência também pode ser coercitivamente utilizada para prevenir alguma resistência futura. Assim como os conflitos comunais, relativamente poucas pessoas podem morrer, mas também pode gerar um grande número de deslocados em virtude da brutalidade e imprevisibilidade dos ataques (Beadle e Kjeksrud, 2018).

#### *1.3.6.7 Insurgência*

A insurgência envolve grupos armados que apenas colocam os civis como alvo de sua tática durante um conflito armado. Essa categoria tipicamente envolve insurgentes

clássicos lutando por poder político. Forças governamentais ou grupos armados rivais são os objetivos primários, mas os insurgentes também empregam uma combinação de violência seletiva para dissuadir a população a colaborar com o inimigo (ex. assassinatos, ameaças) e ataques indiscriminados contra civis e rivais para enfraquecer a confiança popular no governo, incitando a insegurança geral (ex. ataques suicidas, carros bombas) (Beadle e Kjeksrud, 2018).

A tabela abaixo, proposta por Beadle e Kjeksrud (2018), resume os principais pontos dos 07 cenários apresentados.

Tabela 6 - Cenários de Ameaça

<b>Cenários</b>	<b>Principais Características</b>
1. Genocídio	Perpetradores procuram matar a maior quantidade possível de pessoas de um certo grupo
2. Limpeza Étnica	Perpetradores buscam expelir um certo grupo de civis
3. Repressão do Regime	Governantes usam violência para reprimir a resistência
4. Vingança pós-conflito	Indivíduos ou multidões se vingam do passado
5. Conflito Comunitário	As comunidades procuram vingar uma rodada anterior de violência e impedir novas retaliações para se protegerem
6. Violência predatória	Perpetradores exploram ou atacam civis para sobreviver ou para lucrar
7. Insurgência	Insurgentes visam os civis como meio de controle da população e para diminuir o controle dos outros atores

Fonte: Beadle e Kjeksrud ( 2018), tradução nossa

Do exposto visualiza-se, em síntese, que o Massacre de Srebrenica pode estar enquadrado dentro de um cenário de tentativa de limpeza étnica, havendo indícios da possibilidade de ter ocorrido falhas por parte das tropas da ONU que deviam proteger a Área Segura de Srebrenica, que já até tinha sido desmilitarizada. No entanto, como apresenta Braga (2016), em sua teoria, o uso da força em missão de paz é algo

complexo que necessita ser aprofundado, o que buscará ser realizado na presente dissertação por meio da análise da atuação das tropas canadenses e holandesas no contexto da proteção da Vila de Srebrenica, assim como as consequências desse episódio para o emprego dos *peacekeepers* em missões futuras.

A fragilidade da dependência do consenso entre as partes, que poderia ser rompido a qualquer momento, conforme cenários apresentados por Beadle e Kjeksrud (2018) na Tabela 6, mostram que as tropas da ONU deveriam estar prontas para empregar a força caso fosse necessário, pois se os *peacekeepers* estão preparados para usar a força estes podem usá-la ou não, por outro lado, se não estão preparados não a utilizarão nem terão a capacidade de dissuadir o agressor.

Indo ao encontro da atuação dos *peacekeepers*, o general britânico Rupert Smith<sup>22</sup> (2008), com a contribuição de Beadle e Kjeksrud (2018) identificam quatro ações que forças militares podem contribuir para mitigar a tentativa de um agressor contra a integridade de civis nas missões de *peacekeeping*: melhorar, conter, dissuadir e destruir. Entretanto, identificar a mais apropriada função das forças para protegerem os civis requer um entendimento do porquê determinado perpetrador está deliberadamente alvejando os civis em primeiro lugar. Nesse sentido, esse estudo tenta ajudar a entender como as falhas que decorreram do Massacre de Srebrenica contribuíram para a evolução do emprego de tropas em missão de paz, assim como qual deve ser o papel do *peacekeeper*.

Para Fortna (2008), a literatura sobre *peacekeeping* é vaga na questão de como os soldados efetuam a paz se liga a uma teoria causal que interfere no resultado desejado e normalmente o sucesso ou falha das missões da ONU é atribuído a falta de consenso entre as partes, mas há pouca discussão sobre como a presença ou as ações dos *peacekeepers* podem mudar a vontade dos beligerantes, bem como os *peacekeepers* podem aproveitar os incentivos das partes do conflito para promover a paz. (Fortna, 2008)

Quanto ao papel do *peacekeeper*, Fortna (2008), na teoria causal de *peacekeeping*, apresenta uma proposta do que o *peacekeeper* pode desempenhar para evitar um retorno a um conflito. Ademais, a autora faz uma forte crítica sobre a efetividade da presença ou não dos *peacekeepers* em uma missão de paz. Essa crítica ajudará a visualizar a atuação das tropas holandesas no contexto da proteção da Vila de Srebrenica, pois fica o seguinte questionamento: Se as tropas da ONU não

---

<sup>22</sup> Force Commander na UNPROFOR em 1995, quando ocorreu o massacre de Srebrenica

estivessem na Vila a população se desarmaria? Se os *peacekeepers* não estivessem presentes, a Vila de Srebrenica iria se defender? Surgem também outros questionamentos acerca da preparação das tropas: As tropas estavam realmente preparadas para empregar a força? Se os holandeses estivessem preparados e em condições de utilizar a força, a Sérvia iria os intimidar? Os sérvios bósnios teriam conseguido consolidar o massacre?

Desse modo, espera-se que, por meio deste estudo de caso, esses questionamentos possam ser respondidos, assim como a relação da Sérvia, da ONU, e dos mandatos com a atuação das tropas, de modo a levantar o maior número de evidências que possam corroborar para, em uma verificação posterior, as consequências para o emprego dos *peacekeepers*, quanto a proteção de civis.

No capítulo a seguir será analisado o Massacre de Srebrenica e a atuação das tropas canadenses e holandesas que estavam sob a égide de uma Missão das Nações, a UNPROFOR.

## 2 O MASSACRE DE SREBRENICA

Neste capítulo será descrito o Massacre de Srebrenica, entretanto, antes de iniciar a descrição viu-se necessário retomar uma breve contextualização acerca da problemática dos Balcãs nos conflitos de dissolução da ex-Iugoslávia e de pontuar que haviam muitos problemas de limpeza étnica na região, o que será apresentado a seguir.

### 2.1 A PROBLEMÁTICA DOS BALCÃS

Para Borges (2020), uma possível análise do colapso da Iugoslávia é a crise econômica sofrida a partir dos anos 1980, que acirrou desigualdades regionais principalmente entre regiões como Eslovênia, Croácia, e a região de Belgrado, na Sérvia, em detrimento do restante da Sérvia. Desse modo, esse desequilíbrio influenciou a política nacionalista de Slobodan Milosević, ex-banqueiro sérvio, que baseava seus interesses e discurso em suposto direito étnico dos sérvios (Ramet, 2005 apud Borges, 2020).

Outra visão para a problemática dos Balcãs é a predileção pelos Sérvios e a preterição dos povos não-sérvios durante a Monarquia da Iugoslávia (entre a Primeira e a Segunda guerras mundiais), causando rivalidades entre os povos da região, o que foi impulsionado pela falha da Constituição de 1974 em assentar o papel das instituições federais nas repúblicas, o que teve como consequência a gradual desintegração do poder central (Magas, 1992 apud Borges, 2020).

Para Jovic (2002), existem oito teorias alternativas que se complementam para explicar a desintegração da Iugoslávia: (1) deterioração da economia; (2) antigas rivalidades étnicas; (3) problemas relacionados ao nacionalismo; (4) diferenças culturais dos povos da Iugoslávia; (5) mudança no sistema internacional; (6) o papel de agentes políticos específicos (Milosevic na Sérvia, Tudjman na Croácia e Izetbegovic na Bósnia); (7) características pré-modernas do Estado Iugoslavo e (8) constantes mutações na estrutura institucional do sistema federativo Iugoslavo.

Segundo Hunter (2017), O General Tito certa vez disse ser o líder de um país multiétnico e com grande diversidade cultural, linguística, religiosa, com distintas nacionalidades e repúblicas, fazendo fronteira com sete países, onde coabitavam oito minorias étnicas.

Por meio do mapa a seguir, pode-se verificar a complexidade da questão étnica nos Bálcãs.



Figura 6 - Diferenças étnicas na Ex-Iugoslávia  
Fonte: (U.S CIA, 1992 apud Borges, 2020, p. 20)

Segundo Alves (2013) não houve guerra nem na Macedônia nem em Montenegro, onde não haviam muitos sérvios; e na Eslovênia, onde quase não havia habitantes sérvios, a guerra foi curta: dez dias e quarenta e cinco vidas eslovenas, com número maior de vítimas do lado do exército iugoslavo. Por outro lado, na Croácia, onde, de um total de 4,7 milhões de habitantes, 581 mil (12,2%) eram sérvios, o efeito

imediatamente foi diferente, crítico em áreas específicas. Na Bósnia, com uma população de 4,3 milhões, dos quais os sérvios eram 31%, os croatas 17%, e os muçulmanos 44%, o conflito adquiriu feições dantescas, no território inteiro (Alves, 2013, p. 97 apud Borges, 2020, p. 21).

Desse modo, Alves (2013) teoriza em sua obra “Os Novos Bálcãs”, que os conflitos eram mais graves e complexos nas regiões em que se encontrava o maior percentual de população sérvia, conforme tabela a seguir:

Tabela 7: percentual de população sérvia na Bósnia e na Croácia

REGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO SÉRVIA	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO SÉRVIA
BÓSNIA	4,7 milhões	581 mil	12,2 %
CROÁCIA	4,3 milhões	1, 333 milhões	31%

Fonte: o autor, adaptado de Alves, 2003

Casos de violência como os de Vukovar na Croácia e de Srebrenica na Bósnia são eventos considerados como grandes atos de violência do tipo limpeza étnica e são exemplos de problemas envolvendo sérvios e não sérvios nessas regiões, o que será abordado de modo mais detalhado a seguir.

### 2.1.1 Problemas de limpeza étnica na região

Segundo Alves (2013), os focos do conflito de desintegração da Iugoslávia tiveram correlação direta com a presença de população sérvia naqueles territórios insurgentes, tais como, na Bósnia, quase 1/3 da população era de origem sérvia, foi lá onde ocorreram os confrontos mais ferrenhos, entre abril de 1992 e outubro de 1995, cessando somente por ocasião do Acordo de Paz de Dayton, firmado em novembro de 1995 (Alves, 2013, p. 123 apud Borges, 2020, p. 21).

Como marco inicial do recrudescimento dessa violência, merecem destaque os acontecimentos ocorridos em agosto de 1991, em Vukovar, cidade croata na fronteira oriental com a Sérvia. A cidade está localizada no leste da Croácia, perto da fronteira com a Sérvia, e sempre foi etnicamente plural. Em 1990, tinha uma população de 34.639 habitantes, dos quais 47,20% eram croatas, 32,30% eram sérvios e o restante eram húngaros e outras minorias. Apesar dessa heterogeneidade étnica, as relações entre as pessoas eram geralmente muito boas (Clark, 2012).

À época do massacre, Vukovar tinha 44 mil habitantes, 47% dos quais croatas e 32% sérvios, que se rebelaram em maio de 1991 e pediram apoio ao exército iugoslavo que já havia lançado sua ofensiva em agosto, enviando uma coluna de tanques e cercando a cidade. Esse incidente indica o início do padrão de "limpeza étnica" empreendida pelos sérvios (Alves, 2013, p. 101-102 apud Borges, 2020, p. 22).

O sítio durou cerca de três meses, com bombardeios pesados contra uma cidade onde 1.800 guardas croatas, improvisados e com armas leves, enfrentavam 36.000 soldados sérvios bem equipados que capitularam a cidade em uma batalha chamada de "Stalingrado croata", em 18 de novembro de 1991, em que centenas de "soldados" e civis foram massacrados pelos vencedores, enquanto 31.000 croatas eram deportados na primeira "limpeza étnica" realizada pelos sérvios (Alves, 2013 apud Borges, 2020).

Nas guerras de desintegração da Iugoslávia (1991-1995) ocorreram limpezas étnicas de muitas formas: emigração voluntária, expulsão compulsória, reassentamento e massacre com conotação genocida. As diferentes etnias da ex-Iugoslávia possuem rixas e ressentimentos por eventos ocorridos desde a Segunda Guerra Mundial, quando croatas nacionalistas da *Ustase*<sup>23</sup>, aliados dos nazistas empreenderam a limpeza étnica de sérvios que habitavam em território croata, matando cerca de 300 mil sérvios. No fim da Guerra, os sérvios, liderados por Tito, executaram sua vingança, matando por volta de 100 mil croatas (Borges, 2020).

A situação na Bósnia deteriorou-se a partir de 27 de abril de 1992, quando sérvios-bósnios empreenderam ofensivas sistemáticas contra todos não-sérvios que habitavam na Bósnia. Com características similares a limpeza étnica de Vukovar, em Prijedor, todos os não sérvios que habitavam a localidade foram removidos de suas funções e levados para campos de concentração. Estima-se que 5.400 bosníacos e croatas foram mortos ou desapareceram nesse evento, muitos no campo de extermínio de Omarska, um dos 667 campos de concentração existentes na Guerra da Bósnia (Alves, 2013).

---

<sup>23</sup> The Ustaše (often anglicized as Ustashas), literally meaning insurgents, came into being with the creation of the Croatian Liberation Movement in 1930 by their leader Ante Pavelić as a response to the anti-Croatian measures of the Serbian-dominated interwar Yugoslav government. Disponível em <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/ustase>



Pode-se perceber, por meio dos casos citados acima, que havia uma grande rivalidade entre as diferentes etnias que coabitavam a Ex-Iugoslávia e que a limpeza étnica entre esses diferentes grupos étnicos era uma prática de guerra que já havia ocorrido anteriormente.

### **2.1.2 Antecedentes do Massacre e atuação dos canadenses na UNPROFOR**

Em fevereiro de 1992, devido à escalada do conflito na Croácia, a ONU havia aprovado a implantação das tropas da UNPROFOR, por meio da Resolução 743 do Conselho de Segurança (ONU, 1992a). O comando da Operação de Manutenção de Paz se instalou em Sarajevo, capital da Bósnia, para dissuadir as tensões já existentes entre muçulmanos e sérvio-bósnios, pois havia um temor explícito de um potencial conflito emergir na Bósnia (Alves, 2013, p. 108, apud Borges, 2020, p. 30).

Essa percepção é simbolizada pelo então Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuéllar, em carta endereçada ao chanceler da Holanda, em 10 de dezembro de 1999, que dizia:

[...]Estou profundamente preocupado que em algum momento um reconhecimento seletivo poderia espalhar o presente conflito e colocar combustível na situação, especialmente na Bósnia-Herzegovina [...] (ONU, 1991a, p. 21, apud Borges, 2020, p.30, tradução nossa)

Com a instalação do Centro de Comando em Sarajevo, a ONU tentava dissuadir outra guerra. Entretanto, ao passo que as agressões foram interrompidas na Croácia, após 14 acordos de cessar-fogo, estas iriam recomeçar na vizinha Bósnia, no entanto, essa trégua permitiu a implantação das tropas da Operação de Paz da ONU no território bósnio (Alves, 2013 apud Borges 2020).

Em virtude dos ataques sérvio-bósnios a Srebrenica, em 1993, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 819, em 16 de abril daquele ano, declarando Srebrenica como uma “área segura, livre de ataques armados e de outras hostilidades”, além de celebrar um acordo para desmilitarização da cidade exigindo a retirada das forças sérvio-bósnias dos arredores de Srebrenica (Cohen; Mohens, 1999).

Como consequência da aprovação da resolução supracitada, tropas da UNPROFOR compostas por *peacekeepers* canadenses chegaram em Srebrenica no fim de abril de 1993, o que motivou os bósnios a ocupar aquela região, garantida pela ONU como segura, com o intuito de escapar da perseguição empreendida pelos sérvios. (Borges, 2020)

Entretanto, o enclave de Srebrenica se mostrou um alvo ideal para os ataques sérvio-bósnios, pois tinha uma pequena dimensão, cerca de 10 a 15 quilômetros quadrados, o exército bósnio (ARBiH) não tinha artilharia de resposta necessária aos ataques dos sérvios bósnios e as tropas da UNPROFOR não podiam responder efetivamente. Além disso, o enclave estava densamente povoado de civis muçulmanos, os *bosniaks*. (Borges, 2020).

Em abril de 1992, a UNPROFOR sofreu com a restrição de seu mandato, que não permitia o uso da força, nem a execução de operações militares ofensivas, o que era agravado pelo déficit de recursos. A inadequação do mandato pode ser resumida nas palavras de dois de seus comandantes. Um dos primeiros comandantes da UNPROFOR, Francis Briquemont<sup>24</sup>, chegou a afirmar que lhe falaram que estava em uma missão de *peacekeeping* e que aquilo era estúpido, pois não era possível manter a paz em um país em guerra (Cohen; Moens, 1999). Antonio Pedauye<sup>25</sup> complementa ao dizer que era muito errado chamar a UNPROFOR de operação de *peacekeeping*, pois não havia paz para se manter. (Cohen; Moens, 1999).

Segundo Borges (2020), no início de 1993, os líderes bósnios e sérvio-bósnios propuseram a troca dos enclaves muçulmanos por um território contíguo à capital Sarajevo, àquela altura, controlado pela Republika Srpska<sup>26</sup>. Madeleine Albright, então embaixadora dos EUA junto à ONU, reforça essa necessidade, sugerindo várias vezes que a troca fosse realizada. Carlos Martin Branco, que serviu junto ao secretariado da ONU na Bósnia, revelou que era um consenso entre os mediadores a impossibilidade de manter enclaves muçulmanos dentro do território sérvio (Herman, 2011 apud Borges, 2020).

Na sequência da rápida deterioração da situação humanitária na Bósnia-Herzegovina no início de 1993, provocada principalmente pelos ataques dos sérvios bósnios a enclaves muçulmanos isolados na Bósnia, o Movimento dos

---

<sup>24</sup>Francis Brinquemont foi Force Commander da UNPROFOR, sucessor de Philippe Morillon. Disponível em [https://www.europeana.eu/en/item/2051936/data\\_euscreenXL\\_EUS\\_667804BED08F9787AEE127A5785DB02F](https://www.europeana.eu/en/item/2051936/data_euscreenXL_EUS_667804BED08F9787AEE127A5785DB02F)

<sup>25</sup> SRSG na UNPROFOR.

<sup>26</sup> República Sprska = Sérvia + Macedônia

Não-Alinhados solicitou uma resolução do Conselho de Segurança para proteger Srebrenica como uma “área segura”, ao abrigo das disposições do Capítulo VII de imposição da paz (Howard, 2008).

O Paquistão e a Venezuela, como membros do Movimento dos Não-Alinhados, abstiveram-se na medida, temendo que o mandato não fosse correspondido por meios adequados, pois a resolução não se baseou em um relatório formal do Secretário-Geral, evidenciando que as especificidades da implementação da missão não foram planejadas de acordo com a formulação do mandato. Era um documento de trabalho informal, em que o Secretário-Geral expressava as suas severas reservas sobre a capacidade da UNPROFOR de dissuadir ataques sem um número suficiente de forças de manutenção da paz (Howard, 2008).

Interessante pontuar a visão realista de países periféricos como o Paquistão e a Venezuela que, assertivamente, puderam constatar que o dimensionamento da missão não era adequado para o fim ao qual se propunha. Se estes países puderam perceber a fragilidade dos mandatos da UNPROFOR, por que os demais países não se pronunciaram?

As resoluções sobre áreas seguras foram adotadas ignorando também o aconselhamento profissional dos relatórios militares terrestres da ONU. Duas semanas após a resolução 836 ter sido aprovada, o Secretário-Geral respondeu à decisão do Conselho de Segurança solicitando, em nome da UNPROFOR, sob a direção do General francês Jean Cot<sup>27</sup>, 35.000 soldados para cumprir o mandato. Mas o Conselho de Segurança votou para fornecer apenas 7.500. As modalidades de implementação foram deixadas ao Secretário-Geral e às suas operações no terreno (Howard, 2008, tradução nossa).

A Força de Proteção das Nações Unidas (United Nations Protection Force – UNPROFOR) foi uma operação de paz estabelecida na Iugoslávia por intermédio da resolução 743 (1992), que tinha como objetivo buscar condições para que a crise na Iugoslávia fosse negociada pacificamente, com base na imparcialidade. Também deveria supervisionar as Áreas de Proteção da ONU (United Nations Protected Areas - UNPAs), que haviam sido negociadas com as forças sérvias – apoiadas pelo Exército Nacional da Iugoslávia e pelos croatas. Os sérvios comprometeram-se, à época, em desmilitarizar as UNPAs, enquanto os croatas aceitaram colocar fim ao combate aéreo

---

<sup>27</sup> Force Commander da UNPROFOR em 1993. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/160084?ln=en#record-files-collapse-header>

dentro desses limites. Naquele momento, as milícias sérvias e o JNA haviam conquistado um terço do território croata, e foi nesse território onde se estabeleceram as UNPAs (Bigatão, 2009).

A UNPROFOR deveria ser composta por 13.000 peacekeepers, entre militares, policiais e funcionários civis, e, apesar de projetada para atuar na Croácia, o centro de controle da missão foi estabelecido em Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina. No entanto, não foi possível conseguir esse efetivo, pois não havia consenso sobre as regras de engajamento e sobre quem assumiria o controle operacional da missão, atrasando o início das operações da UNPROFOR para junho de 1992, momento em que a violência já havia disseminando por outras partes da Iugoslávia, atingindo também a Bósnia. Os sérvios-bósnios passaram a conquistar extensas propriedades no leste da Bósnia, expulsando forçadamente milhares de muçulmanos e croatas que viviam na região (Bigatão, 2009).

Diante desta crise, o CSNU decidiu reforçar e estender o mandato da UNPROFOR por meio da resolução 758 (1992), de 8 de junho de 1992, incluindo a Bósnia como área de atuação da operação de paz e autorizando o apoio à prestação de ajuda humanitária. Na análise de Bellamy et. al.(2013), apesar da modificação do mandato da UNPROFOR, os peacekeepers não receberam orientação sobre como deveriam atuar e, portanto, suas funções permaneceram as mesmas de quando a missão foi instaurada, ou seja, supervisionar um cessar-fogo que não existia (Borges, 2020).

As partes em conflito disputavam o controle do fluxo de alimentos, medicamentos e vestimentas que teoricamente deveriam favorecer os civis atingidos pelo conflito, o que dificultava a tarefa de apoiar os programas, agências e organizações não-governamentais que prestavam ajuda humanitária. Os comboios tornaram-se alvo preferencial dos beligerantes, e aos peacekeepers faltavam meios para intervir e impedir o saque e a destruição dos recursos. Os capacetes azuis e as agências humanitárias passaram a depender do consentimento dos contendores para cumprir suas responsabilidades, e muitas vezes concordavam em pagar propina para assegurar o trânsito da ajuda humanitária (Bigatão, 2009).

Pressionado por uma campanha da imprensa internacional que denunciava a falta de credibilidade da ONU para colocar fim à crise de desintegração da Iugoslávia, em outubro de 1992, o CSNU, decidiu ampliar o mandato da UNPROFOR, desta vez estabelecendo uma área de espaço aéreo livre sobre a Bósnia. Cinco meses depois, a

resolução 816 (1993) autorizou os *peacekeepers* a usar instrumentos de combate aéreo para garantir o respeito a essa área de espaço aéreo livre, aproximando o *peacekeeping* e o *peace-enforcement* –a manutenção e a imposição da paz. Entretanto, os resultados ficaram aquém do esperado, pois os combates por terra continuavam e os *peacekeepers* não possuíam nem meios nem mandato para intervir diretamente no confronto (Bigatão, 2009).

No início de 1993, o enviado especial do Secretário-Geral da ONU, Cyrus Vance, e o chefe da Comissão da Comunidade Européia para a Iugoslávia, David Owen, iniciaram a elaboração de um projeto para negociar a paz na região em um plano que envolvia a manutenção das fronteiras da Bósnia-Herzegovina sob um governo com poderes limitados e a divisão desse território em dez distritos que teriam certo grau de autonomia. O projeto de paz gerou vários impasses porque boa parte de suas medidas favorecia os sérvios que haviam ocupado a maior parte dos territórios por meio da força, e dificilmente colocaria fim às práticas de limpeza étnica perpetradas por alguns grupos (Bigatão, 2009).

As iniciativas diplomáticas e políticas empreendidas pelo governo conservador canadense foram acompanhadas por mudanças em sua política externa, mais precisamente pelo papel desempenhado pelos *peacekeepers* canadenses em pelo menos duas operações da UNPROFOR na ex-Iugoslávia. O Canadá estava preparado para arriscar o uso de suas forças militares para retomar o aeroporto de Sarajevo dos sérvios - assegurando assim de novo a presença da ONU na capital bósnia - e para estabelecer e defender Srebrenica, uma cidade no leste da Bósnia, como a primeira "área segura" designada pela ONU no região<sup>28</sup> (Gammer, 2001).

Apesar das demandas feitas às forças canadenses na Iugoslávia, as forças de paz canadenses, por meio de suas ações no terreno, foram capazes de reforçar os objetivos políticos da tomada de decisões de política externa do primeiro-ministro canadense Brian Mulroney. Em 10 de junho de 1992, o governo do Canadá anunciou na Câmara dos Comuns que estava pronto para redistribuir um contingente de 850 soldados para abrir e proteger o aeroporto de Sarajevo, menos de uma semana depois de ter sido solicitado pela ONU e logo após a maioria dos contingentes originais da ONU e da Comunidade Europeia terem se retirado da cidade (Gammer, 2001).

Em Sarajevo, a situação se deteriorou rapidamente em 12 de maio de 1992, após a queima de seus registros, os últimos doze observadores da Comunidade

---

<sup>28</sup> Criada pela Resolução 824 do CSNU

Europeia partiram às pressas. Nesse mesmo dia, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), reunida em Helsinque, suspendeu a filiação da Iugoslávia, ação inédita nos vinte anos de história da organização. O plano era isolar a Iugoslávia diplomaticamente para protestar contra as ações do exército dominado pelos sérvios contra as forças muçulmanas e croatas na Bósnia-Herzegovina. O Canadá aprovou a suspensão a revelia, mas não concordando com a retirada de seu embaixador, James Bissett, de Belgrado. McDougall argumentou que, devido à extrema delicadeza da situação, era especialmente importante ter um diplomata de alto escalão em Belgrado representando os interesses canadenses (Gammer, 2001).

A situação era tão ruim que o quartel-general da ONU em Sarajevo não conseguiu funcionar e as tropas de lá frequentemente eram atacadas à medida que os combates entre sérvios, muçulmanos, croatas e unidades do exército federal aumentavam ainda mais. Na Croácia, as milícias sérvias, apoiadas pelo pesado poder de fogo do exército nacional iugoslavo (JNA), que era dominado pelos sérvios, iniciaram uma campanha para conquistar o maior território possível (Gammer, 2001).

O brigadeiro-general Lewis MacKenzie<sup>29</sup>, que estava entre um grupo de doze soldados canadenses que escapou de Sarajevo para Belgrado em 17 de maio, declarou consternado: "A situação está fora de controle", uma demonstração de resolução da ONU. Foguetes e morteiros continuaram a atingir comboios humanitários, incluindo um comboio da Cruz Vermelha que trazia remédios para Sarajevo, cujo chefe da missão morreu devido aos ferimentos no ataque (Gammer, 2001).

Mesmo antes do Canadá obter a aprovação final do Conselho de Segurança, um grupo avançado de sessenta soldados da paz da ONU, sob o comando de Lewis MacKenzie, retornou a Sarajevo. Eles tentaram estabelecer um cessar-fogo e colocar armas pesadas sob a guarda da ONU como forma de prevenir novos ataques ao aeroporto. Após o pedido da ONU para o destacamento de soldados canadenses, o primeiro-ministro anunciou a decisão em 10 de junho de 1992. O governo resolveu usar forças de paz canadenses no papel potencialmente perigoso de abrir e proteger o aeroporto de Sarajevo. Para se proteger no ambiente hostil do aeroporto e da cidade, MacKenzie modificou as regras de combate. A inclusão, por exemplo, de veículos blindados de transporte de mísseis com capacidade perfurante (Gammer, 2001).

O comboio, composto por mais de oitocentos soldados da paz canadenses,

---

<sup>29</sup> Chief of Staff da UNPROFOR, de fevereiro de 1992 a outubro de 1992. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Lewis-MacKenzie>

trezentos veículos, incluindo oitenta veículos blindados, engenheiros não combatentes e equipe médica, estendia-se por cinquenta quilômetros quando começou sua jornada na UNPROFOR. Seus comandantes tinham ordens de responder ao fogo apenas em legítima defesa (Gammer, 2001).

Os canadenses estavam cientes da importância da Resolução 761<sup>30</sup> do Conselho de Segurança, aprovada em 19 de junho de 1992, que notificou todas as partes envolvidas que medidas enérgicas poderiam ser tomadas se a segurança de seus *peacekeepers* fosse ameaçada. O comboio foi atrasado por lutas entre forças opostas e um tenso impasse entre as forças canadenses e um desafiador líder da milícia sérvia. Por dezoito horas, a coluna canadense foi retida por uma força sérvia muito maior, aumentada por mais de uma dúzia de tanques pesados (Gammer, 2001).

O comandante do comboio canadense, Tenente-Coronel Michael Jones, descreveu a situação como "diplomacia de força" na qual "desdobrei meu povo e desdobrei minhas armas" antes que novas negociações fossem retomadas. Depois de posicionar suas tropas em formação de combate, Jones deu o seguinte ultimato ao comandante da milícia sérvia: "Às 14h, estou me movendo e se você atirar, responderemos ao fogo." Desse modo, a "diplomacia da força" e uma reunião final produziram um acordo para permitir a passagem do comboio canadense (Gammer, 2001).

Fortna (2008), vai ao encontro dessa ideia de diplomacia da força ao dizer que um contingente de *peacekeepers* com pessoal com efetivo adequado, bem armados e bem equipados, e com mandato respaldando o uso da força se necessário pautado no Capítulo VII da Carta da ONU, pode tornar a agressão deliberada muito mais dispendiosa, pois ao invés de ter que lutar apenas contra seu oponente, o agressor terá de enfrentar também a força interveniente, preparada e equipada para usar a força, o que proporciona dissuasão e facilita negociações como a supracitada (Fortna, 2008).

Pode-se perceber por intermédio dos trechos acima que a atuação dos *peacekeepers* canadenses era pró-ativa e visava a proteção dos civis e se tivessem que escolher agir antes de se justificarem, não teriam dúvidas que adotariam essa postura, o que evidencia que as tropas canadenses tinham liberdade de ação para agir e estavam comprometidos com o propósito de sua missão. Ademais, cabe ressaltar a importância do alinhamento dos propósitos da tropa com o nível político, que dava

---

<sup>30</sup> Incluir referência aqui

respaldo a essa atuação dos peacekeepers canadenses.

O CSNU decidiu estabelecer, por intermédio da resolução 824 (1993), “áreas protegidas” (*safe areas*) nas cidades de Srebrenica, Sarajevo, Gorazde, Zepa, Tuzla e Bihac. O objetivo era que essas áreas fossem livres de ataques armados e de outras hostilidades que ameaçassem a segurança e o bem-estar da população. Visando o êxito da segurança dessas áreas, Boutros-Ghali sugeriu reforço no contingente militar da UNPROFOR de 34.000 soldados, mas o Conselho de Segurança só autorizou um adicional de 7.600 peacekeepers<sup>31</sup>, o que impactou no fato da missão de paz não obter sucesso em garantir a segurança dos civis que habitavam as áreas protegidas. O próprio contingente da UNPROFOR viu-se ameaçado quando mais de 370 peacekeepers foram sequestrados pelas forças sérvias (Bigatão, 2009).



Figura 7 - Localização de Srebrenica

Fonte: BBC<sup>32</sup>

A rotação das tropas em Srebrenica, após desgastante negociação com o lado sérvio bósnio foi completada em março de 1994, com as tropas holandesas

<sup>31</sup> A traumática experiência na Somália, onde 18 soldados norte-americanos perderam suas vidas em confrontos com as milícias locais, em 1993, fez com que os Estados Unidos relutassem em fornecer efetivos militares para a operação de paz da ONU na Iugoslávia (Bigatão, 2009).

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42079338>



substituindo o contingente canadense. O 3º Batalhão Holandês (*Dutch Batt III*) chegou a Srebrenica em janeiro de 1995 (ONU, 1999).

### **2.2.2 A Ofensiva Sérvia para a conquista de Srebrenica e a atuação dos *peacekeepers* holandeses**

Entre os dias 6 e 11 de julho de 1995, Srebrenica caiu e o temor se concretizou: após negativas sucessivas de apoio aéreo pelo comando em Sarajevo, o batalhão holandês que guarnecia Srebrenica foi subjugado e a cidade foi invadida pelo exército da Republika Srpska. Vendo-se acudados, os bósnios empreenderam fuga pelas montanhas e bosques contíguos. Cerca de 20.000 chegaram a Potocari, lugar onde ficava o quartel de operação do Dutch Batt em Srebrenica (ONU, 1999).

Dentre os que conseguiram escapar da invasão à cidade, um contingente de aproximadamente cinco mil bósnios, sua maioria de mulheres e crianças, adentraram no Quartel General do Dutch Batt, protegido por 400 soldados holandeses, sob manto da UNPROFOR (ONU, 1999).

A seguir será detalhada a sequência da aproximação dos bósnios sérvios até a que de Srebrenica, baseado no relatório oficial da ONU sobre o caso, disponível no site da organização, que publicou dia por dia, o ataque dos bósnios sérvios a Srebrenica no período de 06 a 11 de julho de 1995.

#### **a. 6 de julho: ataque contra o Posto de Observação (PO) *Foxtrot* e bombardeio de Srebrenica**

O exército dos sérvios lançou seu ataque contra os bósnios nas primeiras horas da madrugada do dia 06 de julho. O principal eixo de ataque vinha do sul. Cinco mísseis fizeram impacto a menos de 300 metros do quartel holandês em Potocari pouco depois das 03:00 hs. Às 04:34 horas, o exército dos sérvios da Bósnia lançou ataques de artilharia contra várias posições bósnicas no enclave, seguidos de intercalada sequência de tiro de armas de pequeno calibre (ONU, 1999).

Às 05:00 horas, o Posto de Observação *Hotel* informou a presença de tanques do exército sérvio da Bósnia, a sudeste de sua posição. Pouco depois, o Posto de Observação *Foxtrot*, no extremo sudeste do enclave, informou que o exército sérvio

bósnio tinha disparado com tanques contra uma posição próxima do exército da República Bósnia-Herzegovina. Projéteis de tanques sérvios caíram a menos de 100 metros da posição holandesa (ONU, 1999).

Ao amanhecer do dia 06 de julho, o batalhão holandês estava fazendo frente ao pior ataque contra Srebrenica em todo o tempo de sua presença no enclave. Ramiz Becirović, comandante funcional das forças bósnias em Srebrenica pediu ao comandante do batalhão holandês da UNPROFOR que devolvesse aos bosníacos, as armas que tinham entregado como parte dos acordos de desmilitarização de 1993, mas teve seu pedido negado. Um dos superiores do comandante do batalhão holandês, a quem se consultou a esse respeito, indicou posteriormente que havia apoiado a decisão de não devolver as armas para não agravar ainda mais a situação, fomentando um enfrentamento direto entre o exército dos sérvios bósnios e o exército da República da Bósnia-Herzegovina (ONU, 1999).

Em 06 de julho, os sérvios iniciaram um ataque a Zona Segura de Srebrenica, conforme pode-se perceber na tabela a seguir.

Tabela 8 - Evolução dos acontecimentos em 06 de julho

Hora	Fato
08:00	O Posto <i>Delta</i> informou que a noroeste de sua posição foram realizados vários disparos de obuses M-30, mas não se podia confirmar de onde os disparos tinham sido realizados.
08:00 12:00	Nas quatro horas que se seguiram, o batalhão holandês registrou o impacto de projéteis do exército dos sérvios da Bósnia em vários lugares, principalmente nas partes sudeste, leste e norte do enclave.
12:55	O Posto de Observação <i>Foxtrot</i> foi alvo direto de um tanque sérvio, um projétil atingiu o muro de defesa do posto.
12:55	Quase ao mesmo tempo, o batalhão holandês informou também que um civil tinha sido morto e que outro encontrava-se gravemente ferido quando projéteis sérvios explodiram próximo do caminho entre Potocari e Srebrenica.  À medida em que esses acontecimentos iam ocorrendo, o comandante do batalhão holandês informava por telefone ao quartel geral (QG) do Setor Noroeste em Tuzla e ao Comando da UNPROFOR para a Bósnia-Herzegovina em Sarajevo.

-	O QG da UNPROFOR em Sarajevo informou ao quartel geral das Forças de Paz da ONU em Zagreb que tinham sido realizados bombardeios e tiros esporádicos na parte sul do enclave e que vários projéteis tinham caído próximo a um centro coletivo para refugiados.
13:00	O quartel geral do batalhão holandês entrou em estado de alerta vermelho e foi dado ordem para que todos se abrigassem nos <i>bunkers</i> .
13:20	Um disparo de tanque <sup>33</sup> do exército dos sérvios bósnios acertou a torre da guarda do Posto <i>Foxtrot</i> e causou danos consideráveis
13:40	Dois disparos de tanque do exército dos sérvios da Bósnia feitos diretamente contra o Posto <i>Foxtrot</i> erraram o abrigo por muito pouco
13:00 14:00	Entre 13:00 horas e 14:00 horas, em resposta ao ataque direto contra o Posto de Observação <i>Foxtrot</i> , o comandante do batalhão holandês pediu verbalmente apoio aéreo imediato ao seu superior, o comandante em função do Setor Noroeste em Tuzla, que também era holandês.  O Setor Noroeste aprovou o pedido e o retransmitiu verbalmente ao QG da ONU em Sarajevo que era o próximo nível na cadeia de comando.  O Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR não aprovou o pedido, pois acreditava que não haviam sido esgotados os critérios para a utilização da força aérea da OTAN, que era o último recurso.  Seus superiores em Zagreb estiveram aparentemente de acordo com essa avaliação.
14:10	Nas primeiras horas da tarde, a posição da UNPROFOR seguiu piorando, às 14:10 horas, o exército dos sérvios da Bósnia voltou a disparar contra o posto de observação, errando o abrigo por pouco.
14:32	Dois canhões de grosso calibre situados perto do Posto de Observação Papa bombardearam o complexo do batalhão holandês em Potocari.
14:42	Três tiros de tanques do exército dos sérvios bósnios atingiram alvo a menos de 50 metros do Posto de Observação <i>Foxtrot</i> . Pouco depois, o exército dos sérvios bósnios cessou o bombardeio na zona segura e deixou de apontar diretamente contra o pessoal das Nações Unidas.  Não foi prestado apoio aéreo imediato e a UNPROFOR não tinha reagido ao fogo do exército dos sérvios bósnios.  Unidades bosníacos haviam trocado disparos com armas de pequeno calibre contra o exército dos sérvios da Bósnia, mas não se pôde determinar em que medida.

<sup>33</sup> Tradução do exército americano que vem de tank e é mais popular, no exército brasileiro utiliza-se a nomenclatura carro de combate, tradução do nome utilizado no exército francês, decorrente da Missão Militar Francesa 1919-1939.

Fonte: ONU, 1999, adaptado pelo autor

Enquanto ocorriam esses incidentes em Srebrenica, a Secretaria das Nações Unidas estava celebrando em Nova Iorque uma reunião previamente programada com os representantes dos países que contribuíam com contingentes. A pauta da reunião era centrada principalmente no papel da força de reação rápida e as dificuldades encontradas até o momento para que esta se tornasse uma realidade (ONU, 1999).

A notícia do ataque do exército dos sérvios da Bósnia contra a zona segura de Srebrenica ainda não tinha chegado a Nova Iorque. Por isso, nem os representantes da Secretaria nem os representantes dos países contribuintes de tropas mencionaram-no (ONU, 1999).

#### **b. 7 de julho: uma pausa no ataque dos sérvios**

No informe da UNPROFOR ao SRSG acerca da ofensiva sérvia ocorrida em 06 de julho, constava que o comandante bósnico havia solicitado a devolução de suas armas que foram entregues como parte do acordo de desmilitarização e que este pedido havia sido negado. No entanto, o Comandante da UNPROFOR havia informado que não tinha condições de defender a Zona Segura (ONU, 1999).

A ONU iniciou em Belgrado negociações acerca da crise em Srebrenica com Carl Bildt, representando a ONU, o presidente sérvio Milosevic e o General Mladic. Bildt comunicou sua preocupação com respeito ao agravamento da situação ao redor de Sarajevo e a situação desesperadora do desabastecimento dos enclaves orientais e mencionou o ataque sérvio contra Srebrenica (ONU, 1999).

Devido às más condições climáticas do dia 07 de julho, a situação em Srebrenica durante o dia foi relativamente tranquila. No entanto, por volta das 18 horas, o exército dos sérvios bósnios efetuou dezesseis disparos de artilharia contra o centro urbano de Srebrenica, próximo ao Complexo da Companhia B, levando a óbito 04 (quatro) civis e ferindo outros 17 (dezessete). Horas mais tarde, o setor noroeste informou que a situação em Srebrenica permanecia tensa e informou que tanques sérvios haviam disparado 10 disparos contra a subestação de energia elétrica situada a 200 metros a sudoeste do batalhão holandês em Potocari (ONU, 1999).

Ao final do dia, o comandante do batalhão holandês comunicou ao Setor Nordeste a sua avaliação sobre o ocorrido. Em sua opinião, os sérvios haviam recebido ordem para reforçar suas posições ao redor do enclave com o objetivo de evitar que as Forças da ONU em Srebrenica fossem reforçadas e os sérvios estavam trabalhando para melhorar sua capacidade de eliminar ou neutralizar as forças bosníacas no enclave. Lembrou que nos últimos dias os sérvios bósnios tinham começado a bombardear zonas urbanas e atacado abertamente e deliberadamente posições da UNPROFOR. Terminou fazendo um apelo, fazendo um chamamento em nome da população de Srebrenica e pedindo ajuda por todos os meios possíveis, por terra e por ar (ONU, 1999).

Cabe ressaltar que no relatório da ONU consta que, aparentemente, as autoridades das Forças de Paz das Nações Unidas não receberam nem o texto da mensagem nem um resumo, o que causa impressão a este autor de uma sensação de desconfiança dos motivos pelos quais houve essa falta de comunicação ou falta de vontade política para usar a força em prol da defesa da Vila de Srebrenica (ONU, 1999).

**c. 8 de julho: nova negação de pedido de apoio aéreo imediato; os sérvios conquistam o Posto de Observação *Foxtrot*; o exército da República da Bósnia Herzegovina mata um soldado holandês; e o exército dos sérvios bósnios cercam mais dois Postos da ONU**

Em 08 de julho, os sérvios entraram consideravelmente na Zona Segura de Srebrenica, conforme explanado na tabela a seguir.

Tabela 9 - Evolução dos acontecimentos em 08 de julho

Hora	Fato
08:42	Dois projéteis de Artilharia caíram no centro de Srebrenica
11:00	Concentração de fogo próximo ao Posto de Observação <i>Foxtrot</i>
11:26	A Companhia B informou que os sérvios bósnios estavam atirando com um Carro de Combate T-54/55 e que os projéteis atingiram as posições dos bosníacos, a 200 metros do Posto <i>Foxtrot</i>
12:26	Os sérvios realizaram um disparo com um T-54 e vários disparos de

	obuseiros contras as posições bosníacas em frente ao Posto <i>Foxtrot</i>
12:42	Dois projéteis de morteiro ou de artilharia caíram a menos de 100 metros do quartel geral da Companhia Bravo em Srebrenica, o que fez com que o Comandante de Companhia desse ordem para que todos se abrigassem
12:45-13:07	Os sérvios dispararam repetidas vezes com morteiro e com artilharia contra vários postos do enclave.
13:13	O Posto de Observação <i>Hotel</i> informou que um sistema de lançamento múltiplo de foguetes tinham disparado pelo menos dois mísseis em Srebrenica e que um deles tinha caído perto da cidade
13:15-13:25	O exército dos sérvios bósnios continuou bombardeando as zonas norte, leste e sul do enclave.
13:25	O Posto <i>Foxtrot</i> informou que os combates entre os bosníacos e os sérvios nos arredores era muito intenso e que não poderiam continuar suas tarefas de observação devido ao perigo da situação
13:34	O Posto <i>Foxtrot</i> informou que a tensão chegou ao seu ponto máximo, culminando com o impacto direto de um projétil de carro de combate e de três projéteis de artilharia na parede de defesa do posto que sofreu grandes avarias
13:59	Um carro de combate sérvio cruzou as trincheiras bosníacas perto do Posto <i>Foxtrot</i> . Obs: os bosníacos tinham desocupado essas trincheiras e ocupado novas posições 100 metros à retaguarda
14:07	O exército dos sérvios bósnios abriu fogo contra o exército da República da Bósnia Herzegovina, que respondeu com fogo de armas de pequeno calibre. O míssil antitanque TOW, localizado no Posto <i>Foxtrot</i> não funcionava, mas o posto também contava com míssil AT4. No entanto, o Cmt da Companhia B avaliou que se o posto respondesse com fogo a situação se agravaria e impediria a retirada do lugar. Desse modo, o Cmt Cia B determinou que não respondessem com fogo e que se retirassem.
14:26	Os sérvios conquistaram o Posto <i>Foxtrot</i> sem resistência dos holandeses e ordenaram que deixassem suas armas e se retirassem
14:45	Os sérvios permitiram que os holandeses partissem do Posto <i>Foxtrot</i> em seu veículo blindado de transporte de tropas
14:50	Na retirada do Posto <i>Foxtrot</i> , os holandeses se depararam com três militares armados da República da Bósnia Herzegovina e após contato rádio tiveram instrução para prosseguir porque esses militares não tinham arma anti-tanque. No prosseguimento, um dos bosníacos disparou contra o veículo e acertou a cabeça do único tripulante que estava sem capacete, que veio imediatamente a óbito.
16:00-	A parte sul do enclave foi bombardeada esporadicamente e e os bosníacos

17:00	e os sérvios trocaram disparos por mais de três horas nas colinas que dominavam o Posto <i>Uniform</i> . Vários projéteis de morteiro caíram perto do Posto <i>Uniform</i> . A Companhia B deu ordem de retirada
18:30	A infantaria dos sérvios bósnios ocupou a crista do monte que se encontrava atrás do Posto <i>Uniform</i> e cerca de 30 soldados tomaram o Posto <i>Uniform</i> .

Fonte: ONU, 1999, adaptado pelo autor

Após a perda do Posto *Uniform*, os holandeses foram obrigados a entregar todo o seu equipamento aos sérvios e foi lhes dada a opção de regressar a Srebrenica ou de acompanhar os sérvios a território controlado por eles e decidiram não voltar a Srebrenica com receio do que ocorrera com a retirada do Posto *Foxtrot* (ONU, 1999).

Em seu traslado a Bratunac, os holandeses informaram à guarnição do Posto *Sierra* que deveriam manter posição no Posto, pois nem todos os bosníacos tinham partido. Informaram, ainda, ao chegar em Bratunac que os sérvios estavam lhes tratando bem e que tinham informado que lhes autorizariam a retornar para os Países Baixos (ONU, 1999).

Pode-se inferir, por meio dos relatos constantes da tabela, que os holandeses não estavam dispostos a utilizar a força, passaram a ter receio tanto dos sérvios quanto dos bosníacos e que sofreram grandes humilhações principalmente nas rendições dos Postos *Foxtrot* e *Uniform*. Ademais possuíam material que não estava em condições de utilização, o míssil anti-tanque TOW e o soldado holandês que veio a óbito não estava portando o capacete, que é um equipamento de proteção individual obrigatório para os peacekeepers, o que evidencia imprudência do militar holandês, passando a impressão de desleixo e falta de preparo dos soldados holandeses.

**d. 9 de julho: os sucessos que levaram ao estabelecimento de uma posição de bloqueio e uma advertência aos sérvios**

Nenhum dos Chefes das Forças de Paz da ONU reunidos em Genebra em 08 de julho sabia da gravidade do que estava ocorrendo em Srebrenica. Investigações informaram que tomaram ciência às 08:40 do dia 09 de julho por meio de contato telefônico. De acordo com a avaliação fornecida pela unidade de inteligência militar, o exército sérvio-bósnio poderia estar tentando “encolher o enclave”. (Smith, 2008)

Ao receber essa informação, o SRSG delegou sua autoridade para autorizar o apoio aéreo imediato para o Comandante das Forças, que partiu imediatamente para Zagreb<sup>34</sup>. O SRSG também regressou a Zagreb nesse dia e o Comandante Adjunto da UNPROFOR o informou que a situação havia estabilizado e que até o momento Zagreb não tinha recebido nenhum pedido de apoio aéreo imediato, o que era tecnicamente certo e os pedidos anteriores tinham sido negados em Sarajevo (ONU, 1999).

Na tarde desse dia, os observadores militares do setor nordeste fizeram uma avaliação da situação em Srebrenica. Em seu informe indicaram que os postos de observação e o pessoal do batalhão holandês tinham sido alvo de ataques diretos e que o Comandante do Batalhão Holandês havia negado a devolução das armas aos sérvios-bósnios e que o pessoal do Batalhão Holandês não podia conter a situação nem impedir o avanço ao enclave, alegando que a população civil, o exército bósnio e o batalhão holandês ficaram à mercê dos sérvios bósnios (ONU, 1999).

A avaliação apresentava cinco explicações para os possíveis ataques dos sérvios bósnios contra Srebrenica: 1) tinham como objetivo controlar as estradas entre os enclaves e Zvornik; 2) apoderar-se da reserva de bauxita presente na região; 3) controlar o mercado negro dessa zona; 4) colocar toda a região sob o controle de seu exército; e 5) influenciar as ações do Exército da Bósnia-Herzegovina nos arredores de Sarajevo. Como conclusão, a avaliação afirmava que a ofensiva dos sérvios bósnios continuaria até alcançar os seus objetivos e que esses objetivos poderiam ser ampliados já que a resposta da ONU tinha sido quase inexistente e que poderiam apoderar-se do enclave quando quisessem (ONU, 1999).

Os documentos obtidos posteriormente de fontes sérvias sugerem que esta avaliação estava correta e indicam que os ataques sérvios contra Srebrenica tinham inicialmente objetivos limitados e só após terem avançado com mais facilidade que o esperado, decidiram tomar todo o enclave, quando comprovaram que a UNPROFOR não desejava e não podia detê-los (ONU, 1999).

---

<sup>34</sup> Zagreb é a capital da Croácia e localiza-se na parte central do país em uma posição central na região dos países balcânicos, equidistante da Hungria, Sérvia, Bósnia-Herzegovina e Eslovênia. Disponível em [https://www.nationsonline.org/oneworld/map/croatia\\_map.htm](https://www.nationsonline.org/oneworld/map/croatia_map.htm).



A seguir serão apresentados ataques dos sérvios bósnios contra outros cinco postos de observação do batalhão holandês:

Tabela 10 - Evolução dos acontecimentos em 09 de julho

Hora	Fato
09:00	Soldados sérvios bósnios entraram no Posto de Observação <i>Uniform</i> e desarmaram os seus ocupantes
09:30	Os sérvios obrigaram os holandeses rendidos no Posto de Observação <i>Uniform</i> a deslocar-se em seus veículos rumo ao Posto <i>Echo</i> , que estava no controle dos sérvios desde junho. No caminho, o grupo observou que a artilharia sérvia ocupava todo o lado oriental do enclave e informou ao Comando do Batalhão Holandês
11:00	3000 residentes do complexo de albergues sueco dos arredores de Srebrenica empreenderam uma saída rápida do enclave e o Cmt da Cia B ordenou que fosse estabelecido um Posto de Observação para observar essa evacuação de civis. A Companhia B enviou um veículo blindado de transporte de tropas para realizar essa observação e seus cinco tripulantes constataram que o complexo encontrava-se praticamente vazio.
12:00	Chegada do grupo de holandeses oriundo do Posto <i>Echo</i> a Bratunac, cumprindo ordem dos sérvios bósnios. Na chegada entraram em contato rádio com o batalhão holandês e informaram que os sérvios lhe disseram que seriam evacuados para os Países Baixos
12:00	Aproximadamente ao mesmo tempo, o Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR ligou para o General Tolimir no quartel general dos sérvios-bósnios, reconhecendo que os peacekeepers holandeses receberam um tratamento adequado e solicitando autorização para que os holandeses pudessem regressar a Potocari o mais rápido possível. Tolimir respondeu que passaria ordens a seus subordinados, prestou condolências pelo soldado holandês morto e disse que contribuiria com o traslado do corpo
13:48	O veículo blindado de transporte da Cia B foi surpreendido e rendido por cerca de 15 a 20 sérvios bósnios que tomaram o veículo e o armamento de seus tripulantes obrigando-os a andar a pé pelo território dos bósnios sérvios
13:58	Os sérvios bósnios empreenderam um ataque contra o Posto de Observação Kilo, ao sul do enclave e seus ocupantes informaram que houve um intenso enfrentamento entre os <i>bosniaks</i> e os sérvios bósnios no local
15:48	Menos de duas horas após o ataque supracitado, os sérvios bósnios empreenderam um ataque contra o Posto de Observação Mike e a

	<p>guarnição informou que três projéteis acertaram o Posto. Diante desse cenário, a guarnição abandonou o Posto e recuou para uma região mais protegida, situada a aproximadamente 11 km dessa posição.</p>
16:00-17:00	<p>Entre as 16:00 e 17:00, a guarnição do Posto de Observação <i>Delta</i> anunciou que estava sendo atacada.</p>
17:00	<p>Às 17:00, os cinco tripulantes do batalhão holandês capturados próximo do do complexo de refugiados comunicaram por rádio ao batalhão que tinham chegado a Bratunac e que apesar de terem iniciado a marcha a pé, os sérvios bósnios os conduziram. Disseram, ainda, que igualmente aos peacekeepers holandeses dos Postos <i>Sierra</i> e <i>Uniform</i>, os capturadores do exército dos sérvios da Bósnia lhe informaram que poderiam trasladar-se aos Países Baixos no dia seguinte.</p>
17:00	<p>Quase ao mesmo tempo, o Cmt da UNPROFOR, que tomou conhecimento dos acontecimentos durante o dia, deu ordem ao seu contingente que lhe passasse as posições dos sérvios para que recebessem apoio aéreo imediato caso necessário, ordens que se cumpriram em seguida.</p>
17:15	<p>Pouco depois, o Chefe do Estado-Maior do Comandante da UNPROFOR voltou a telefonar a Tolimir e lhe manifestou sua preocupação pelo que estava ocorrendo em Srebrenica. Disse que os soldados do exército dos sérvios bósnios tinham entrado 4 km no enclave e estavam a apenas 1 Km de Srebrenica e considerou que se tratava de um ataque a zona segura e disse que a UNPROFOR se via obrigada a defendê-la de todas as formas, exigindo uma explicação dos sérvios e pedindo que se retirassem 4 Km voltando a antiga linha de enfrentamento reconhecida.</p> <p>Tolimir apenas respondeu que a situação não era como se apresentava e focou nas deliberações relacionadas ao regresso dos peacekeepers holandeses detidos.</p> <p>o Chefe do Estado-Maior do Comandante da UNPROFOR voltou a insistir que a UNPROFOR se via obrigada a defender a zona segura, em particular porque não havia devolvido as armas dos <i>bosniaks</i> ao exército da Bósnia-Herzegovina que tinham sido recolhidas devido aos acordos de desmilitarização de 1993.</p> <p>Tolimir disse que analisaria a situação e responderia em meia hora, mas não retornou...</p>
17:15	<p>Enquanto acontecia essa conversa, os sérvios bósnios invadiram o Posto de Observação <i>Delta</i> e desarmou os seus ocupantes, oferecendo-lhes a alternativa de regressar a Srebrenica ou de os</p>

	<p>transferir ao povoado de Milici, próximo do local. A guarnição optou pela segunda opção, chegando no povoado à noite. Assim, na noite de 09 de julho, 30 soldados do Batalhão holandês ficaram detidos pelos sérvios bósnios, que encontravam-se apenas 1 km ao sul de Srebrenica.</p>
18:00	<p>A UNPROFOR dá um ultimato aos sérvios bósnios. O Chefe do Estado-Maior do Comandante da UNPROFOR após consultar o SRSG em Zagreb decidiu que os peacekeepers holandeses estabeleceriam uma posição de bloqueio contra os sérvios bósnios que se aproximavam do enclave pelo sul e que abririam fogo caso fossem atacados ao passo que seria solicitado apoio aéreo imediato nessa situação.</p> <p>O SRSG e o Cmt das Forças exigiram que fosse finalizada a ofensiva sérvia, que os sérvios bósnios se retirassem 4 km do enclave e que liberassem os holandeses detidos. Em sua conversa com Tolimir o Ch EM da UNPROFOR complementou que essa ordem seria retransmitida por escrito.</p> <p>Tolimir seguiu negando que a UNPROFOR havia atacado a UNPROFOR ou o enclave. Disse que os sérvios bósnios só haviam tomado uma região ao sul do enclave de onde estavam sendo atacado pelos <i>bosniaks</i> encaminhados para estabelecer uma ligação com Zepa e insistiu que o exército da Bósnia-Herzegovina havia violado o acordo de desmilitarização.</p>
18:30	<p>A versão escrita da advertência foi enviada por fac símile a Tolimir um pouco depois e foi retransmitida ao Cmt das forças da OTAN que disse que os aviões estariam disponíveis a partir das 06:00 do dia seguinte para responder a uma possível solicitação de apoio aéreo imediato.</p> <p>No entanto, enquanto se tomavam as providências necessárias, o Cmt do Batalhão Holandês em Srebrenica, que antes era favorável ao apoio aéreo, mudou de ideia, em virtude do avanço dos sérvios bósnios, considerando que o apoio aéreo imediato não seria viável porque os sérvios bósnios poderiam responder com uma barragem de fogo de artilharia vinda do norte e que isso só poderia ser evitado se fosse possível neutralizar todo o sistema de armas dos sérvios bósnios, o que era pouco provável e que não se tinha a certeza se a intenção dos sérvios era invadir todo o enclave ou apenas a parte meridional que já se encontrava em seu controle.</p>

Pode-se inferir por meio da evolução dos acontecimentos de 09 de julho que os sérvios bósnios continuaram obtendo êxito em sua ofensiva, que reduziu o efetivo dos peacekeepers holandeses repatriando-os para a Holanda e que o ultimato da UNPROFOR foi tardio, a decisão de bloquear o acesso dos sérvios bósnios era praticamente inviável haja vista que estes se encontravam a apenas um quilômetro de Srebrenica. A decisão do Cmt do Batalhão Holandês de voltar atrás do pedido de apoio aéreo da OTAN pode ser considerada pela proximidade dos sérvios bósnios dos peacekeepers holandeses e dos *bosniaks* e pela possibilidade de represália pela artilharia sérvia, talvez até pelas posições das peças de artilharia já identificadas no terreno.

**e. 10 de julho: o exército dos sérvios bósnios desobedece a advertência; o emprego de apoio aéreo é adiado (FALTA)**

A Companhia B começou a estabelecer a posição de bloqueio na madrugada de 10 de julho com cinquenta soldados e seis veículos blindados de transporte de tropas e com as armas que dispunham para bloquear os quatro pontos de acesso ao povoado, denominados B1, B2, B3 e B4. As vias mais largas (B1 e B3) seriam bloqueadas com dois blindados em cada, enquanto as vias mais estreitas (B2 e B4) seriam bloqueadas com 01 blindado em cada (ONU, 1999).

Os armamentos que contavam para as quatro posições eram duas armas anti-tanque de médio alcance em cada, várias armas anti-tanque de curto-alcance AT4 e metralhadoras pesadas .50 em cada veículo blindado. No entanto, o Cmt da Cia B orientou que se os sérvios bósnios os atacassem deveriam responder dando tiros de advertência e só se engajariam em combate se após os ataques prosseguissem após os tiros de advertência. Além disso, foram posicionados guias aéreos avançados na posição B1 e no Posto de Observação *Hotel*, situados em um terreno elevado perto de Srebrenica de onde era possível se ter uma melhor visualização. Entretanto, a tropa considerava que um ou dois blindados posicionados em cada via não seria suficiente para deter um avanço organizado em todas as direções (ONU, 1999).

A seguir será apresentada a evolução da ofensiva dos sérvios bósnios rumo a Srebrenica.

Tabela 11 - Evolução dos acontecimentos em 10 de julho

Hora	Fato
05:00	A Companhia B obteve êxito em posicionar três postos de bloqueio (B1, B3 e B4), mas ainda faltava posicionar o posto B2 que seria o mais próximo da cidade. No entanto, os bósnios da região estavam achando que se tratava de uma retirada da ONU e se mostraram agressivos contra os peacekeepers que mobiliavam esses postos de bloqueio
05:00-07:00	A Companhia B mobiliou o Posto B2 mais longe da cidade tendo em vista a animosidade da população bosniaca
07:05-07:13	Uma viatura blindada do Comandante Adjunto da Companhia B foi atacada próximo a B2 por uma granada de mão provavelmente de um bósnio quando estava realizando reconhecimento nas posições de bloqueio. Após a explosão, a Vtr se deslocou até o posto de bloqueio B4. O Comandante reportou o ocorrido e a informação foi transmitida imediatamente pela cadeia de comando da UNPROFOR até chegar ao Conselho de Segurança
-	<p>Ao mesmo tempo, foi realizada uma reunião informativa a cargo do SRSG e o <i>Force Commander</i> considerou que os bósnios estavam em condições de se defenderem em Srebrenica, no entanto, estavam atacando as posições de bloqueio e os guias aéreos avançados.</p> <p>O <i>Force Commander</i> falou com o General Tolimir que voltou a insistir que os holandeses não eram reféns e solicitou falar com o Gen Mladic, o que não foi possível porque não se encontrava na região.</p>
08:00	Foi descoberto em Srebrenica que o ataque realizado pela granada de mão não tinha sido por um bósnio e sim por um sérvio bósnio
08:15	Um veículo blindado deslocou-se, sem ser ameaçado, para as proximidades do Posto B4 para socorrer o veículo do Comandante Adjunto da Companhia B que ficou indisponível por ocasião do ataque de granada de mão, no entanto o veículo que foi prestar o socorro não conseguiu rebocar a viatura indisponível
11:00	Uma Viatura socorro foi enviada para resgatar o veículo blindado do Comandante Adjunto, no entanto, ao chegar no local recebeu disparos de artilharia pesada e de um tanque sérvio que se encontrava a noroeste.
11:00	O Comandante Adjunto da Companhia B modificou seu posicionamento sobre os danos causados em seu veículo terem sido causados por uma granada de mão, pois verificando os danos na viatura, constatou que as avarias foram causadas por algo mais substancial.
11:00	A ACNUR informou que os bombardeios haviam causado a morte de 06 civis e ferindo outros 23. Informou, ainda, que cerca de 2000 civis começaram a se aglomerar próximo ao hospital, na expectativa de estarem mais seguros estando próximo dessa estrutura de saúde.

13:00	O Comandante Adjunto da Companhia B transmitiu uma nova avaliação da missão, se mantinham três das quatro posições de bloqueio, pois a mais próxima da vila não estava ocupada.
13:00	Algumas fontes consultadas no contexto do informe indicaram que o batalhão holandês solicitou apoio aéreo imediato nesse momento, o mais rápido possível, em virtude dos sérvios terem desobedecido a advertência.
13:30	<p>O informe enviado horas antes chegou ao QG da UNPROFOR informando que os sérvios bósnios haviam voltado a bombardear Srebrenica por volta das 07:40 e que observadores militares tinham registrado cerca de 100 detonações.</p> <p>Informava, ainda, que por volta das 11:00 hs também se registraram impactos de disparos sérvios provavelmente de artilharia próximo ao hospital, destruindo vidros das instalações e se confirmava que a UNPROFOR não tinha devolvido as armas dos <i>bosniaks</i>.</p>
14:00	<p>Ao repassar a informação ao Conselho de Segurança, o SRSG passou a informação errada de que os sérvios bósnios tinham deixado de bombardear a cidade e omitiu a informação que o Cmt do Batalhão Holandês tinha solicitado apoio aéreo.</p> <p>O SRSG informou, ainda, a informação errada de que quem tinha atacado um veículo blindado do batalhão holandês tinha sido um bósnio. No entanto, um membro do Conselho de Segurança pediu que essa informação fosse confirmada, o que parece que não ocorreu.</p>
-	O Exército dos sérvios bósnios continuou bombardeando a cidade durante o dia e a Companhia B também denunciou a troca de tiros entre os sérvios e os bósnios.
18:30	<p>A Companhia B informou que a infantaria sérvia começou a posicionar-se próximo ao povoado proveniente do sul e os <i>peacekeepers</i> do Posto <i>Hotel</i> confirmaram esse posicionamento e complementaram que parecia ser o valor de uma Companhia e se dirigiam sentido Posto de Bloqueio B2.</p> <p>O Cmt Cia B deu ordem para serem disparados tiros de advertência de Morteiro 81mm e, em seguida, as metralhadoras .50 dos veículos blindados abriram fogo contra os sérvios bósnios por cima de suas cabeças. Os sérvios não responderam a esses disparos. Concomitantemente, o Cmt do Batalhão Holandês solicitou apoio aéreo imediato.</p> <p>Os disparos e a reação da Companhia B contra os sérvios bósnios durou até cerca de 1930.</p>
19:00	Por volta desse horário, o Chefe de Operações do QG da UNPROFOR em Zagreb disse ao <i>Force Commander</i> que os aviões destinados ao apoio aéreo imediato estavam em ordem de alerta e poderiam estar prontos em até uma hora após o acionamento.

19:10	O SRSG, que se encontrava em uma reunião com o governo da Croácia, mas mantinha contato com o QG da UNPROFOR, tentou uma reunião com o presidente sérvio Slobodan Milósevic, mas não obteve êxito
19:30	O QG da UNPROFOR recebeu a informação que os sérvios bósnios estavam atacando outro Posto de Observação, o Posto Lima.
19:45	O Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR comunicou ao escritório do SRSG que os sérvios haviam orquestrado um ataque de infantaria com cerca de 150 soldados e que a Companhia B havia realizado disparos de advertência
19:55	O Cmt da UNPROFOR convocou uma força de reação em caso de crise e pediu aos pilotos da OTAN que estivessem prontos para decolar, haja vista que os sérvios haviam desobedecido a advertência prévia.  Ao mesmo tempo, pediu ao Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR que contactasse o ministério da defesa do governo holandês para verificar qual era o tipo de reação que seu governo aprovava.
21:15	O Cmt da UNPROFOR falou com o General Tolimir, que afirmou que os sérvios não haviam disparado contra os soldados holandeses e ofereceu uma saída segura para o pessoal das nações unidas, para as organizações não governamentais e para a população local.  Em resposta, o Comandante das Forças disse a Tolimir que a ONU não abandonaria o enclave e exigiu que o exército dos sérvios bósnios parasse o ataque.
21:20	O QG da UNPROFOR em Sarajevo informou que os sérvios haviam contornado as posições de bloqueio holandesas e que o batalhão holandês juntamente com os bosníacos, estavam preparando as posições de defesa
21:25	O Cmt da UNPROFOR voltou a fazer contato com o escritório de Mladic para dizer-lhe que a situação era impossível e que faria todo o possível para evitar o uso da força, mas havia limites.  O pessoal a cargo de Mladic respondeu que tudo se tratava de uma propaganda muçulmana e que eles mesmos tinham que verificar a situação.
21:35	O Cmt das Forças informou a seus subalternos da conversa que teve com o escritório de Mladic. Nesse momento, foram recebidos informes em Zagreb que o enfrentamento em Srebrenica tinha cessado. O Cmt da UNPROFOR chegou a conclusão de que só tinha três alternativas:  1) Não fazer nada, nesse caso os sérvios deteriam seu avanço ou desviariam das posições de bloqueio; 2) Pedir apoio aéreo imediato, o que poderia trazer riscos pois era noite e a situação era confusa; e 3) Esperar a manhã seguinte para empregar o apoio aéreo imediato

23:00	<p>O Comandante das Forças Holandesas enviou um informe ao QG da ONU, que foi resumido pelos Observadores Militares do seguinte modo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) O Cmt do batalhão holandês informou aos dirigentes de Srebrenica e ao Chefe do Estado-Maior do Exército da Bósnia-Herzegovina que os sérvios bósnios ofereceram um ultimato de rendição à UNPROFOR;</li> <li>2) Informou, ainda, que a partir das 0600 do dia 11 de julho, a OTAN levaria a cabo um ataque massivo as posições sérvias se ainda não tivessem se retirado dos limites legais da zona segura de Srebrenica;</li> <li>3) Acrescentou que se os sérvios bósnios se retirassem, o batalhão holandês voltaria a ocupar os postos de observação invadidos; e</li> <li>4) Orientou ao Chefe do Estado-Maior do Exército da Bósnia-Herzegovina que em virtude da premissa de ataque aéreo, os militares de suas forças deveriam se posicionar o mais longe possível da linha de enfrentamento e refugiar-se em suas casas</li> </ol>
-------	---

**f. 11 de julho: confusão inicial acerca do apoio aéreo; implantação imediata de apoio aéreo; queda de Srebrenica**

O batalhão holandês entrou em contato com o Setor Noroeste por volta das 04:00 horas de 11 de julho e comunicou que haviam sido estabelecidos 40 alvos e que os aviões da OTAN estariam sobre eles por volta de 06:50 horas. Em consequência, por volta desse horário, os peacekeepers holandeses já se encontravam nos *bunkers*, esperando um ataque aéreo dos aviões da OTAN (ONU, 1999).

Ao perceber que os ataques não ocorreram, o adjunto do Cmt do Btl Holandês entrou em contato com o Chefe de Operações do Setor Noroeste questionando o motivo da não realização do apoio aéreo e obteve como resposta que não tinha recebido nenhuma solicitação de apoio aéreo imediato. Assim, enquanto sobre o terreno o batalhão holandês esperava sucessivos ataques aéreos, a um nível de comando superior se esperava uma notificação de que o ataque sérvio havia sido retomado e que se necessitava de apoio aéreo imediato (ONU, 1999).

Às 07:55 horas, os observadores militares da ONU em Srebrenica informaram que permaneciam nos abrigos, acreditando que o ataque aéreo se desencadearia na próxima hora e que o enclave encontrava-se estranho, pois pairava uma tranquilidade pouco habitual e inquietante (ONU, 1999).

O relatório da ONU não consegue esclarecer os motivos pelos quais os ataques aéreos não foram realizados, pois as informações não coincidem. Aparentemente, as solicitações foram realizadas por telefone, mas constam nos registros das tropas holandesas. Os registros oficiais que existem das comunicações entre as Forças de



Paz da ONU em Zagreb e a sede das Nações Unidas em Nova Iorque indicam apenas que, caso necessário, as Forças podiam contar com apoio aéreo imediato da OTAN (ONU, 1999).

O batalhão holandês, ao perceber que os ataques aéreos não tinham iniciado às 07:00 horas solicitaram novo pedido de apoio aéreo imediato às 07:45 horas e um oficial do setor Noroeste recordou consultando suas anotações pessoais que tinha telefonado por volta das 08:40 horas questionando o batalhão holandês se tinha recebido o apoio aéreo. Pouco depois, o batalhão holandês enviou nova solicitação de apoio aéreo, a segunda ainda na parte da manhã do dia 11 de julho. As divergências entre os relatos parecem indicar que a demora em torno de 30 minutos na transmissão dessa solicitação estava incompleta ou tinha sido feita em um formulário errado ou as comunicações por fac símile (fax) entre Srebrenica e Tuzla tinham sido interrompidas (ONU, 1999).

Finalmente, essa solicitação chegou a Sarajevo por volta das 10:00 horas. O Comando da UNPROFOR para a Bósnia-Herzegovina parece ter solicitado uma lista atualizada dos alvos para incluir alguns situados na parte norte do enclave, o que foi recebido e confirmado às 10:45 horas e o Setor Noroeste ficou de retransmitir a solicitação ao QG da ONU em Zagreb (ONU, 1999).

Entre as 07:00 horas e as 10:00 horas do dia 11 de julho houve muita confusão, primeiro que não houve o ataque aéreo conforme combinado no dia anterior, segundo que demorou cerca de três horas para chegar o segundo pedido de apoio aéreo e ainda teve que ser retificado. Ademais, até as 10:00 horas os sérvios bósnios não tinham tirado suas tropas das suas posições, mas também não tinham retomado os ataques. Informes indicaram que aviões da OTAN estavam sobrevoando a região desde as 06:00 horas e por volta das 10:00 horas tiveram que regressar a Itália para reabastecer, só estando em condições de atuar novamente em caso de nova solicitação de apoio aéreo por volta das 14:00 horas (ONU, 1999).

Por volta das 11:00 horas, o QG da ONU em Zagreb recebeu a solicitação de apoio aéreo imediato do Comando da UNPROFOR para a Bósnia-Herzegovina para o batalhão holandês em Srebrenica, mas caso autorizado este apoio só estaria em condições de ser executado a partir das 14:00 horas, conforme citado acima. Ao mesmo tempo, os sérvios retomaram os ataques (ONU, 1999), conforme evolução dos acontecimentos a seguir:

Tabela 12 - Evolução dos acontecimentos em 11 de julho

Hora	Fato
11:00	Os sérvios bósnios retomaram seus ataques abrindo fogo diretamente dos seus tanques contra as posições holandesas
11:30	A Companhia B informou que os sérvios bósnios estavam atirando contra o seu complexo e que começaram a atacar os Postos <i>Mike</i> e <i>November</i> situados na parte setentrional do enclave
12:00	O Cmt da UNPROFOR solicitou aprovação do SRSG de apoio aéreo imediato contra toda força que atacasse as posições de bloqueio ou que disparasse com armas pesadas contra outras posições da ONU em Srebrenica
12:10	Os observadores militares da ONU informaram que os ocupantes do Posto de Observação <i>November</i> tinham se retirado debaixo de fogo sérvio para uma nova posição situada a 400 metros atrás do Posto. Quase ao mesmo tempo, um tanque sérvio abriu fogo contra um dos veículos blindados do batalhão holandês na posição de bloqueio B1.
12:17	O SRSG aprovou emprego de apoio aéreo aproximado contra toda força que atacasse os Postos de Observação da ONU situados no perímetro do enclave
12:30	O exército dos sérvios bósnios começou a disparar contra o Posto de Observação <i>Hotel</i> , situado em terreno elevado sobre a cidade de Srebrenica e nas posições situadas a sul. Em menos de meia-hora, os sérvios estavam bombardeando a cidade de suas posições situadas a sul e a leste
13:30	Os sérvios bósnios lançaram dois projéteis que atingiram o Complexo da Companhia B, onde estavam refugiados entre 4000 e 5000 civis bósnios deixando um número não determinado de refugiados feridos
14:07	As forças sérvias bósnias entraram em Srebrenica sem sofrer quase nenhuma resistência da UNPROFOR ou do exército da República da Bósnia-Herzegovina e hastearam a bandeira sérvia no alto de uma padaria situada na parte sul da cidade.
14:30	Residentes da cidade de Srebrenica, incluindo os que tinham se abrigado no complexo da Companhia B fugiram rumo ao norte na direção de Potocari. Até esse momento entre 3 e 5 solicitações de apoio aéreo imediato feitas pelo batalhão holandês foram negadas nos diversos níveis da cadeia de comando da ONU. Por outro lado, o batalhão holandês não reagiu ao avanço das forças sérvias.
14:30	Por volta desse horário, chegaram a Srebrenica 18 aviões da OTAN. Foram designados os ataques aos objetivos a 06 aeronaves e as restantes ficaram encarregadas de neutralizar os sistemas de defesa aérea caso necessário

14:40	<p>Dois aviões da OTAN lançaram duas bombas sobre objetivos que, a seu juízo, eram veículos sérvios que avançavam para a cidade pelo sul, mas não foi esclarecido se foram causados danos.</p> <p>Os aviões da OTAN também sobrevoaram a parte sul e a parte noroeste do enclave mas não obtiveram êxito em localizar mais objetivos</p> <p>Em resposta a esse apoio aéreo, o exército dos sérvios bósnios enviou uma mensagem rádio ao batalhão holandês ameaçando bombardear a cidade; bombardear o complexo da Companhia B, que se encontrava com milhares de bósnios refugiados; e matar os soldados do batalhão holandês que estavam como reféns se a OTAN continuasse empregando sua força aérea.</p>
14:50	<p>O SRSG recordou ter recebido uma ligação telefônica do Ministro da Defesa dos Países Baixos pedindo-lhe que deixasse de empregar o apoio aéreo imediato, porque os soldados sérvios no terreno encontravam-se muito próximos dos soldados holandeses, o que comprometia sua segurança.</p> <p>Desse modo, o SRSG disse não ter outra opção a não ser a de aceitar a petição e transmitiu uma mensagem para a OTAN resultando no término da atividade aérea.</p>
15:00	<p>O Presidente Milosevic telefonou ao SRSG dizendo-lhe que os soldados do batalhão holandês nas zonas controladas pelos sérvios tinham conservado suas armas e equipamento, o que não era certo</p>
15:00	<p>O batalhão holandês delegou ao seu oficial de logística e a cerca de 30 soldados a missão de coordenar a acolhida das pessoas que fugiam de Srebrenica.</p> <p>O oficial considerou que a entrada principal era vulnerável ao fogo sérvio, por isso deu ordens para que fosse aberto um outro acesso do lado do complexo.</p> <p>Ao entardecer haviam adentrado por essa abertura entre 4000 e 5000 refugiados e o batalhão determinou que o acesso fosse fechado tendo em vista o espaço restrito e a pouca provisão para alimentar todos. Entre 15000 e 20000 refugiados em sua maioria mulheres, crianças e idosos permaneceram do lado de fora do complexo durante toda a noite.</p>
16:00	<p>Os observadores militares da ONU informaram que mais de 2000 habitantes principalmente mulheres, crianças e idosos, estavam se aglomerando no complexo do batalhão holandês em Potocari. Informaram, ainda, que o bombardeio do povoado havia continuado apesar da interrupção dos ataques aéreos da OTAN e que a cidade estava nas mãos dos sérvios bósnios.</p> <p>Em uma nota que acompanhava o informe se indicava que aparentemente tinha sido feito muito pouco muito tarde.</p>
18:10	<p>O Comandante em função da UNPROFOR tomou as seguintes medidas:</p>

	<p>1) falou com o Gen Gvero, comandante adjunto do exército dos sérvios da Bósnia dizendo-lhe que, apesar dos aviões da OTAN terem se retirado da zona, ele poderia acioná-los a qualquer momento.</p> <p>2) comunicou que o comandante do batalhão holandês tinha recebido instruções, para colocar-se em contato com os sérvios bósnios para obter um cessar-fogo.</p> <p>3) também comunicou que defenderia suas tropas se estas fossem atacadas e pediu que os soldados do batalhão holandês detidos pelo exército dos sérvios bósnios fossem libertados de imediato.</p> <p>4) deu instruções ao batalhão holandês para que sentasse à mesa com o exército dos sérvios bósnios para lograr uma cessação de fogo imediata, adiantando que a entrega de armas ou de equipamento militar não estava autorizada e fora de discussão.</p> <p>5) ordenou ao batalhão holandês que concentrasse suas forças no complexo de Potocari e abandonasse os postos de observação que restavam e deu instruções para que fossem tomadas todas as medidas razoáveis para proteger os refugiados e os civis sob sua responsabilidade e que deveriam defender suas forças e instalações por todos os meios possíveis</p> <p>Apesar de terem tomado nota dessas ordens, os comandantes de fração do batalhão holandês estimaram que simplesmente já não teriam condições de levar essas ordens a cabo.</p>
20:00	<p>Os sérvios bósnios entraram em contato com o batalhão por meio do equipamento rádio de um de seus veículos dando instruções ao Comandante do Batalhão Holandês que se dirigisse ao Hotel Fontana de Bratunac para uma reunião.</p>
20:30	<p>O Comandante do Batalhão Holandês chegou ao Hotel Fontana para a reunião e encontrou o General Mladic acompanhado do General Zivanovic, comandante do corpo de Drina do exército dos sérvios bósnios.</p> <p>A reunião durou cerca de 45 minutos e nela o General Mladic se dedicou a culpar o comandante do batalhão holandês e a ONU de ter recorrido indevidamente ao emprego da força aérea contra o exército dos sérvios bósnios e culpou as Nações Unidas por não ter desarmado os bósnios de Srebrenica.</p> <p>O comandante do batalhão holandês tratou de explicar a desesperante situação dos milhares de refugiados que se encontravam em Potocari.</p> <p>Mladic respondeu que o comandante do batalhão holandês deveria voltar a se apresentar para uma segunda reunião às 23:30 horas acompanhado de representante dos refugiados e, se possível, de alguma autoridade civil.</p>

23:30	<p>O comandante do batalhão holandês retornou ao Hotel Fontana acompanhado do Diretor da Escola Secundária de Srebrenica, representando os refugiados e de Ibram Mustafic, representante de Srebrenica na Assembleia da Bósnia-Herzegovina. Todos os demais dirigentes preferiam refugiar-se em Tuzla.</p> <p>Na segunda reunião com o General Mladic, o comandante do batalhão holandês voltou a tratar de explicar a situação dos refugiados em Potocari e dos cerca de 100 feridos que se encontravam no complexo.</p> <p>O General Mladic se comprometeu a evacuar os feridos e deu garantias de que lhes trataria de acordo com as Convenções de Genebra. Exigiu que o exército da República da Bósnia-Herzegovina entregasse suas armas aos sérvios bósnios e ameaçou, caso contrário, a bombardear o complexo do batalhão holandês em Potocari. Se comprometeu a realizar um cessar-fogo a partir das 10:00 horas de 12 de julho, momento em que desejava celebrar uma terceira reunião com o comandante do batalhão holandês e o representante dos refugiados.</p> <p>Em resposta ao pedido de Mladic de ver Naser Oric, o comandante do batalhão holandês respondeu que não o via no enclave desde abril. A reunião foi concluída por volta de 01:00, no início da madrugada de 12 de julho.</p>
-------	---

Fonte: ONU, 1999, adaptado pelo autor

Ao regressar ao complexo do Batalhão em Potocari, o comandante do batalhão holandês enviou um informe a Zagreb, Sarajevo e Tuzla, assim como ao pessoal do Tribunal de Haya, assinalando a crise e descrevendo as reuniões que tivera com Mladic. Concluía seu informe afirmando que haviam mais de quinze mil pessoas em um quilômetro quadrado, incluindo o batalhão, em uma posição vulnerável, incapaz de defender no mínimo essas pessoas e descreveu com precisão a localização da artilharia e dos tanques do exército dos sérvios bósnios que se podiam ver claramente do enclave. Sua mensagem terminava com a seguinte súplica:

“Sou responsável por essas pessoas, mas não posso: defendê-las, nem meu próprio batalhão; encontrar representantes adequados entre os civis porque, por determinadas razões, as autoridades oficiais não estão disponíveis; encontrar representantes entre as autoridades militares porque eles estão lutando para abrir um corredor para a área de Tuzla e não aparecerão de qualquer maneira por motivos puramente pessoais; obter êxito que o exército da Bósnia-Herzegovina entregue as suas armas...Na minha opinião só há uma saída: negociações no mais alto

nível: o Secretário Geral das Nações Unidas, as mais altas autoridades nacionais e tanto os sérvios bósnios quanto o Governo bósnio.” (ONU - A/54/549, 1999, p.79)



Figura 8: Mapa da Bósnia-Herzegovina

Fonte: Cia, 1992 apud Borges, 2020

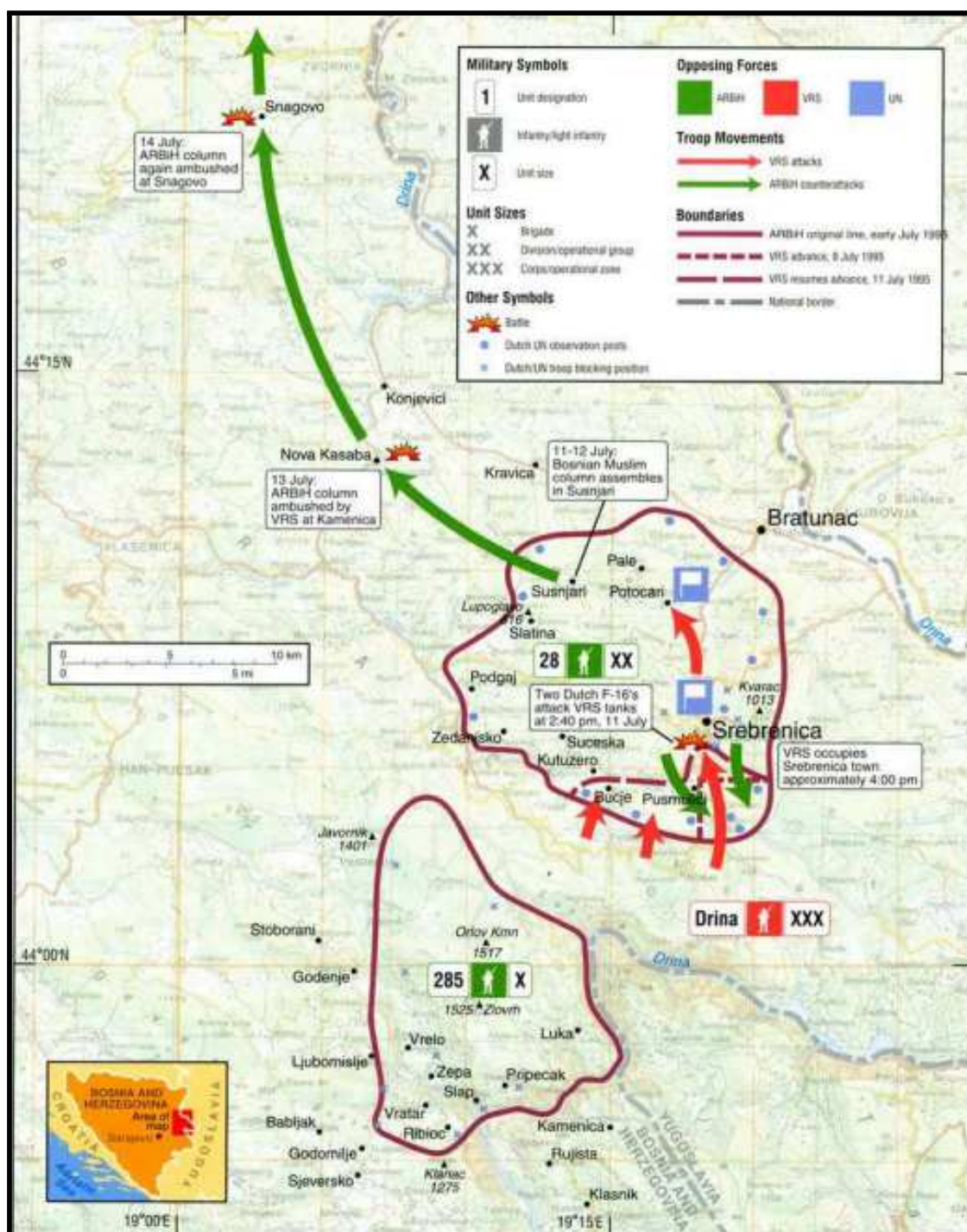


Figura 9: Ofensiva dos sérvios bósnios de 11 a 14 de julho de 1995

Fonte: Borges, 2020

Entre os que buscaram refúgio no quartel da ONU, havia cerca de 300 homens que não conseguiram escapar do cerco a Srebrenica. Mesmo ciente do perigo que corriam aqueles homens, o batalhão holandês permitiu que os sérvios adentrassem no



quartel e assistiu inerte à separação e ao rapto destes. Todos foram torturados, mortos e enterrados em vala comum (ONU, 1999 apud Borges, 2020).

#### **2.1.4 Outras considerações acerca do Massacre de Srebrenica**

Hakimi Abdul Jabbar (2016) no livro “O Massacre de Srebrenica”, explana com detalhes antecedentes e todas as atrocidades que envolveram o massacre, expondo o tratamento desumano dispensado a populações “indesejadas” nos territórios, a questão da limpeza étnica feita pela Sérvia e a inação de tropas que deveriam guarnecer Srebrenica.

Segundo o autor, três anos antes do Genocídio de Srebrenica, os sérvios queimaram vilas de muçulmanos bósnios e mataram no mínimo 3166 bósnios próximo de Srebrenica. Em 1993, a ONU descreveu o entorno de Srebrenica como um processo lento de genocídio. Ainda segundo o autor, em julho de 1995, os sérvios expulsaram cerca de 25 mil bósnios, estupraram brutalmente muitas mulheres e sistematicamente mataram cerca de 8000 homens e garotos, o que foi confirmado por DNA (Jabbar, 2016).

A estratégia sérvia para a queda de Srebrenica era expulsar as tropas da ONU de seus postos, tomar a cidade, fazer uma limpeza étnica na região e riscar os enclaves muçulmanos do território da Republika Srpska. Nesse ínterim, prevendo a iminente invasão do enclave de Srebrenica pelos sérvio-bósnios, o General Bernard Janvier<sup>35</sup>, havia orientado a UNPROFOR a evitar o uso da força, caso a invasão fosse consumada (Van Der Wind, 1995).

Nesse capítulo pôde-se constatar a complexidade da missão de proteger as áreas seguras na Guerra da Bósnia, assim como a importância da influência do campo político no nível tático, pois evidenciou-se bastante diferença na sincronia desses dois níveis na condução das missões das tropas canadenses e holandesas.

A seguir serão apresentadas as consequências do Massacre de Srebrenica para os *peacekeepers*, principalmente quanto ao uso da força para a proteção de civis.

---

<sup>35</sup> Comandante Geral da Força da ONU em Sarajevo



### **3 AS CONSEQUÊNCIAS DO MASSACRE DE SREBRENICA PARA OS PEACEKEEPERS**

O fenômeno do uso da força em prol da comunidade internacional é um ato de interação humana. O comportamento das missões da ONU durante a Guerra Fria é perceptivelmente diferente do ocorrido nos anos 1990, pois quanto mais ações dessa comunidade desviam da *peacekeeping* absoluta, mais devem ser interpretadas de modo similar a guerra, como um exercício da vontade (Braga, 2016).

Portanto, para Braga (2016) a atuação da ONU durante a Guerra Fria pautou-se pela imparcialidade entre as partes contendoras, ao passo que na década de 1990 houve situações em que ocorreu intervenção com uso da força que evidenciava certa parcialidade e, nesses casos, a guerra estava mais presente do que uma missão de paz. Entretanto, para melhor entender a complexidade dessas operações da ONU, é importante se entender o paradoxo da intervenção humanitária.

O presente capítulo tratará das consequências do massacre de Srebrenica para os peacekeepers. Iniciando por meio da explicação do paradoxo da intervenção humanitária, que é diferente de uma guerra entre dois Estados, em seguida será pontuado a importância da vontade política para a utilização da força, baseando-se na Teoria da Guerra, seguido da apresentação de que houve falta de vontade política para a atuação dos peacekeepers na defesa da população civil em Srebrenica. Após esta contextualização, serão apresentadas as consequências em relação ao uso da força para dar fim à Guerra da Bósnia e, 1995 e para dar fim à Guerra do Kosovo em 1999, momento em que será percebido que essa atuação já contava com respaldo político; consequência em relação a proteção de civis; consequência em relação a evolução dos mandatos das missões da ONU nos Bálcãs; e será apresentado do Relatório Brahimi como proposta de reforma da ONU tendo como uma de suas motivações, as falhas ocorridas em Srebrenica.

#### **3.1 O PARADOXO DA INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA**

Intervenções humanitárias podem ser definidas como ações militares tomadas por um Estado, grupos de Estados ou organizações internacionais no território de outro país, sem o consentimento deste com a finalidade de prevenir ou interromper violações de direitos humanos no campo do Direito Internacional Humanitário (Braga,

2016). Segundo, esse autor, essas intervenções englobam quatro objetivos:

- 1) Ação Militar Armada;
- 2) Uso da Força;
- 3) Falta de consentimento da nação anfitriã; e
- 4) Justificativa baseada nos assuntos humanitários

Para Stanley Hoffman (2003), os soldados do Estado que intervêm devem arcar com os custos da proteção de civis de genocídio, escravidão, limpeza étnica, estupro e assassinato. Esses custos não são triviais porque alguns desses soldados irão morrer e, ao menos que estejam preparados para assumi-los, a intervenção humanitária fracassará. Isso resume o paradoxo da intervenção humanitária.

O trabalho para a saída desse dilema tem duas formas: a primeira olha para o executante do resgate individualmente e pergunta se ele deve arriscar sua vida por outras pessoas da mesma forma em que arrisca quando seu país está ameaçado; a segunda é a não vinculação desta obrigação de intervir do Estado, em ações voluntárias de seus cidadãos. O problema requer, ainda, uma outra avaliação que verifique a capacidade coletiva de fazer o bem, quando uma nação está habilitada a montar força de intervenção (Gross, 2014). Essa disposição voluntária de ajudar com uma devida cautela vai ao encontro do que já postulava Jeremy Bentham:

**“Todo o homem deve ajudar** aqueles que precisam de assistência, **se pode fazer isso sem expor-se à sensíveis inconveniências”** (Bentham, 1843, p. 164, grifo nosso).

Se os Estados e exércitos têm a obrigação de empregar suas forças em prol da humanidade, e quanto aos soldados que podem morrer na esteira de tal obrigação? Há a mesma obrigação em arriscar a vida alheia e morrer pela humanidade que arriscar a vida pelo seu Estado? Quando a intervenção humanitária se mescla a interesses vitais de uma nação, haverá risco às vidas dos integrantes de suas forças armadas. Mas quando a ONU chama uma nação a contribuir com forças simplesmente para uma intervenção humanitária, haverá espaço para perguntar qual preço devem pagar os soldados de uma nação pelo bem de outras pessoas (Gross, 2014).

Quando os custos são baixos, a obrigação moral de empreender um resgate fácil pode compelir de forma intuitiva. Mas quando os custos sobem, começamos a

perguntar que quantidade de inconveniências uma pessoa deve resistir para ajudar outras, pois nenhum indivíduo pode ser forçado a desistir de sua vida, não importando quantas vidas pode salvar. Por outro lado, quando os Estados vão à guerra, eles compelem seus cidadãos a arriscar a vida o tempo todo. No entanto, a intervenção humanitária não gera a mesma obrigação que a defesa nacional (Gross, 2014).

Segundo Gross (2014), a voluntariedade substitui a obrigação imposta pelo Estado por outra força que é auto imposta, permitindo empreender intervenção humanitária sem a preocupação de impor, à força, o risco a indivíduos, Portanto,

“...mesmo que seja verdade que a obrigação natural de justiça não exija que nos arrisquemos a uma morte violenta para proteger os direitos humanos básicos de outras pessoas, ela ainda nos obriga a apoiar instituições de intervenção armada...contanto que essas instituições tragam risco de morte violenta apenas para os que aceitam isso voluntariamente. (Buchanan, 2003, p. 471)

A intervenção humanitária permanece, portanto, uma obrigação peculiar que, no máximo, coloca países soberanos em um papel de apoio, mas não podem compeli-los a agir quando indivíduos se recusam a aceitar o custo de arriscar suas vidas. Sem voluntários que concordem especificamente com tarefas humanitárias, não se têm escolhas além de recusar obrigações internacionais, pois é impossível morrer por outros fora de nossa pátria na mesma obrigação de morrer que devemos a nossos compatriotas (Gross, 2014).

Essa complexidade do uso da força para proteger civis aqui apresentada é importante para entender a complexidade do trabalho, assim como os atores nele envolvidos tais como a ONU, os sérvios bósnios, os bosníacos, a Sérvia, os Estados contribuintes com tropa, a Comunidade Internacional, a Bósnia-Herzegovina, a população sérvia, a população da vila de Srebrenica, os peacekeepers e os indivíduos em geral.

### 3.2 IMPORTÂNCIA DA VONTADE POLÍTICA PARA O USO DA FORÇA

Relacionando força e política, para Morgenthau (1948), o poder político deve ser distinguido de força no sentido do atual exercício de violência física, que é uma ameaça consubstanciada na forma da ação da polícia, prisão, punição capital da guerra que é um elemento intrínseco desses elementos políticos. Já Norberto Bobbio (1987), afirma que o que distingue o poder político de outras formas de poder é a possibilidade do uso da força e complementando. Weber (1999), considera que a característica política de um grupo social pode apenas ser definida pelos meios que, embora não exclusivos, são essenciais e cruciais para a essência do uso da força. Nesse sentido, a seguir, serão apresentadas algumas considerações acerca da importância da vontade política para o emprego da força e evidências da falta de vontade política para dar fim à guerra da Bósnia.

#### 3.2.1 Considerações acerca da Teoria da Guerra

Segundo Clausewitz (2007), as condições para derrotar um inimigo pressupõem uma grande superioridade física ou moral, ou então um espírito extremamente audacioso e uma propensão para correr graves riscos. Quando nenhum destes atributos estiver presente, o propósito da atividade militar só pode ser de um dos dois tipos: tomar uma pequena porção, ou uma porção maior, do território inimigo, ou manter a posse do nosso próprio território até que as coisas melhorem.

Ao analisar qual a melhor linha de ação, deve-se lembrar que existem razões para esperar que a situação não melhore. Esta probabilidade fundamenta uma “guerra de espera” - isto é, uma guerra defensiva. A ofensiva - que consiste em explorar as vantagens do momento - é recomendável sempre que o futuro proporcionar uma perspectiva melhor para o inimigo do que para nós. Uma terceira possibilidade, surge quando o futuro não parece prometer nada claro para nenhum dos lados e não oferece, portanto, motivos para uma decisão. Neste caso, a ofensiva deve ser adotada pelo lado que possui a iniciativa política - isto é, o lado que tem um propósito ativo, o propósito pelo qual entrou em guerra (Clausewitz, 2007).

Se a iniciativa política estiver com a nação menor, ela deverá tomar a ofensiva militar, em outras palavras, atacar o inimigo, a menos que ele ataque primeiro. Esperar seria um absurdo, a menos que o Estado menor tenha mudado a sua decisão política no momento de executar o seu plano de ação. É isto que muitas vezes ocorre,

e em parte explica porque o caráter indefinido de algumas guerras deixa um estudioso bastante perplexo (Clausewitz, 2007).

Passando a tratar da importância de um objetivo, a possibilidade de que um propósito militar possa ser alterado é uma possibilidade que considera-se como sendo apenas o resultado de debates domésticos, e só é considerada a natureza do propósito político na medida em que ele tenha ou não um conteúdo ativo (Clausewitz, 2007).

Para Clausewitz (2007), mesmo que um país apoie a causa de outro, nunca dará importância à causa do apoiado como daria em causa própria. Esse país estaria disposto a enviar uma força de tamanho razoável para apoiá-lo, entretanto, caso as coisas dêem errado, a operação será cancelada e o país apoiador tentará retirar-se com o menor custo possível, conforme palavras do general prussiano:

“...É tradicional na política europeia que os Estados façam pactos ofensivos e defensivos para apoio mútuo - embora não a ponto de defender totalmente os interesses e as disputas de outro. Independentemente do propósito da guerra ou da dimensão dos esforços do inimigo, eles prometem antecipadamente uns aos outros contribuir com uma determinada força, normalmente modesta. Um país que faz este tipo de aliança não considera-se deste modo envolvido na guerra propriamente dita contra alguém, pois isto exigiria uma declaração formal e necessitaria de um tratado de paz para terminá-la.”  
(Clausewitz, 2008, p. 714)

Acrescenta, ainda, que seria mais metódico se o contingente prometido - dez, vinte ou trinta mil homens - fosse inteiramente colocado à disposição do aliado e este estivesse livre para empregá-lo (Clausewitz, 2007), o que na prática não ocorre, pois

“... Mesmo quando os dois compartilham um grande interesse, a ação é obstruída por restrições diplomáticas e, de um modo geral, os negociadores só prometem um contingente pequeno e limitado, de modo que o resto possa ser mantido à mão para quaisquer fins que as mudanças da política possam exigir.”  
(Clausewitz, 2007, p.715).

Supondo-se que um lado ou o outro acredite que avaliou mal a situação e que não é ligeiramente mais forte do que o seu inimigo, mas sim mais fraco. Nesse caso, normalmente os recursos estarão se esgotando e o seu estímulo moral não será

suficiente para realizar um esforço maior, tendo que esperar que a situação melhore, embora não tenha motivos para ter esta esperança (Clausewitz, 2008). Cabe pontuar que se houver incentivo para uma das partes, haverá desequilíbrio, ou seja, se uma das partes recebe mais patrocínio, meios, recursos, além de uma opinião pública favorável, pode beneficiar-se dessa situação, do contrário

...”a interação, o esforço para sobrepujar o inimigo, o desenrolar violento e compulsivo da guerra, tudo cessa por falta de um incentivo real. Nenhum dos dois lados faz mais do que movimentos mínimos e nenhum deles sente-se seriamente ameaçado.” (Clausewitz, 2008, p.715).

Admitindo-se a influência do propósito político sobre a guerra, fica mais difícil terminá-la, pois há interesse em travar estas pequeníssimas guerras, que consistem meramente em ameaçar o inimigo com negociações mantidas em reserva. Desse modo a guerra se transformará em prudência, e a sua principal preocupação será estar certo de que o frágil equilíbrio não seja rompido subitamente a favor do inimigo e que a guerra desanimada e fria não torne-se uma guerra real (Clausewitz, 2008).

A política foge das conclusões provenientes da natureza da guerra e só se preocupa com as probabilidades imediatas. Assim, a política transforma o esmagador elemento destruidor da guerra num mero instrumento e troca a espada de combate por um florete mais leve e de manejo mais fácil. Por isso, se a guerra é parte da política, esta determinará o seu caráter e à medida em que torna-se mais ambiciosa e mais vigorosa, o mesmo acontecerá com a guerra e isto poderá chegar ao ponto em que ela atingirá a sua forma absoluta. Se olharmos para a guerra sob esta luz, não precisamos perder de vista esta forma absoluta: pelo contrário, devemos tê-la constantemente em mente (Clausewitz, 2008).

O melhor ponto de vista para a condução da guerra só pode ser o da política, pois é a partir dessa perspectiva que são elaborados os planos e que as avaliações e a compreensão ficam mais fáceis e naturais. Desse modo, as convicções ganham força, os motivos ganham em convicção e a história ganha em sentido (Clausewitz, 2008).

Assim, a partir desse ponto de vista, não é mais necessário surgir qualquer conflito entre os interesses militares, pois se a política tiver uma boa consciência situacional dos acontecimentos militares, estará total e completamente capacitada a

decidir as melhores tendências para se atingir aos propósitos da guerra (Clausewitz, 2007).

Ademais, a experiência revela que apesar da grande diversidade e da evolução da guerra moderna, as suas principais linhas ainda são estabelecidas pelos governos, através de um organismo puramente político e não militar (Clausewitz, 2007), pois

“...Nenhuma proposta necessária para a guerra pode ser elaborada ignorando-se os fatores políticos, e quando as pessoas falam, como muitas vezes o fazem, sobre a influência política nociva sobre a administração da guerra, elas não estão realmente dizendo o que querem dizer. A sua desavença deveria ser com a própria política, não com a sua influência. Se a política estiver correta- isto é, se for competente - qualquer efeito intencional que tiver sobre a condução da guerra só poderá ser bom. Se tiver o efeito oposto, a própria política estará equivocada.” (Clausewitz, 2007, p. 721)

Por fim, para que a guerra esteja em total harmonia com os propósitos políticos, e para que a política seja adequada aos meios existentes para a guerra, a única medida sensata é tornar o Comandante-em-Chefe um membro do gabinete, de modo que o gabinete possa participar dos principais aspectos de suas atividades (Clausewitz, 2007).

Cabe ressaltar que as considerações da Teoria da Guerra aqui apresentadas acerca da importância da política para a consecução de objetivos militares dizem respeito a uma guerra normal e não a uma intervenção humanitária. Por isso, faz-se interessante enquadrar o assunto no contexto de uma missão de peacekeeping absoluta, conforme já apresentado no referencial teórico apresentado e novamente a seguir.

Relembrando a dicotomia entre peacekeeping absoluta e guerra absoluta, Clausewitz (2007) desenvolveu o conceito de guerra absoluta, um tipo abstrato, forma pura na qual a guerra é um simples sopro de uma forma infinita, por outro lado a peacekeeping absoluta seria quando o uso da força em prol da comunidade internacional deve avançar sendo capaz de ser mensurada no espaço entre a paz e a guerra, conforme figura 4, já apresentada anteriormente no item 1.3.4.2. (Braga, 2016).

Na proposição inicial de Clausewitz, o uso da força deve ser percebido como função dos objetivos do Estado, com a classificação da guerra em duas categorias: guerra limitada e guerra absoluta. Nessa categorização, ele entendeu que a guerra poderia ser de dois tipos em relação aos objetivos a serem alcançados. Poderia ser uma guerra para destruir o inimigo ou para ocupar alguns dos seus distritos de fronteira, que poderiam ser anexados ou barganhados. Assim, desde que considerações políticas tornaram-se primordiais, estas tomaram diferentes formas (Clausewitz, 2007).

Infere-se por meio das considerações acima que a vontade política é primordial para que haja o uso da força em prol da proteção de civis, pois se a política não respaldar o uso dos meios coercitivos da força para efetuar a proteção de civis, massacres podem ocorrer como ocorreu em Srebrenica. A seguir, serão apresentadas evidências de que houve falta de vontade política para a consecução da proteção dos civis em Srebrenica, por meio de extratos do relatório da ONU sobre o caso, de pesquisas que abordam o assunto e de relatos do general britânico Rupert Smith (Smith, 2008).

### **3.2.2 Evidências da falta de vontade política para proteção de Srebrenica**

No campo da diplomacia preventiva e do *peacemaking*, a ONU teve pouco sucesso em negociar um acordo político para colocar fim à violência dentro e entre as repúblicas da ex- Iugoslávia. A opção inicial de negociar o conflito tratando-o como uma questão de restauração das fronteiras – e até mesmo da soberania– do Estado iugoslavo, e não como um problema que envolvia a proteção dos direitos de minorias étnicas e a autodeterminação dos povos, impôs uma série de entraves à operacionalização do conceito de *peacekeeping*, o não correspondia às características do conflito (Bigatão, 2009).

A atuação da ONU na ex-Iugoslávia mostra que mesmo quando decidida a intervir para buscar a resolução de conflitos dentro das fronteiras de um país, a ONU necessita ter pleno conhecimento das particularidades do conflito e das dinâmicas internas ao mesmo para não delegar objetivos irrealizáveis à missão. Adicionalmente, necessita dispor de recursos humanos e financeiros suficientes, além do apoio dos Estados membros, para que seu projeto de restauração da paz seja colocado integralmente em prática (Bigatão, 2009)



Segundo Smith (2008), nenhum país que contribuía com forças para a UNPROFOR ou até para a OTAN em apoio a UNPROFOR, tinha mínima intenção de as utilizar em combate ou de colocar suas tropas em risco. Nesse sentido, as regras de engajamento que controlavam o emprego da força voltavam-se apenas para ações defensivas. Ademais, os países contribuintes com contingentes militares não queriam arriscar as suas Forças e a maioria das tropas estavam equipadas com veículos blindados para a proteção de seus ocupantes e não para combater o inimigo.

Em maio de 1995, a ONU emitiu diretivas esclarecendo que a segurança das tropas era mais importante que a implementação do mandato, tornando clara a posição dessa instituição e evidenciando falta de vontade política por parte de todos os países envolvidos com receio de arriscar a vida de seus contingentes em prol de uma intervenção humanitária (Smith, 2008).

Ademais, no âmbito da lógica internacional, a prática de desdobrar tropas, mas não as empregar não fazia muito sentido, pois:

“Se nos intrometemos em uma luta de terceiros, é de esperar que nos empurrem; e se intervimos, é melhor decidir se vamos lutar contra um dos lados ou contra todos e meter mãos à obra preparados para as forças destinadas a atingir o objetivo” (Smith, 2008, p. 412)

A Conferência de Londres, realizada em julho de 1995, que teve participação dos países contribuintes com tropas para UNPROFOR, OTAN, além da ONU e dos Estados Unidos, fora convocada porque nenhum dos países que havia contribuído com contingentes militares, em especial a Grã-Bretanha, que tinha tropas em Gorazde, o último enclave oriental da Bósnia-Herzegovina, queria outro massacre como o ocorrido em Srebrenica (Smith, 2008).

Infere-se, por meio das considerações acima, que houve uma mudança de postura política em relação ao uso da força, imediatamente após o Massacre de Srebrenica, pois 10 dias após a queda de Srebrenica, ocorrida em 11 de julho de 1995, a Conferência de Londres, de 21 de julho de 1995, marcou a vontade da organização de evitar outro massacre, conforme já apresentado acima.

### 3.3 CONSEQUÊNCIAS

Iniciando as consequências do Massacre de Srebrenica para o uso da força, é interessante ressaltar a consideração teórica de Peter Paret (1986), que identificou que

os meios de guerra consistem basicamente no uso da força ou na ameaça do uso da força. Nesse sentido, serão apresentados dois exemplos de êxito do emprego da força, o primeiro que contribuiu para dar fim à Guerra da Bósnia em 1995 e o segundo na Guerra do Kosovo em 1999. As considerações de Clausewitz (2007) acerca da importância da vontade política para o emprego da força já apresentadas anteriormente, serviram de base para entender que o êxito dessas duas intervenções só foi possível devido ao fato destas contarem com vontade política para sua atuação.

### **3.3.1 Uso da força pela ONU/ OTAN na Guerra da Bósnia**

A estratégia dos sérvios bósnios para a queda de Srebrenica era a seguinte: expulsar as tropas da ONU de seus postos, tomar a cidade, fazer uma limpeza étnica na região e riscar os enclaves muçulmanos do território da Republika Srpska. Nesse ínterim, prevendo a iminente invasão do enclave de Srebrenica pelos sérvio-bósnios, o General Bernard Janvier<sup>36</sup>, havia orientado a UNPROFOR a evitar o uso da força, caso a invasão fosse consumada (Van Der Wind, 1995).

Em julho de 1995, a cidade de Srebrenica, que estava sob a supervisão de um contingente de peacekeepers holandeses, foi invadida pelas forças sérvias que massacraram mais de 7.500 civis. Pouco tempo depois, a ONU perdeu o controle das áreas de Zepa, Gorazde e Bihac, mesmo contando com a campanha da OTAN que lançou ataques aéreos punitivos para tentar manter o controle das áreas protegidas (Bigatão, 2009).

No campo operacional, a UNPROFOR não foi capaz de impedir as violações dos direitos humanos em larga escala, principalmente no episódio ocorrido em Srebrenica, em que os sérvios empreenderam uma campanha de terror contra milhares de civis, evento que é considerado como um dos maiores exemplos da incapacidade da ONU para cumprir os objetivos do mandato da operação de paz, principalmente em relação a proteção de civis (Bigatão, 2009).

Após a queda de Srebrenica, houve o emprego do uso da força para dar fim à Guerra da Bósnia. Grã-Bretanha e França criaram uma Força de Reação Rápida, com regras de engajamento mais robustas, sob mandato da OTAN e fora da jurisdição da ONU, para proteger os soldados britânicos e franceses que atuavam na UNPROFOR. (Bigatão, 2009). A seguir, será apresentada a mudança de postura política em relação

---

<sup>36</sup> Comandante Geral da Força da ONU em Sarajevo

ao uso da força pela UNPROFOR com apoio da OTAN para dar fim ao Cerco de Sarajevo, na percepção do General britânico Rupert Smith.

Ao chegar em Norfolk, o primeiro ministro britânico à época, John Major, explicou a Smith que havia sido decidido que da próxima vez que os sérvios bósnios atacassem Gorazde, a OTAN os bombardearia até que parassem e que a ONU seria totalmente parcial, não estando preocupada em afetar o equilíbrio e estando disposta a escalar as tensões até onde fosse preciso, pois a decisão política de utilizar a força já havia sido tomada e delegada para o General Janvier da ONU e para o Almirante Leighton Smith, da OTAN (Smith, 2008).

Em resposta, Smith (2008) questiona se o mesmo se aplicava em caso de ataque a outras áreas seguras e obteve um não como resposta, que somente valia em caso de ataque a Gorazde. Rupert deduzia que tratava-se da preocupação de Londres com o batalhão britânico que encontrava-se em Gorazde e não com os bósnios muçulmanos que encontravam-se sitiados. E acrescenta que não tinha problemas em combater os os sérvios bósnios, mas não por um único motivo, a defesa das tropas britânicas. Nesse momento, Smith argumenta que a ameaça deveria se aplicar a todos os enclaves e evidencia sua liderança e caráter militar, o que pode ser percebido por meio de suas próprias palavras:

“Como poderia eu, um Comandante da ONU, diferenciar os enclaves? Como poderia eu, um comandante britânico de uma força multinacional, lidar com os meus subordinados quando os ataques às forças britânicas e às dos nossos aliados provocarem uma reação diferente? E os meus batalhões franceses, egípcios, russos, ucranianos, bengalis e escandinavos?...Duvidava que dispuséssemos de alvos que pudessem obrigar os sérvios bósnios a interromperem um ataque, e duvidava que tivéssemos a determinação coletiva para prosseguir os ataques aéreos em resposta a eventuais retaliações sérvias - bombardeamentos da artilharia sérvia sobre os campos da ONU ou a tomada de reféns.” (Smith, 2008, p. 413)

Smith (2008) comenta com Janvier a mudança de postura política para o uso da força, mas que ficara restrita a Gorazde. Em seguida, em reunião com Michael Portillo, explica sua posição como comandante de um contingente militar multinacional e que a totalidade de suas forças deveria ser coberta pelas ameaças e não apenas os britânicos e os ucranianos que encontravam-se em Gorazde. Portillo disse-lhe que

talvez conseguiria o que queria, mas que não deveria contar com isso ao fim da conferência.

Durante a conferência foi anunciado que o batalhão holandês chegara a salvo em Zagreb e todos aplaudiram, como que em um sentimento de que aquilo poderia ter ocorrido a qualquer um. Ao fim do dia, realizou-se uma coletiva com a imprensa em que foi anunciado que qualquer ameaça a Gorazde seria alvo de ataques aéreos de uma intensidade inédita. Após uma semana, foi anunciado na mídia que todos os enclaves estavam cobertos pela ameaça de ataque aéreo (Smith, 2008).

Após cerca de 36 horas, Smith fora informado que os bósnios muçulmanos e os croatas decidiram agir em conjunto contra os sérvios bósnios em forma de uma denominada Federação. Nesse momento o General Rupert Smith estava encarregado de elaborar um plano com a OTAN e a Força de Reação Rápida (FRR) para implementar a decisão da Conferência de Londres em relação a utilização da força e de impedir que ocorresse com a população de Zepa, capitulada em 29 de julho, o mesmo que havia ocorrido em Srebrenica há menos de três semanas (Smith, 2008).

Smith não fazia ideia do objetivo político a atingir, a não ser o de impedir os sérvios bósnios de atacarem, para o qual seria dirigido o seu esforço militar, mas o resultado que se procurava, além da manutenção do *status quo*, não tinha resposta. Cabe ressaltar que a seleção de alvos a bombardear é difícil sem um objetivo global (Smith, 2008).

Os preparativos para uma retaliação à Sérvia continuavam, com a intenção do Comandante da UNPROFOR de evitar que os sérvios tivessem a iniciativa, para que se pudesse decidir quando, onde e porquê se enfrentam. Simultaneamente, a Força de Reação Rápida da ONU continuava a se instalar no terreno, dissimulando fazer parte da OTAN e o efetivo de tropas britânicas em Gorazde começava a ser reduzido. Em julho havia sido anunciado que o governo britânico não iria substituir seu batalhão no início de setembro e que nenhum outro país havia sido voluntário para a missão, pois após a queda de Zepa e da retirada da pequena força ucraniana que lá se encontrava, foi fácil também retirar o pequeno contingente ucraniano de Gorazde (Smith, 2008).

Smith (2008), relata que, na sua percepção, aos olhos dos bósnios muçulmanos e dos sérvios, seria de interesse de ambos manterem os britânicos no local para poderem beneficiar-se de uma situação "refém-escudo". Considera, ainda, que à luz da decisão da Conferência de Londres e dos seus recentes sucessos no sudoeste da

Bósnia, o governo bósnio muçulmano poderia ser persuadido a aceitar a retirada britânica.

Mladic enfrentava muitos problemas, pois além da ameaça de um ataque da Federação no sudoeste, os sérvios passavam por uma crise de refugiados e precisavam da ONU e da ACNUR (UNHCR). Desse modo, a retirada britânica poderia passar despercebida. Nesse contexto, a retirada do batalhão britânico foi tratada como se fosse um exercício administrativo de rotina, inserindo a discussão sobre as suas modalidades no contexto de apoio da ONU aos refugiados sérvios. Mladic não se opôs, pois não considerava a UNPROFOR uma ameaça (Smith, 2008).

A Força de Reação Rápida continuou a instalar-se no terreno e após acerto com croatas e bósnios muçulmanos, foi posicionado um grupo de artilharia no Monte Igman, dominando Sarajevo. As tropas francesas que se encontravam na região afirmavam que as Unidades de Artilharia estavam na localidade apenas para proteger as tropas francesas e o Comandante da UNPROFOR só dispunha de helicópteros para trazer do Regimento de Artilharia Britânico uma Bateria com seis canhões (Smith, 2008).

Ademais, a decisão tomada na Conferência de Londres, traduziu-se no seguinte, conforme as palavras do Gen Rupert Smith:

“...para eu utilizar, com o maior efetivo possível, as forças que tinha ao meu dispor, a OTAN e a FRR, teria que aproveitar a primeira oportunidade proporcionada por um ataque a Sarajevo e, na medida do possível, ignorar os ataques contra as áreas seguras.” (Smith, 2008, p. 417)

Na execução do planejamento do emprego da força feito pela ONU em coordenação com a OTAN, verificou-se que os alvos adequados para o ataque aéreo eram limitados e era necessário combinar as formas de ataque aéreo com artilharia e com os grupos de combate para aumentar as possibilidades de impacto e atingir o estado final desejado na área de Sarajevo (Smith, 2008).

Para execução desse plano seria empregada a Força de Reação Rápida da ONU com o apoio da OTAN. A FRR era um contingente improvisado sob o comando da ONU e apoiado pela 5ª Força Aérea Tática da OTAN. Era constituída por dois Grupos de Infantaria Blindada do exército britânico e apoiados por um Grupo de

Artilharia com uma grande variedade de equipamentos. A FRR estava na iminência de ser empregada com um objetivo que era inimaginável quando estas organizações e equipamentos estavam sendo concebidos (Smith, 2008).

Em 28 de agosto, cinco projéteis de morteiro caíram na praça do mercado de Markale, em Sarajevo, matando 23 pessoas. Os sérvios acusavam os *bosniaks*, mas era necessário ter certeza de quem havia cometido o atentado. O aumento das tensões sinalizava uma oportunidade de retaliação, que estava a cargo do Gen Rupert Smith, por parte da ONU. Entretanto, o batalhão britânico, ainda não tinha se retirado de Gorazde e recebeu ordem para que se retirasse no dia seguinte, pois Mladic não podia saber as reais intenções do general britânico, por isso o fluxo de mensagens e de telefonemas indicavam a necessidade de ser realizada uma investigação e que pairava uma situação de normalidade na UNPROFOR (Smith, 2008).

Na madrugada de 28 para 29 de agosto, o batalhão britânico retirou-se de Gorazde por território sérvio, porque era o menor caminho para cortar o território sérvio bósnio. Mladic só teve a certeza que o batalhão britânico havia se retirado no dia seguinte, 29 de agosto, quando recebeu a notícia de que o Cmt da UNPROFOR estava certo que os disparos de morteiro tinham partido de suas tropas. Em seguida, o general britânico acionou a FRR e o Almirante Smith, Comandante da Região Sul da OTAN, que acionou a 5ª Força Aérea Tática, indicando que a força finalmente seria aplicada seguindo um plano (Smith, 2008).

Entretanto, o objetivo político ainda era desconhecido. Por outro, ficou decidido, que o objetivo tático da missão seria dar fim ao cerco de Sarajevo, de modo a abastecer a população e cumprir o propósito da UNPROFOR. O objetivo operacional, em apoio às negociações, era atacar o sentimento que Mladic tinha de que controlava a situação (Smith, 2008).

O ataque inicia conforme planejamento realizado por Smith e o general Mike Ryan, Comandante da Força Aérea da OTAN, em que foram estabelecidos os alvos e condensados os ataques em três grupos. No primeiro grupo foram atacados os alvos SEAD, para supressão da defesa aérea inimiga, com objetivo de obter a superioridade aérea e destinado a possibilitar a prossecução de ofensiva aérea, além de afetar a capacidade de comando e controle do exército dos sérvios bósnios. Os seus sistemas de comunicações e outras estruturas seriam profundamente afetados, prejudicando a capacidade de comando de Mladic (Smith, 2008).

O segundo grupo foi composto pelas posições de artilharia e pelos veículos

blindados sérvios ao redor de Sarajevo, os agentes específicos do cerco. Esses alvos foram sucessivamente atacados pela Artilharia da ONU e pelo apoio aéreo próximo da OTAN, e os resultados foram explorados pelos grupos de combate da Força de Reação Rápida. Simultaneamente, a artilharia atacou as defesas aéreas sérvias nos arredores de Sarajevo. Como consequência desses ataques combinados, o cerco de Sarajevo foi interrompido em três dias (Smith, 2008).

O terceiro conjunto de alvos eram relativos a um combate mental e psicológico e foram destinados a modificar as intenções de Mladic atacando o seu sentimento pessoal de estar no controle da situação, o que foi iniciado nos dois primeiros ataques, minando a credibilidade do general sérvio bósnio. Ademais, a sua necessidade de comando e controle também foi atacada (Smith, 2008).

Um exemplo desses alvos foi uma instalação militar onde os seus pais encontravam-se enterrados, que foi repetidamente atacada, considerando que, na cultura de Mladic, a incapacidade de proteger os ossos dos antepassados é uma negligência vergonhosa do dever para com a família, o que foi impulsionado ao ser transmitido para a mídia que Mladic não conseguia proteger os restos mortais de seus pais. Outro exemplo foram os ataques às ligações de Mladic com as suas unidades dispersas pela Bósnia, incrementando uma sensação crescente de sua incapacidade de se comunicar com suas tropas e, em seguida, uma total perda de controle (Smith, 2008).

O cerco de Sarajevo não teria sido levantado apenas com o bombardeamento feito pela força aérea da OTAN e com ataques de artilharia que apesar de terem sido cruciais, foram os grupos de combate, no terreno, que exploraram os efeitos dos bombardeamentos e deram confiança à população da cidade. Desse modo, foram as forças combinadas que conferiram o êxito da ofensiva da ONU/ OTAN, dando fim ao cerco de Sarajevo (Smith, 2008).

O negociador da ONU, Richard Holbrooke, passou a entrar em contato com Smith quase diariamente, procurando explorar o impacto das ações militares nas suas negociações. Foi concedida uma pausa de três dias, durante os quais algumas armas dos sérvios bósnios foram retirados da zona de exclusão de Sarajevo, medida por meio da qual os sérvios tentavam persuadir que estavam cumprindo as exigências, mas a coalizão ONU/ OTAN não se deixou convencer, recomeçando os bombardeamentos e tornando-os firmemente associados às negociações (Smith, 2008).

Cada vez mais a ONU perdia credibilidade para cumprir os propósitos do mandato da missão de paz, cedendo espaço para que a OTAN assumisse um papel mais ativo para impor, e não manter, a paz na Bósnia. Em 30 de Agosto de 1995, a OTAN conduziu ataques aéreos contra as forças sérvias que cercavam Sarajevo, destruindo uma série de instalações militares e logísticas situadas nos territórios controlados pelos sérvios (Bigatão, 2009).

A investida da OTAN mostrou que a aliança militar, que naquele momento contava com forte apoio dos Estados Unidos, estava disposta a buscar uma solução para o conflito na Bósnia, com a aplicação da força se necessário. (Smith, 2008) A ofensiva da OTAN abriu o caminho para as negociações que tiveram início em nove de setembro de 1995 e se estenderam até 14 de dezembro daquele mesmo ano, quando os presidentes da República da Bósnia-Herzegovina, da República da Croácia, e da República Federativa da Iugoslávia assinaram os Acordos de Dayton. Os acordos estabeleceram os princípios para a manutenção da unidade e soberania da República da Bósnia-Herzegovina, e delineararam as responsabilidades das instituições internacionais que atuariam na região para garantir que a paz perdurasse (Bigatão, 2009).

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) assumiria as tarefas de criar mecanismos de construção de confiança, monitoramento de eleições e controle de armas na região, além de coordenar junto ao Conselho Europeu as atividades da Comissão de Direitos Humanos que foi criada pelos Acordos de Dayton. A ONU continuaria supervisionando as atividades do Tribunal Internacional instaurado para julgar os responsáveis pelas violações do direito humanitário na ex-Iugoslávia. A OTAN, por sua vez, assumiria um papel crucial no destacamento da Força de Implementação (IFOR), envolvendo-se militarmente para garantir o sucesso do processo de paz. Cerca de 60.000 oficiais, 20.000 deles norte-americanos, fizeram parte do contingente da IFOR que em poucos meses conseguiu controlar a violência na Bósnia (Bigatão, 2009).

O Acordo de Dayton pôs fim à Guerra da Bósnia. O acordo de paz foi firmado na base militar de Dayton, Estados Unidos, por meio de encontros entre Slobodan Milosevic, presidente sérvio, Franjo Tudjman, presidente da Croácia, e Alija Izetbegovic, representando a República da Bósnia e Herzegovina. No ato de assinatura, participaram representantes da União Europeia, França, Alemanha, Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos (Borges, 2020).



### 3.3.2 Uso da força pela OTAN na Guerra do Kosovo

Em 1997, os albaneses da província sérvia de Kosovo deram início a uma rebelião pela independência, que foi seguida por uma guerra civil entre a Sérvia e a população albanesa do Kosovo. O conflito só terminou em junho de 1999, após a intervenção de forças da OTAN para deter a ação dos sérvios (Piletti e Arruda, 2004).

O uso da força tornou-se mais complexo e controverso quando um ator, um grupo de atores ou mesmo a comunidade internacional como um todo decide intervir, usando a força, mesmo sem o consentimento do país anfitrião para proteger a população do Estado, em uma operação conhecida como intervenção humanitária (Braga, 2015).

A intervenção no Kosovo além de ter sido um modelo de intervenção com o uso da força para proteger civis, também marca um avanço da ONU como um modelo de administração voltado para a consolidação da paz, que é conhecido como *peacemaking*, o que evidencia que também é uma consequência do massacre de srebrenica, pois como afirma Fortna (2008), se um cenário de paz é atingido, e não houver nenhuma ação para mantê-lo, as partes podem voltar ao conflito, o que até aconteceu mais tarde na região do Kosovo, mas não é objeto deste estudo.

A instrumentalização da lei levanta vários problemas, como por exemplo questões sobre o quadro jurídico que rege o uso da força em relações internacionais, o papel da ONU, em particular o Conselho de Segurança Conselho, o papel das alianças militares e o papel deixado aos Estados, exigindo ressituar a lógica do sistema de segurança que inspira a Carta das Nações Unidas, referência essencial no assunto. No caso do Kosovo, a justificativa para a intervenção por guerra armada baseou-se em dois fundamentos: legalidade e legitimidade. De certa maneira, as duas linhas de argumento apoiam-se mutuamente, com legitimidade afirmando a justeza da causa e legalidade protegendo-a de protestos. Por outro lado, este duplo registo enfraqueceu cada um deles. Porquê invocar a legitimidade, regressando à teoria da guerra justa, por assim dizer, se existisse uma base jurídica irrefutável? (Serge, 2001).

Segundo Fortna (2008), um ponto interessante da Guerra do Kosovo é que suas forças de manutenção da paz serviram inicialmente para proteger os albaneses kosovares da Sérvia, mas à medida em que o Kosovo avança para a independência

de facto, as forças de manutenção da paz precisam cada vez mais proteger os sérvios étnicos da maioria albanesa.

O relacionamento entre o uso da força e o Direito Internacional pode tornar-se extremamente complexo, causando repercussões no próprio sistema internacional cujos princípios e objetivos estão se tornando complexos. A Carta da ONU cria, acima do Conselho de Segurança, um imenso e poderoso organismo de acordo com o Art. 24, parágrafo 1º, a quem é confiada a responsabilidade primária de manutenção da paz e segurança (Serge, 2001).

O papel do Conselho de Segurança não é forçar o respeito de todo o Direito Internacional, mas de manter ou restabelecer a paz internacional e a segurança. Isso sugere que o Conselho de Segurança não é autorizado a intervir se a paz e a segurança não forem ameaçados, que é o caso de muitas violações do direito internacional. Entretanto, o Conselho é um órgão político e não jurisdicional (Serge, 2001).

A hierarquia estabelecida entre a ONU e organizações tais como a OTAN é completamente teórica, assim como membros dessas organizações são capazes de bloquear qualquer controle que o Conselho de Segurança tentar exercer. Nesse ínterim, a questão do uso da força na Guerra do Kosovo questiona a efetividade do sistema internacional ou as consequências de uma eventual ineficácia desse sistema (Serge, 2001).

As operações são costumeiramente confrontadas com novas situações, o que não corresponde com a lógica de sua construção inicial: o desenvolvimento de confrontos civis com o enfrentamento de facções; acordos de cessar-fogo não respeitados; a intensificação de ataques a civis; e a falta de meios coercitivos para proteger a operação, tornando-a inefetiva. As situações apresentadas enquadram-se no caso do Massacre de Srebrenica, em que os peacekeepers holandeses enfrentaram esse tipo de situação (Serge, 2001).

A existência de massacres organizados de população civil com base étnica, tolerada ou mesmo conduzida por autoridades públicas, levou a criação pelo Conselho de Segurança, do Tribunal Criminal Internacional que teve como algumas de suas preocupações os casos da antiga Iugoslávia e o caso do Kosovo de 1999. É nesse contexto que a operação da OTAN deve ser situada e não deve ser esquecida, representando uma extensão e amplificação da ação da OTAN na Bósnia com as missões de implementação e estabilização da paz, que foram baseadas no Acordo de

Dayton, de 1995, que deu fim à Guerra da Bósnia (Serge, 2001).

O discurso oficial do caso de Kosovo, em que autoridades se dirigiam para a opinião pública, baseou-se na legitimidade, pois, quanto a legalidade, a violação da Resolução 1199, de 23 SET 98, pela Federação Iugoslava constituiria a base para uma ação coercitiva, mas houve divergência, pois era previsto que caso a declaração do Conselho de Segurança não fosse respeitada, seriam examinadas ações futuras e medidas adicionais. Ademais, o Conselho de Segurança não autorizou nem validou as posteriores ações da OTAN (Serge, 2001).

O Conselho de Segurança, incapaz de agir por si próprio, abriu precedente para iniciativa de atuação da OTAN, que baseou-se em argumentos espontâneos ligados a direitos humanos e com a imediata simpatia da opinião pública, especialmente dentre as várias ONG que começaram a surgir (Serge, 2001).

A legitimidade da operação resultou verdadeiramente de seu sucesso político, principalmente entre seus principais países membros tais como Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos. Ademais, a expansão da OTAN coincidiu com o retorno na guerra para a Europa, mas essa postura do órgão não é a especificidade do estudo deste trabalho (Serge, 2001).

O autor ainda ressalta que autoridades políticas do ocidente sempre se referem a uma ética natural da intervenção no Kosovo e ética lida com comportamentos, não com princípios, o que implica em um grau de subjetividade e distingui-se de simples certitude de moralidade pelo arbitramento entre contradições que se impõem a uma situação como a passada pela OTAN, de intervir ou não intervir no Kosovo (Serge, 2001).

Sugere, ainda, como uma solução simples de tal dilema sobre intervir ou não, a revisão da Carta da ONU ou de acrescentar uma emenda a Carta, para incorporar formalmente esse tipo de intervenção no direito internacional, em particular na área de competência do Conselho de Segurança da ONU (Serge, 2001).

### **3.3.3 Em relação a Proteção de Civis**

A construção da autoridade política legítima é peça central para pôr fim aos conflitos armados pós-guerra fria, isso significa que tais soluções poderiam ser atingidas através da aplicação da lei de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário e, por meio desse esforço, os civis podem ser melhor protegidos, assim

como os perpetradores de abusos dos direitos humanos e os traficantes de guerra podem ser presos e punidos (Kaldor, 2006).

Um destaque dos desdobramentos da Guerra da Bósnia foi no âmbito do processo penal do Tribunal para a Antiga Iugoslávia, que apurava violações aos Direitos Humanos nas guerras de desintegração da Iugoslávia. Esta Corte tipificou, pela primeira vez, o estupro como crime de guerra na Bósnia, onde esse tipo de violência ocorria contra as mulheres bosníacas adquirindo um sentido mais perverso ainda, pois as comunidades islâmicas tinham rejeição às próprias vítimas, isolando-lhes socialmente. Cientes desse comportamento lastimável, as milícias servo-bósnias capturavam mulheres muçulmanas especificamente para essa finalidade (Alves, 2013).

Um dos motivos que tornou este conflito relevante foi o ressurgimento dos campos de concentração, onde estima-se que milhares de mulheres tenham sido sistematicamente violentadas com o objetivo de realizar uma limpeza étnica dos bósnios-muçulmanos. Deste modo, o estupro em massa foi tipificado pela primeira vez como crime de guerra junto ao Tribunal Penal Internacional (De Oliveira Bassanetti, 2014).

Durante a Guerra, práticas de limpeza étnica foram executadas por diferentes partes dos contendores, aumentando consideravelmente o fluxo de refugiados e deslocados internos. Esse conflito armado foi atestado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como a maior catástrofe humana desde a Segunda Guerra Mundial (Feron, 1999).

No único episódio qualificado como genocídio pelo Tribunal de Haia, cerca de 8.000 bosníacos, majoritariamente do sexo masculino, foram sumariamente executados, “grande parte com tiro à queima-roupa na nuca” (Alves, 2013).

As forças de *peacekeeping* proativas não precisam contar com o consentimento de todos os beligerantes, mas sim com o que é necessário, que é o consentimento das vítimas. Assim, foi necessário que forças de manutenção de paz cosmopolitas usassem a força contra partes que ameaçassem as populações civis e procurassem perturbar a operação de paz e os objetivos de seus mandatos. Neste cenário cosmopolita, as forças armadas de manutenção de paz podem impor a paz sob certas condições em que o uso da força é um meio de proteger as populações civis de serem prejudicadas (Kaldor, 1999).

Segundo Faganello (2014), a década de 1990 foi um divisor de águas para as

Nações Unidas no que diz respeito à proteção de direitos humanos, pois o Conselho de Segurança da ONU convenceu-se de que as violações de tais direitos constituem ameaças à paz e à segurança internacionais e, por isso, preocupou-se em formar um arcabouço normativo, por intermédio de suas resoluções, para autorizar as operações de manutenção da paz que tenham como tarefa principal a proteção de civis, fundamentadas no capítulo VII em casos em que medidas pacíficas não lograrem êxito.

Essas operações de manutenção da paz relacionam-se com a previsão de proteção de civis de três maneiras, quais sejam: 1) a missão de paz pode ter como core do mandato a proteção de civis; 2) a missão de paz multidimensional pode ter a proteção de civis como um de seus componentes; 3) a missão de paz pode ser orientada a, por intermédio da tropa, para garantir a segurança e o livre acesso das agências humanitárias para que desenvolvam suas atividades e, conseqüentemente, protejam os civis (Bellamy e Willians, 2010 apud Faganello, 2013).

### **3.3.4 Em relação aos mandatos da ONU (quanto ao uso da força para proteção de civis)**

Segundo Fortna (2008), a interação estratégica entre os beligerantes tem muito menos efeito no desdobramento padrões de missões de aplicação da lei do que a manutenção da paz baseada no consentimento. As missões do Capítulo VI requerem o apoio tanto da comunidade internacional como de todos os beligerantes. As missões do Capítulo VII requerem apenas o apoio da comunidade internacional, mas na prática têm geralmente o apoio de pelo menos um dos lados do conflito. A diferença entre estes dois tipos de missões permite-nos assim investigar as diferenças entre os argumentos do lado da oferta e do lado da procura sobre para onde vão as forças de manutenção da paz.

Os mandatos das missões são frequentemente ambíguos, refletindo a mais baixa concordância entre Estados e entre os beligerantes. As operações de paz são geralmente improvisadas e *ad hoc*<sup>37</sup>, são planejadas no último minuto e frequentemente tem falta de pessoal, falta de recursos e equipamento. Os níveis das tropas são baseados no que os Estados membros estão dispostos a prover e não numa realística avaliação das necessidades da missão. Os países contribuintes com

---

<sup>37</sup> únicas - Colocar conceito jurídico

tropas da ONU (TCC<sup>38</sup>) são frequentemente mais escolhidos por uma representação geográfica do que por efetividade militar, ou seja participação de tropas de todos os continentes, mesmo com diferenças em doutrina e emprego (Fortna, 2008).

Desse modo, a interoperabilidade de forças geralmente é prejudicada por diferenças tais como doutrina, adestramento, material, ensino, pessoal e aspectos psicossociais tais como religião, cultura e idioma, pois, além dessas diferenças, tropas de diferentes continentes têm que trabalhar juntas sem nem mesmo falar uma língua comum. Nesse sentido, a emissão e acompanhamento das ordens mais conhecido como Comando e Controle na linguagem militar é perdido ao máximo, principalmente quando soldados desdobrados em missões de paz se comunicam com seus familiares antes de cumprirem ordens do *Force Commander*<sup>39</sup>, inviabilizando uma operação militar efetiva (Fortna, 2008).

Os mandatos da UNPROFOR, missão das Nações Unidas para o conflito que conduziu o processo de desintegração da República Socialista Federativa da Iugoslávia tentaram solucionar as beligerâncias que afetavam gravemente a população civil. No entanto, observam-se falhas substanciais que obstaculizaram o sucesso das missões designadas (Bigatão, 2015).

O caso de Srebrenica representa uma falha nessa possibilidade de ordenamento e serve de alerta para algumas consequências que podem ocorrer quando uma tropa, mesmo a serviço das Nações Unidas, não consegue cumprir o mandato e o resultado acaba sendo catastrófico, como o que ocorreu naquele enclave. No entanto deve-se, ainda, considerar que para a viabilidade do ordenamento proposto fazia-se necessário o consenso entre as partes, o que não ocorreu por parte da Sérvia. Além das consequências políticas e jurídicas – ações na Corte Internacional de Justiça (CIJ), nos tribunais holandeses e queda do governo holandês – casos desse tipo podem prejudicar a imagem da ONU, mas principalmente do país contribuinte com tropa (Aguilar, 2016).

Para evitar tais constrangimentos, a situação no terreno e os mandatos devem ser muito bem analisados quando da decisão de participar em determinada operação de paz. As tropas devem ser estruturadas de maneira que permita o cumprimento das atividades e devem estar preparadas para alterações necessárias em razão da evolução da situação no terreno (Aguilar, 2016).

---

<sup>38</sup> Troop Contributing Countries

<sup>39</sup> Comandante do Contingente Militar da Missão

Conforme pode-se inferir da tabela abaixo, as modificações do mandato da UNPROFOR indicam que a missão passou por mudanças em sua estrutura, reagindo de três maneiras diferentes às dinâmicas do conflito: originalmente criada nos moldes de uma operação tradicional nos termos do Capítulo VI, a missão evoluiu para o formato de manutenção da paz não-coercitiva ao adquirir tarefas nas áreas de direitos humanos e policiamento, e, com o recrudescimento do conflito, transformou-se em uma missão de imposição da paz, embora tenha transferido a tarefa da aplicação da força para a OTAN (Bigatão, 2009).

Tabela 13 - Principais resoluções do CSNU do conflito na Iugoslávia (1991-1995)

Número da resolução do Conselho de Segurança	Data de aprovação da resolução	Decisões e objetivos estabelecidos
713	25/09/1991	Decreta um embargo de armamentos a todas as repúblicas da Iugoslávia
743	21/02/1992	Estabelece a UNPROFOR para monitorar o cessar fogo nas Áreas de Proteção (UNPAs – <i>United Nations Protected Areas</i> ) na Croácia
757	30/05/1992	Impõe sanções sobre a Sérvia e Montenegro
758	08/06/1992	Amplia o mandato da UNPROFOR, incluindo a Bósnia como área de atuação, e determina a proteção da entrega de assistência humanitária
764	13/07/1992	Determina que a UNPROFOR atue na segurança do aeroporto de Sarajevo e suas adjacências
770	13/08/1992	Requisita o acesso a todos os campos de refugiados e prisioneiros de guerra
776	14/09/1992	Amplia o mandato da UNPROFOR para incluir a proteção aos comboios de ajuda humanitária
781	09/10/1992	Cria uma zona livre de trânsito aéreo (no-fly zone) sobre a Bósnia
816	31/03/1993	<b>Autoriza o contingente da UNPROFOR a utilizar medidas coercitivas para garantir o</b>

		<b>respeito à zona livre de trânsito aéreo (no-fly zone) sobre a Bósnia</b>
819	16/04/1993	<b>Estabelece uma área protegida (safe area) em Srebrenica</b>
824	06/05/1993	<b>Designa Sarajevo, Tuzla, Zepa, Gorazde e Bihac como áreas protegidas (safe areas) e</b> No campo jurídico, o Tribunal Criminal Penal para a Iugoslávia foi criado por meio da resolução 827, de 25 de maio de 1993. Este órgão posteriormente foi importante para relatar tanto os crimes cometidos durante a Guerra da Bósnia, quanto para levantar as falhas ocorridas no período e as lições aprendidas que contribuíram, posteriormente, para uma proposta de reforma da ONU, o que foi de certo modo inicializado por meio do relatório Brahimi, de agosto de 2000. <b>autoriza um aumento de 50 observadores militares no contingente da UNPROFOR</b>
827	25/05/1993	Cria o Tribunal Criminal Internacional para a Iugoslávia
836	04/06/1993	<b>Autoriza o contingente da UNPROFOR a utilizar a força aérea para dissuadir ataques contra as áreas protegidas</b>
913	22/04/1993	Autoriza a UNPROFOR a coletar e armazenar armas pesadas dos beligerantes que atuam em Gorazde
998	16/06/1995	Saúda a criação e o destacamento da Força de Reação Rápida da OTAN
1035	21/12/1995	Autoriza o destacamento da IFOR, sob responsabilidade da OTAN

Fonte: Bigatão, 2009 (grifo nosso)

Da análise dos diversos mandatos expedidos na UNPROFOR, descritos na tabela acima, pode-se perceber uma relação destes com a proteção de civis, por meio da tentativa de garantia da assistência humanitária e visita a campo de refugiados e de prisioneiros de guerra, o que pode ser constatado em seis dos sete mandatos expedidos no ano de 1992 por meio das resoluções 743, 758, 764, 770, 776 e 781. Já a resolução 757 tratava de sanções econômicas à Sérvia e Montenegro.

No ano de 1993, foram expedidas resoluções que sinalizam uma tendência de



mudança do comportamento da missão da ONU nos Bálcãs, pois autorizam por meio da resolução 816, de 31 de março de 1993, o uso de meios coercitivos para garantir uma zona de trânsito aéreo livre e autoriza por meio da resolução 836, de 04 de junho de 1993, o uso da força aérea para dissuadir ataque contras as áreas protegidas (Srebrenica, Sarajevo, Tuzla, Zepa, Gorazde e Bihac). Essas áreas protegidas também foram criadas por meio de resoluções, a primeira criando a zona segura de Srebrenica por meio da resolução 819, de 16 de abril de 1993 e a segunda resolução, 824, de 06 de maio de 1993, criando as demais áreas seguras.

É interessante ressaltar que em 1995 foi criada uma Força de Reação Rápida pela OTAN e que foi expedida uma resolução apenas para saudar a criação dessa Força, por meio da resolução 998, de 16 de junho de 1995. Nem a ONU nem a OTAN impediram a consolidação do massacre de Srebrenica ocorrido em julho de 1995 e conforme relatos da ofensiva sérvia já descritos no segundo capítulo desta dissertação, houve momentos em que foi solicitado apoio de bombardeamento da força aérea da OTAN em que ou não se obteve resposta ou a inação foi justificada devido ao fato do pedido não ter sido realizado de modo formal.

Apesar das diversas alterações dos objetivos da UNPROFOR, a missão não obteve os meios necessários para execução de seu mandato. A relutância em aumentar o contingente militar e em disponibilizar equipamento adequado às circunstâncias do confronto foram alguns dos entraves à operacionalização da UNPROFOR. Esta inadequação entre os meios e os fins gerou muitos problemas para a ONU, até que o Conselho de Segurança da ONU decidiu transferir as atividades de resolução do conflito para a OTAN. (Bigatão, 2009)

Após as falhas decorrentes das missões de paz da ONU da década de 1990, dentre as quais a ocorrida em Srebrenica, a ONU decidiu passar por uma reformulação para dar novamente credibilidade a esse organismo internacional, o que foi proposto por meio do Relatório do Painel das Nações Unidas sobre Operações de Paz, também conhecido como Relatório Brahimi, de agosto do ano 2000, que será apresentado a seguir.

### 3.4 RELATÓRIO BRAHIMI

O agravamento dos conflitos pós-guerra fria e seu impacto humanitário somado a diminuição da ação das superpotências inseriram desafios à reformulação das

operações de paz da ONU, principalmente em relação ao mandato, ao uso da força e às regras de engajamento (ROE). Desse modo, como parte de reforma da ONU, da Agenda para a Paz e das pressões sobre o fracasso de operações dessa Organização Internacional, foram elaborados estudos que resultaram no Relatório da Comissão sobre o Painel das Operações da ONU, também conhecido como Relatório Brahimi, haja vista a percepção da crise nas operações de paz e a premência de reforma, com a divulgação do relatório que foi realizada na Cúpula do Milênio ocorrida no ano 2000 (Pecequilo, 2010).

Lakhdar Brahimi<sup>40</sup>, no preâmbulo do relatório do Painel das Nações Unidas sobre Operações de Paz, ressalta a importância da análise das operações da ONU feita pela equipe que o auxiliou reforça que acredita veementemente que o sistema das Nações Unidas pode fazer melhor em prol da paz, o que pode-se constatar por meio de suas palavras

“Sr Brian Atwood, Embaixador Colin Granderson, Dame Ann Hercus, Sr. Richard Monk, General (aposentado) Klaus Naumann, Sra. Hisako Shimura, Embaixador Vladimir Shustov, General Philip Sibanda, Dr. Cornélio Sommaruga e eu aceitamos esse desafio com profundo respeito por vocês e porque **cada um de nós acredita fervorosamente que o sistema das Nações Unidas pode fazer melhor na causa da paz. Admiramos muito a sua disponibilidade para realizar análises altamente críticas das operações das Nações Unidas no Ruanda e em Srebrenica.** Este grau de autocrítica é raro para qualquer grande organização e particularmente raro para as Nações Unidas.” (UN, A/55/305, 2000, p.3, grifo nosso)

O Relatório Brahimi aborda a evolução das operações de paz a partir de 1989, ampliando seu escopo de tarefas e os compromissos dos Estados mais sólidos com relação a esta atividade, recomendando a necessidade de ação preventiva e estratégica de construção da paz, estabelecimento de mandatos claros, viáveis e com credibilidade, atualização de tarefas a serem desempenhadas tais como uso da força para manutenção de ambientes essenciais ao esforço de paz, investimento na infraestrutura das populações atingidas e esforços de transição política (Pecequilo, 2010).

---

<sup>40</sup> Diplomata argelino, oficial da ONU, o qual foi relator da proposta apresentada no Painel da ONU sobre Operações de Paz, de agosto de 2000.

O relatório é dividido em seis partes: Parte I: a necessidade de mudança; Parte II: doutrina, estratégia e processo decisório para operações de paz; Parte III: capacidade das nações unidas para desdobrar operações rapidamente e efetivamente; Parte IV: recursos e estrutura para planejamento e resposta das operações de manutenção da paz; Parte V: operações de paz na era da informação e Parte VI: desafios para implementação (UN, A/55/305, 2000).

Pelas palavras de Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas em 2000, pode-se perceber o real engajamento da ONU na reforma proposta pelo Relatório Brahimi, conforme a seguir.

“Ficaria grato se o relatório do Painel, que me foi transmitido na carta anexa, datada de 17 de Agosto de 2000, do Presidente do Painel, pudesse ser levado à atenção dos Estados-Membros. A análise do Painel é franca mas justa; as suas recomendações são abrangentes, mas sensatas e práticas. A implementação rápida das recomendações do Painel, na minha opinião, é essencial para tornar as Nações Unidas verdadeiramente credíveis como força de paz.” (UN, A/55/305, 2000, p.1)

Annan complementa, afirmando que as recomendações apresentadas no painel são viáveis e convidando os países membros a participarem do encontro do Milênio, que seria realizado um mês depois, em setembro de 2000.

“Muitas das recomendações do Painel referem-se a questões totalmente da competência do Secretário-Geral, enquanto outras necessitarão da aprovação e do apoio dos órgãos legislativos das Nações Unidas. Exorto todos os Estados-Membros a juntarem-se a mim na consideração, aprovação e apoio à implementação dessas recomendações. Neste contexto, tenho o prazer de informar que designei o Secretário-Geral Adjunto para acompanhar as recomendações do relatório e supervisionar a preparação de um plano de implementação detalhado, que submeterei à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança”. (UN, A/55/305, p.1)

“Espero sinceramente que o relatório do Painel, em particular o seu Resumo Executivo, seja levado à atenção de todos os líderes que virão a Nova Iorque em Setembro de 2000 para participar na Cimeira do

Milénio. Essa reunião histórica e de alto nível representa uma oportunidade única para iniciarmos o processo de renovação da capacidade das Nações Unidas para garantir e construir a paz. Peço o apoio da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança para converter em realidade a agenda de longo alcance estabelecida no relatório.” (UN, A/55/305, 2000, p.2)

As recomendações do relatório focam não somente em política e estratégia, mas também nas áreas organizacional e operacional. Apresenta como pressuposto inicial que há necessidade de uma forte e sustentável política de suporte pelos países membros da ONU e que as condições chave para o sucesso de futuras e complexas operações de paz são suporte político e rápido desdobramento com adequados recursos. Ressalta a importância da avaliação das informações para as operações, incluindo um sistema de alerta que pode detectar e reconhecer a ameaça de riscos de um conflito ou genocídio (UN, A/55/305, 2000).

O relatório reconhece a necessidade da ONU contribuir com a construção da paz de modo preventivo e pós-conflito, apresentando a necessidade de melhorar o planejamento, incluindo planos de contingência e reconhecendo que até aquele momento, a ONU ainda não tinha atingido a capacidade de desdobrar operações complexas rapidamente e efetivamente (UN, A/55/305, 2000).

### **3.4.1 A importância do Relatório para a evolução do uso da força para a proteção de civis**

O relatório Brahimi promove os direitos humanos como instrumentos e padrões de direito internacional humanitário em todos os aspectos das atividades de paz e segurança (UN, A/55/305, 2000).

Segundo Faganello (2014), as origens políticas e intelectuais da responsabilidade de proteger (R2P), remontam ao conceito de “soberania como responsabilidade” desenvolvido por Francis Deng, Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para Pessoas Deslocadas Internamente, e por Roberta Cohen, pesquisadora da Brookings Institution. Ainda segundo a autora, por soberania entende-se que é

“...o direito que os Estados gozam de integridade territorial, independência política e não intervenção enquanto por direitos humanos infere-se a ideia de que o indivíduo deve gozar de certas liberdades fundamentais intrínsecas à sua natureza

humana. Nas situações em que os Estados soberanos não estão dispostos ou não podem proteger as liberdades fundamentais de seus cidadãos, soberania e direitos humanos entram em conflito.” (Bellamy, 2009 apud Faganello, 2013)

A ideia de proteção de civis em conflitos armados ganhou força com a afirmação do princípio da responsabilidade de proteger e seu posterior reconhecimento pelos Estados-membros das Nações Unidas. Em decorrência dessa forte aceitação em torno do referido princípio, o uso das missões de paz com o fito de proteger civis sob ameaça verificou-se como a principal forma de operacionalizá-lo (Faganello, 2013).

Em prosseguimento às resoluções com fulcro na proteção de civis, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1674 (2006), de 26 de abril, na qual ressaltou a interdependência de paz, segurança, desenvolvimento e direitos humanos. (Faganello, 2013)

“Na resolução o órgão reprovou atos de tortura, exploração e abuso sexual, deslocamentos forçados, “limpeza étnica”, genocídio, recrutamento de “crianças-soldados” etc. Ressaltou, também, a importância de todos os envolvidos no conflito respeitarem as normas de direito humanitário e de direitos humanos, pois o desrespeito a tais normas poderia constituir ameaça à paz e segurança internacionais. Por fim, alertou para o fato de que a inação do governo local frente a todas essas violações e sua falta de interesse em proteger seus cidadãos motivariam uma ação das Nações Unidas ou, no caso de haver uma *peacekeeping* operation em andamento no local, seu mandato seria emendado com a previsão de proteger civis.” (Faganello, 2013, p. 175)

Pode-se perceber, que vários dos itens que a supracitada resolução condena ocorreram em Srebrenica, tais como deslocamentos forçados, estupro e práticas de limpeza étnica com conotação genocida. Destaca-se, ainda, que como já citado anteriormente que o Tribunal Penal para a Ex-Iugoslávia tipificou estupro pela primeira vez como crime de guerra e o termo genocídio foi citado no julgamento das atrocidades cometidas pelos sérvios bósnios em Srebrenica.

O conceito de *peacekeeping* robusta, especialmente a autorização do uso da força

em defesa do mandato da missão, foi inicialmente estabelecido no Relatório Brahimi e representa um importante passo no incremento dos níveis do uso da força em missões de paz. (Braga, 2016).

A partir da análise dos eventos da década de 1990, comprova-se a importância dos direitos humanos para a paz e a segurança internacionais, que é reconhecida pelas Nações Unidas e a necessidade de integrar a proteção de civis a todas as fases de uma operação de manutenção da paz; e, firmando o entendimento de soberania como responsabilidade de proteger, as missões de paz consagram-se como um dos meios mais efetivos das Nações Unidas na promoção e proteção dos direitos humanos, não tendo que se falar em desrespeito ao princípio da soberania (Faganello, 2013).

Os relatórios fruto dos episódios da década de 1990 pontuaram detalhadamente as falhas cometidas pelas Nações Unidas nesses terrenos e buscaram apresentar soluções para que os erros cometidos na Somália, na Bósnia e em Ruanda jamais voltassem a acontecer. Acrescenta-se, a essas falhas, a incapacidade das forças da ONU em impedir massacres e genocídios contra civis; grande fluxo de refugiados e deslocados internos; estupro de mulheres; e toda sorte de violação de direitos humanos imprimida à população não beligerante (Faganello, 2013).

O Relatório Brahimi materializou a ideia de que, a partir da década de 1990, a natureza dos conflitos havia mudado e, para acompanhá-la, somente uma nova geração de operações de paz para dar cabo de suas complexidades, sem ser necessário, contudo, abrir mão dos princípios básicos das operações de manutenção da paz, mas apenas interpretá-los de maneira menos restritiva (Faganello, 2013).

O documento aproveitou, ainda, para destacar o relevante papel dos direitos humanos no âmbito das missões de paz da ONU. Portanto, verifica-se no Relatório Brahimi a preocupação constante com a proteção de civis, traduzida na autorização do uso da força em casos de violações de direitos humanos; na necessidade de mandatos claros e realizáveis; na alocação de recursos necessários para a defesa da população civil; e na participação do ACNUDH em todas as fases da missão de paz. Uma das suas grandes contribuições foi a afirmação dos direitos humanos como parte integrante dos mandatos e como um dos principais objetivos das missões de paz atuais (Faganello, 2013).

Pode-se inferir que o relatório Brahimi apresentou uma nova proposta de atuação da ONU, do campo político ao campo operacional, principalmente como

resposta às falhas da década de 1990, tais como o massacre de Srebrenica. No entanto, necessita-se de um estudo futuro para verificar se as recomendações do relatório foram aplicadas nas missões de paz da ONU após a data de sua publicação, de agosto de 2000 em diante, o que pode ser feito por meio de uma nova pesquisa.

### **3.4.2 O R2P como uma das primeiras consequências do Relatório Brahimi?**

Segundo Faganello (2014), as origens políticas e intelectuais do relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal, nomeado Responsabilidade de Proteger (R2P), remontam ao conceito de “soberania como responsabilidade<sup>41</sup>”. Como controvérsia sobre a intervenção da OTAN em 1999 em Kosovo, esse conceito foi suscitado pelo Secretário-Geral, Kofi Annan, ao desafiar os governos mundiais a desenvolver uma forma de conciliar os princípios de soberania com os de direitos humanos fundamentais, visando à proteção de indivíduos contra mortes arbitrárias (Bellamy, 2009 apud Faganello 2014).

Essa Comissão Internacional, em 2001, o relatório R2P, atendendo aos apelos de Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU à época, no qual consolidou o entendimento de que cada Estado soberano tem a responsabilidade primária de proteger seus cidadãos em casos de perda de vida em larga escala e limpeza étnica.

“Caso o Estado não cumpra com tal responsabilidade, a comunidade internacional intervirá via ações de enforcement (por intermédio de medidas econômicas, políticas, judiciais e militares) ou, no caso das operações de manutenção da paz, os mandatos darão cumprimento a essa responsabilidade subsidiária pela previsão de tarefas que visem à proteção de civis e à promoção, de maneira ampla, dos direitos humanos.” (Faganello, 2013, p. 187 e 188)

A Declaração de princípios do Direito Internacional concernentes às relações amistosas da Assembleia Geral, de 1970, acentuou esse impasse afirmando que nenhum Estado ou grupo de Estados possui o direito de intervir, direta ou indiretamente, por qualquer que seja o motivo, em assuntos domésticos ou não, de outro Estado. Consequentemente, intervenção armada e outras formas de interferência ou tentativas contra a personalidade estatal, ou contra seus elementos

---

<sup>41</sup> desenvolvido por Francis Deng, Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para Pessoas Deslocadas Internamente, e por Roberta Cohen, pesquisadora da Brookings Institution

políticos, econômicos ou culturais, constituiriam violação ao direito internacional (Bellamy and Williams, 2010 apud Faganello, 2013).

“Surge, então, a questão: deve a soberania se sobrepor aos direitos humanos, ou deve ser reinterpretada de forma a permitir a intervenção externa com o propósito de proteger os direitos fundamentais?” (Bellamy, 2009 apud Faganello, 2013, p. 155 ).

Do exposto, verifica-se uma dicotomia entre a responsabilidade de proteger os civis diante de crises humanitárias e a não intervenção para não afrontar a soberania estatal. Esta dicotomia não pode ser considerada uma consequência do relatório Brahimi, no entanto, pode-se perceber que as intervenções ocorridas para dar fim à guerra da Bósnia e à guerra do Kosovo acirraram esse debate.

Cabe ainda destacar que desde 2002 as regras de engajamento (ROE) para as operações de manutenção da paz autorizaram o uso da força para a conclusão dessas tarefas e os módulos de treinamento das Nações Unidas, inclusive, asseveraram que nada justifica a inação em face das atrocidades e massacres cometidos contra civis, o que sinaliza uma continuidade na evolução da reforma da ONU, assim como mais efetividade em suas ações (Faganello, 2013).

Entretanto, para se entender o R2P como uma mudança de postura nas operações de Paz da ONU e as implicações deste em operações futuras, assim como se o Relatório Brahimi surtiu efeito para a condução das operações posteriores, fazem-se necessários novos estudos sobre as operações de paz a partir do ano 2000.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa. Com fundamento em uma discussão geral e síntese dos principais resultados encontrados, posteriormente serão destacadas as recomendações para estudos futuros e as limitações da pesquisa.

As guerras em torno da desintegração da Iugoslávia na década de 1990 se tornaram uma crise no período pós-Guerra Fria com práticas de limpeza étnica e de violação aos direitos humanos. Essa crise na região dos Bálcãs culminou em uma intervenção da ONU para dar fim aos conflitos na região. Ressalta-se que a Guerra da Bósnia (1993-1995), foi um dos conflitos mais violentos ocorridos na região.

Haja vista a complexidade do caso em questão, houve a necessidade de uma abrangente contextualização a respeito tanto do ponto de vista histórico, assim como da ONU como instituição e da distribuição geográfica da população da ex-Iugoslávia, de modo a permitir ao leitor estar nivelado dos parâmetros de compreensão necessários para se chegar ao objeto de estudo em questão.

A Guerra da Bósnia está inserida em um contexto de reformulação de atuação da ONU, que passa a atuar em conflitos intraestatais. Nesse sentido, fruto da crise supracitada foi criada em 1992, a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) e atuou na Guerra da Bósnia entre 1993 e 1995. Em julho de 1995, essa missão da ONU, não consegue deter a ofensiva sérvia que culminou no Massacre de Srebrenica em julho de 1995, sendo considerado como um dos três fracassos da ONU na década de 1990.

Retomando a pergunta de pesquisa, com o intuito de analisar o Massacre de Srebrenica e suas consequências para os *peacekeepers*, procurou-se responder como os acontecimentos antes e durante o massacre de Srebrenica influenciaram o emprego dos *peacekeepers* para o cumprimento das missões de paz da ONU.

## DISCUSSÃO GERAL E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente dissertação teve por objetivo analisar, por intermédio de um Estudo de Caso, as repercussões do Massacre de Srebrenica para os *peacekeepers* por meio do aprofundamento e descrição do caso, relatado no Capítulo 3, atuação

das tropas em questão antes e durante o mandato e com a análise dos mandatos subsequentes à queda de Srebrenica.

Como ponto de partida fez-se necessário abordar uma contextualização com a finalidade de situar o leitor no tempo e espaço, o que foi feito com uma abordagem histórica por meio de consulta a fontes mais confiáveis acerca dos assuntos correlatos. Buzan (2012) cita cinco vantagens de uma boa abordagem histórica. A primeira refere-se ao fato de que a literatura do passado identifica uma série de prós e contras de adotar uma política ou conceitualização específica.

A segunda vantagem de uma perspectiva histórica é que ela questiona as premissas comumente feitas sobre o desenvolvimento de uma área. Já a terceira vantagem é a possibilidade de traçar as consequências políticas de se adotar um conceito em particular. A quarta vantagem é que um relato que não contempla uma dimensão histórica não fornece uma ideia clara do motivo pelo qual determinadas abordagens apareceram na agenda e de quais são as suas relações com as abordagens anteriores e contemporâneas e por que algumas desapareceram. Por fim, a quinta vantagem de uma abordagem histórica está diretamente relacionada com o compromisso normativo com o debate e o embate, não apenas dentro de cada abordagem, mas entre as mesmas. (Buzan, 2012)

Em relação ao primeiro objetivo específico que é “Realizar considerações teórico-metodológicas que permitam a sustentação da pesquisa”, será abordado inicialmente as considerações metodológicas e, posteriormente, o referencial teórico.

A metodologia escolhida, o Estudo de Caso, exigiu deste pesquisador, separar objetos de análise para serem estudados antes, durante e após o massacre e haja vista que o objetivo da análise do Massacre de Srebrenica era verificar as consequências para os peacekeepers, observou-se também a necessidade de estudar um caso dentro do caso (*within case*) que foi a análise dos peacekeepers canadenses e dos peacekeepers holandeses quanto a sua postura diante da necessidade de proteger a zona segura de Srebrenica, se tinham meios necessários para utilizar a força, caso necessário, se uma tropa estava em melhores condições do que a outra para realizar a proteção da área segura de Srebrenica.

No desenho de pesquisa inicial, a proposta era verificar as consequências para os peacekeepers por meio da análise dos mandatos das missões da ONU posteriores ao fato, ou seja, pós-julho de 1995. No entanto, se não fosse definido uma região específica, a pesquisa se tornaria muito abrangente e não haveria tempo

hábil para finalizar o trabalho, portanto optou-se por ficar apenas com os mandatos da UNPROFOR e em colocar o relatório Brahimi, de agosto de 2000, como limite temporal da pesquisa.

A importância dessa delimitação vai ao encontro de Ludke e André (1986) que postulam que um estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que deve ser sempre bem delimitada.

Os estudos de caso podem ser causais/ exploratórios ou descritivos. Após as considerações teórico-metodológicas, a pesquisa em questão inicia com a descrição do massacre, que foi realizada no Capítulo 2 e da relação causal desse evento, ou seja, as consequências para os peacekeepers, que foi abordado no Capítulo 3. Desse modo, considera-se que o estudo do caso em questão é descritivo-causal, o que ensejou um esforço para verificar as consequências lógicas do massacre, mas que foi facilitado pela proposta de desenho de pesquisa inicial que visava analisar o mandato, os peacekeepers (situação das tropas), a ONU (doutrina) e a atuação do agressor (Sérvia). Essa proposta de desenho acabou sendo modificada para o desenho a seguir.

Tabela 14 - Variáveis do Estudo do Massacre de Srebrenica modificadas

Caso: O Massacre de Srebrenica				
Y: As consequências para os peacekeepers				
Variável		Antes	Durante	Após
x1	Mandato (Em relação a Ptç Civ)	x	x	-
x2	Peacekeepers canadenses	x	-	-
x3	Peacekeepers holandeses	-	x	-
x4	ONU (Doutrina)	x	-	x
x5	Sérvios Bósnios (Atuação do Agressor)	x	x	-

x6	Uso da Força (Para proteger civis)	x		x
x7	Vontade Política	x		x

Fonte: o autor

Foram acrescentadas como variantes de estudo os itens x5, x6 e x7 e subdividido em antes, durante e após o massacre. A finalidade é verificar o que foi analisado no presente trabalho em qual período de tempo (se antes, durante ou após o massacre).

Em seguida, foram apresentados referenciais teóricos para auxiliar no entendimento da complexidade do caso, haja vista a carência de trabalhos teóricos que tratam de temas relacionados a missão de paz, portanto foram apresentados do macro para o micro, paradigmas das relações internacionais para auxiliar o entendimento do campo político onde se enquadram a ONU e a Sérvia.

Teorias contemporâneas e o pouco que se tem relacionado a missões de paz como a teoria da paz liberal, da cultura global, a cosmopolita e a teoria crítica que auxiliaram no entendimento do dilema operacional mandato frágil x o agir ou não das tropas, assim como a possibilidade dessa ação.

Por último, foram apresentadas construções teóricas relacionadas ao dilema do uso da força em missões de paz abrangendo o nível tático concomitante ao dilema da intervenção humanitária no contexto de uma proposta de evolução da trindade de Clausewitz para uma trindade terciária.

Quanto ao capítulo 2 que trata do segundo objetivo específico que é “Analisar o Massacre de Srebrenica, especialmente quanto à atuação das tropas sob mandato da ONU referente a proteção de civis (*with in case*)”, foi necessário mudar da análise para a descrição, em virtude do levantamento das evidências serem tiradas da narração dos fatos ocorridos, principalmente por ocasião da ofensiva dos sérvios bósnios até a queda de Srebrenica.

Nesse capítulo foi necessário iniciar por uma complementação da contextualização acerca da problemática dos conflitos com limpeza étnica ocorridos na região dos Bálcãs, no intuito de preencher uma lacuna existente na introdução, pois existe pouca literatura que conste que os sérvios também passaram por problemas de limpeza étnica.

A atuação das tropas canadenses na UNPROFOR mostrou-se mais engajada do que as tropas holandesas. No entanto, a proposta inicial era de tentar verificar diferenças táticas e dos meios entre os dois contingentes, que seria o caso dentro do caso (*with in case*), o que foi parcialmente atingido, pois não se pôde analisar a atuação dessas tropas com profundidade, apenas de modo superficial, considerando os seguintes itens:

Tabela 14- Principais diferenças entre os peacekeepers canadenses e holandeses

Peacekeepers Canadenses	Peacekeepers Holandeses
Respaldo político para atuar	Falta de vontade política
Atitude proativa	Atitude passiva
Muita liberdade de ação	Pouca liberdade de ação
Capacidade de reação	Inação
Emprego de todos os meios antes de negociar	Tentativa de negociação sem reputação para usar a força
Muita iniciativa	Pouca iniciativa

Fonte: o autor

Por fim, percebe-se por meio da ofensiva dos sérvios bósnios rumo a Srebrenica, que não houve vontade política da ONU para que a força fosse utilizada para proteger os civis e que os peacekeepers holandeses demoraram muito para atuar, quando decidiram intervir já era tarde demais. Ademais, as ameaças feitas pelo Comandante do Batalhão Holandês ao Comandante das Forças dos Sérvios-Bósnios não surtiam efeito pois não eram respaldadas com pessoal comprometido e meios coercitivos capazes de serem empregados caso necessário. Somado as essas situações, os frágeis mandatos não proporcionavam respaldo a utilização do uso da força.

Em relação ao objetivo específico 3 que era “Verificar as consequências do Massacre de Srebrenica para os *peacekeepers*, principalmente em relação ao uso da força e a proteção de civis”, este foi parcialmente atendido pois foram verificadas alguma mudanças em relação ao uso da força para proteção de civis e constatou-se

que, em parte, o Massacre de Srebrenica contribuiu para a confecção do Relatório do Painel das Nações Unidas sobre Operações de Paz, de agosto do ano 2000.

Entretanto, fez-se necessário iniciar o Capítulo 3 descrevendo as complexidades de uma intervenção humanitária e sua diferença em relação a uma guerra convencional. Em seguida constatou-se que a vontade política é essencial para que haja o uso da força, como já postulava Clausewitz em sua Teoria da Guerra e a adaptação dessa teoria por Braga (2016) permite a utilização desse pressuposto para constatar pelas evidências descritas no Capítulo 2, de que não houve vontade política para usar a força para proteção dos civis em Srebrenica.

Uma consequência do Massacre de Srebrenica foi o apoio político para que fosse utilizada a força para dar fim a Guerra da Bósnia e, posteriormente, para dar fim à Guerra do Kosovo. Outra consequência foi a evolução do direito internacional humanitário por meio das deliberações do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia tais como a tipificação do estupro como crime de guerra e na qualificação do termo genocídio, além da condenação dos Comandantes Sérvios Bósnios pelas práticas de limpeza étnica no conflito.

O Relatório Brahimi, como proposta de reforma da ONU também pode ser considerado como uma consequência do Massacre de Srebrenica que é considerado uma das falhas da ONU na década de 1990 e é citado como uma das causas que motivaram a confecção do relatório.

## REFERÊNCIAS

Acordos de Dayton, 1995. Disponível em: < <http://www.nato.int/ifor/gfa/gfa-home.htm>>. Acesso em: 24 out. 2021.

ALLCOCK, John B. Explaining Yugoslavia. New York: Columbia University Press, 2000.

ALVES, José Lindgren. Os novos Bálcãs. Brasília: FUNAG, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de pesquisa**, p. 39-50, 2001.

ANDJELIC, Neven. Bosnia-Herzegovina: The End of a Legacy. London: Frank Cass, 2003.

AGUILAR, Sérgio Luiz Luz et al. O Uso da Força nas Operações de Paz e o Direito Internacional: Algumas Considerações. Observatório de Conflitos Internacionais. UNIVESP. **Marília, SP**, 2016.

ANNAN, Kofi Atta. We The Peoples. New York: United Nations, 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We\\_The\\_Peoples.pdf](http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ASSEMBLÉE NATIONALE. Rapport d'information déposé en application de l'article 145 du Règlement par la mission d'information commune sur les événements de Srebrenica. 22 novembre 2001. Disponível em: <<http://www.assembleenationale.fr/11/rap-info/i3413-01.asp>>.

BADMUS, Isiaka Alani; JENKINS, Bert. Basic Concepts and Theories in International Peacekeeping: An Analytic Review. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 16, 2019.

BEACH, D. ; PEDERSEN, R. B. **Causal case study methods: foundations and guidelines for comparing, matching and tracing**. *Ann Arbor: University of Michigan Press*, 2016.

BEADLE, Alexander William; KJEKSRUD, Stian. **The utility of military force to protect civilians in UN peace operations**. In: **The use of force in UN peacekeeping**. *Routledge*, 2018. p. 100-123.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D.; GRIFFIN, Stuart. **Understanding peacekeeping**. 2. ed. Malden, MA: Polity Press, 2010.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paulo D. *Providing Peacekeepers: The Politics, Challenge, and Future of United Nations Peacekeeping Contributions*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BELL-FIALKOFF, Andrew. A Brief History of Ethnic Cleansing. *Foreign Affairs*, v. 72, n. 3, 1993, p. 110-121.

BIGATÃO, Juliana de Paula. *Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990*. 161 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo, 2009

BIGATÃO, Juliana de Paula. *Do fracasso à reforma das operações de paz das Nações Unidas (2000-2010)*. 2015.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

BORGES, Bráulio Castillo Dutra. **Efeitos da decisão da corte de apelações holandesa (2017) sobre o massacre de Srebrenica (1995) no engajamento nas operações de paz da ONU**. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2020.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping**. *International relations*, v. 11, n. 3, p. 201-218, 1992.

BOUTROS-GHALI, Boutros et al. **An agenda for development 1995: with related UN documents**. United Nations, 1995.

BRAGA, CARLOS CHAGAS VIANNA. [en] **BETWEEN ABSOLUTE WAR AND ABSOLUTE PEACEKEEPING: SEARCHING FOR A THEORY OF THE USE OF FORCE ON BEHALF OF THE INTERNATIONAL COMMUNITY**. 2016. Tese de Doutorado. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

BULL, Hedley. *Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BURKE, Róisín. Status of Forces Deployed on UN Peacekeeping Operations: Jurisdictional Immunity. *Journal of Conflict and Security Law*, v. 16, n. 1, mar. 2011, p. 63–104.

BUZAN, Barry. *A evolução dos estudos de Segurança Internacional/ Barry Buzan, Lene Hansen; tradução Flávio Lira*. - São Paulo: Ed. Unesp, 2012.



BYERS, Michael. A lei da guerra: Direito Internacional e conflito armado. São Paulo: Editora Record, 2007.

CARREAU, Dominique; BICHARA, Jayr-Philippe. Direito Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: Unipolaridade, Consensos e Tendências**. (2007), 4ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. In: **Metodologia científica**. 1996. p. xiv, 209-xiv, 209.

CHIZZOTTI **A Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes; 2006:135.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 22. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CLARK, Janine Natalya. The ICTY and reconciliation in Croatia: A case study of Vukovar. **Journal of International Criminal Justice**, v. 10, n. 2, p. 397-422, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. On War. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COHEN, Lenard J.; MOENS, Alexander. Learning the lessons of UNPROFOR: Canadian peacekeeping in the former Yugoslavia. *Canadian Foreign Policy Journal*, v. 6, n. 2, 1999, p. 85-100.

CORWIN, Phillip. Foreword. In: HERMAN, Edward S. (org.). The Srebrenica Massacre: evidence, context, politics. Evergreen Park, Illinois: Alphabet Soup, 2011.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DANNENBAUM, Tom. Killings at Srebrenica, Effective Control, and the Power to Prevent Unlawful Conduct. *International and Comparative Law Quarterly*, v. 61, n. 3, 2012, p. 713-728.

DEEN-RASCMÁNY, Zsuzsanna. The Amended UM Model Memorandum of Understanding: A New for States to Discipline and Prosecute Military Members of National Peacekeeping Contingents? *Journal of Conflict and Security Law*, v. 16, n 2, jul. 2011, p. 321-355.

DE FIGUEIREDO SUMMA, Renata. **Complexificação e desafios das operações de paz no pós Guerra Fria: Uma análise do peacebuilding na Bósnia-Herzegovina**. HADES – Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres

e Genocídios na Era Contemporânea da UNIFESP - nº 1 – Jul/Dez 2017

DE OLIVEIRA BASSANETTI, Kalila. O Papel Da Mulher Nos Conflitos Internacionais: Um Estudo De Caso Sobre A Guerra Da Bósnia. **Cippus**, v. 3, n. 2, p. 46-67, 2014.

DE OLIVEIRA RODRIGUES, Anselmo; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. **Carta Internacional**, v. 12, n. 3, p. 77-103, 2017.

DE PAULA, Leonardo Dias. O emprego de meios coercitivos em operações de paz: as intervenções na antiga Iugoslávia. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, p. 34-52, 2014.

DICAPRIO, Lisa. The betrayal of Srebrenica: the ten-year commemoration. **The Public Historian**, v. 31, n. 3, p. 73-95, 2009.

DIEHL, Paul. *Peace Operations*. Malden, MA: Polity Press, 2008.

DUFFIELD, M. **Global Governance and the new wars**, Zed Books, London, 2001.

FERON, Bernard. **Iugoslávia a guerra do final do milênio**. Lp&m, 1999.

FAGANELLO, Priscila. Operações de Manutenção da Paz da ONU. **De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

FORTNA, Virginia Page. **Does Peacekeeping Work?**. Princeton University Press, 2008.

GALTUNG, Johan. **Three approaches to Peace: peacekeeping, peacemaking and peacebuilding**. In: GALTUNG, Johan (Org.). *Peace, War and Defence: Essay in Peace Research Volume II*. Copenhagen,: Christian Eljers, 1976.

GAMMER, Nicholas. **From peacekeeping to peacemaking: Canada's response to the Yugoslav crisis**. McGill-Queen's Press-MQUP, 2001.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. mit Press, 2005.

GERRING, John. What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. **Polity**, v. 31, n. 3, p. 357-393, 1999.

GERRING, John. **Case study research: Principles and practices**. Cambridge university press, 2006.

GIL AC. *Como elaborar projetos e pesquisa*. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58.

GOMES, Alberto Albuquerque. Estudo de caso-Planejamento e métodos. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 15, n. 16, 2008.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

GROSS, Michael L.. Dilemas morais da guerra moderna/ Michael L. Gross; tradução Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, 2018.

HOFFMAN, Stanley. **Intervention: Should it go on, can it go on**. 2003.

HARVEY, G. G.; WILLIAMS, P. S.; JAUNCEY, G. E. M. A quantitative test of the Waller-Hartree theory of X-ray scattering applied to the diffuse scattering from crystals. **Physical Review**, v. 46, n. 5, p. 365, 1934.

HARTOG, Monique Tiezzi Den. **Accountability nas missões de paz da ONU: avanços e retrocessos a partir do caso de Srebrenica**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HASHEMI, Nader. Peacekeeping with No Peace to Keep: The Failure of Canadian Foreign Policy in Bosnia. **Islam and Bosnia: Conflict Resolution and Foreign Policy in Multi-Ethnic States**, p. 183, 2002.

HAUG, Hans. **Humanity For All**. Genebra: ICRR, 1993.

HORKHEIMER, M. **Critical Theory**. Seabury Press, New York, 1982.

HOWARD, Lise Morjé. **UN peacekeeping in civil wars**. Cambridge University Press, 2008.

HUNTER, Shireen T. God on Our Side: Religion in International Affairs. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2017

JABBAR. Hakimi Abdul. The Srebrenica Genocide: Abominable Atrocities in Our Life Time. Kindle Edition, 2016.

KALDOR, Mary. **New and Old wars: Organized violence in a global era**. Cambridge: Polity, 2006.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 122-143, 2013.

KRIEGER, César Amorim. Direito internacional humanitário: o precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Tribunal Penal Internacional. **Curitiba: Juruá**, v. 1, 2004.

LINCOLN Y; GUBBA, E.G. **Naturalistic Inquiry**. London: Sage, 1985.

Lüdke M, André MEDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU;1986.

MOITA, Sandro Teixeira. **Victoria Triumphalis, entre Mars Gradivus e Minerva Victrix: o Conceito de Vitória na Guerra Contemporânea à luz da Teoria da Estratégia**. Tese de Doutorado, ECEME, Rio de Janeiro, 2020.

NADER, Leonardo Soares. **O Papel das Operações de Paz da ONU enquanto mecanismo de transformação de conflitos**. Artigo e apresentação para o Segundo Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz. João Pessoa, PB, Brasil, 2017.

NADIN, Peter (Ed.). **The use of force in UN peacekeeping**. Routledge, 2018.

NASSER, Filipe. Pax Brasiliensis: Projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em Operações de paz da Organização das Nações Unidas. **KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado. Entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA**, p. 213-242, 2012.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Letter dated 26 November 1991 from the permanent representative of Yugoslavia to the United Nations to the President of The Security Council. S/23240, S/46 [98], New York, 26 nov. 1991b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/132432/>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Further Report of The Secretary General pursuant to Security Council Resolution 721. S/23592, S/47 [98], New York, 15 February 1992c. Disponível em: <<https://undocs.org/en/S/23592>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Report of the Panel on United Nations Peace Operations. A/55/305 – S/2000/809. 21 August 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/peace/reports/peace\\_operations/](http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/)>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Report of The Secretary-General Pursuant to Security Council Resolution 721. S/23280, S/46 [98], New York, 11 dez. 1991a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/137082>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 743 (1992) adopted by the Security Council at its 3055th meeting, on 21 February 1992. S/RES/743(1992). New York, 21 February 1992a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/137965>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 758 (1992) adopted by the Security Council at its 3038th meeting, on 8 June 1992. S/RES/758(1992), New York, 8 June 1992e. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/143774>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 819 (1993) adopted by the Security Council at its 3199th meeting, on 16 April 1993. S/RES/819(1993), New York, 16 April 1993e. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/164939>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 824 (1993) adopted by the Security Council at its 3290th meeting, on 6 May 1993. S/RES/824(1993), New York, 6 May 1993b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/166133>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 836 (1993) adopted by the Security Council at its 3228th meeting, on 4 June 1993. S/RES/836(1993), New York, 4 June 1993c. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/166973>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution adopted by the General Assembly, on 22 December 2018. A/RES/73/271, New York: 4 January 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/en/a/res/73/271>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Scale of assessments for the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations.

114 A/RES/55/235, New York: 30 January 2001a. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/55/235>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Scale of assessments for the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations. A/RES/70/246, New York: 8 February 2016. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/70/246>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the Secretary-General on the occasion of the 50th anniversary of the United Nations. A/50/60, S/1995/1. New York, 25, Jan. 1995b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/168325>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The fall of Srebrenica. Report of the Secretary-General pursuant to General Assembly resolution 53/55. Sessão 44, Agenda item 42, 15 de novembro de 1999. Disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/324578/un-report-on-srebrenica-nov-1999.pdf>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The UN Charter. New York, 1945. Disponível em: < <https://www.un.org/en/charter-united-nations/> >

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNPROFOR deployment as of July 1992 [cartographic material]. Map F545.3/10/1992. New York, July 1992d. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/722083?ln=en>>

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNPROFOR deployment as of September 1993 [cartographic material]. Map F 545.3/10/1993. New York, September 1993a. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/record/1306187?ln=en> >

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNPROFOR deployment as of March 1994 [cartographic material]. Map F545.3/10/1994. New York, March 1994. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/record/722070?ln=en> >

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNPROFOR deployment as of March 1995 [cartographic material]. Map F545.3/10/1995. New York, March 1995a. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/record/419360?ln=en> >

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Voluntary movements in connection with the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations. A/RES/55/236, New York, 29 January 2001b. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/55/236>>

PALCHETTI, Paolo. Attributing the Conduct of Dutchbat in Srebrenica: the 2014 Judgment of the District Court in the Mothers of Srebrenica Case. *Netherlands International Law Review*, v. 62, n. 2, 2015, p. 279-294.

PARET, Peter; CRAIG, Gordon A.; GILBERT, Felix (Ed.). **Makers of modern strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton University Press, 1986.

PARIS, R. (2003) **Peacekeeping and the Constraints of Global Culture**. *European Journal of International Relations*, 9(3): 441-473.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: política internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PEIXOTO, Maurício Abreu Pinto. **O que é um Problema de Pesquisa?** Kaiser Industries Corporation, 1968, 72 p. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro. Publicação atualizada da original em 25 de março de 2009. Disponível em <<https://oaprendizemsaude.wordpress.com/2015/03/18/o-que-e-um-problema-de-pesquisa>>. Acesso em 24 out. 2021.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A.. **Toda a História: Historia Geral e Historia do Brasil**. 12ª edição. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2004.

PUGH, Michael. Peacekeeping and critical theory. **International peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 39-58, 2004.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc; SANTOS, Rui. **Manual de investigação em ciências sociais**. 1992.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**-Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2018.

SERGE, S. U. R. **The Use of Force in the Kosovo Affair and International Law**. 2001.

SILVA, Daniel Neves. "Guerra da Bósnia"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-bosnia.html>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

SMITH, Rupert. **A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno**. Lisboa: Edições, v. 70, p. 479, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Osmar B. **O Direito Internacional dos Conflitos Armados: observação dos princípios do DICA no emprego das tropas do Exército Brasileiro nas Missões de Paz da ONU**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.

STAKE RE. **Case studies**. Handbook of qualitative research. **Denzin NK, Lincoln YS (eds)**. London: Sage; 2000:436

TESSER, Gelson João. **Principais Linhas Epistemológicas Contemporâneas**. Educar, Curitiba, n. 10, p.91-98. Editora da UFPR, 1995.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Disponível em <https://peacekeeping.un.org>

VAN DER WIND, Onno. **Rapport gebaseerd op de debriefing Srebrenica**. Assen: Haia, 1995.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

USDEN, Rebecca; JUERGENLIEMK, Hubertus. **History of UN Peacekeeping**. Global Governance Institute. Bruxela, Bélgica, 2012. Disponível em: [http://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2015/02/GGI-Factsheet-Historyof-UN-Peacekeeping\\_October2012.pdf](http://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2015/02/GGI-Factsheet-Historyof-UN-Peacekeeping_October2012.pdf). Acessado em 23 out 2021.

YIN R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ZARZOSO, Marina de Luengo. **La Responsabilidad de Proteger como paradigma de la Seguridad Humana, posición española y tipología militar**. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Documento de Investigación 03, 2016. Disponível em: <http://www.ieee.es/contenido/noticias/2016/01/DIEEEINV03-2016.html>/Acessado em 23 out 2021.